

# **Cadernos Cemarx**

**2018**

Centro de Estudos Marxistas  
IFCH – Unicamp

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecário: Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Cadernos CEMARX / publicação do Centro de Estudos Marxistas do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas. n. 1 (2004 -) Campinas: UNICAMP/  
IFCH, 2004-

2018 (11)  
ISSN - 1980-2099 (versão impressa)  
ISSN - 2318-065x (versão on-line)

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Crítica marxista. 3. Capitalismo.  
4. Economia política. 5. Ciências humanas. I. Instituto de Filosofia  
e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.  
II. Título.

CDD – 320.532

# CADERNOS CEMARX

## COMITÊ EDITORIAL

Felipe de Queiroz Braga  
Leonardo Minelli Silveira  
Maíra Machado Bichir  
Mariana Shinohara Roncato  
Murillo van der Laan  
Nátaly Santiago Guilmo  
Nicolle Garcia Berti  
Rafael Dias Toitio

## CONSELHO EDITORIAL

Adriano Codato (*UFPR*), Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho (*CLACSO – Argentina*), Ana Elisa Corrêa (*UFRJ*), Andréia Galvão (*Unicamp*), Armando Boito Jr. (*Unicamp*), Caio Navarro de Toledo (*Unicamp*), Caio Bugiato (*UFRRJ*), Daniela Vieira dos Santos (*Unicamp*), Danilo Martuscelli (*UFFS*), Davisson Cangussu de Souza (*Unifesp*), Demian Melo (*UFFS*), Eduardo Martins Ráo (*Unicamp*), Elaine Amorim (*Unicamp*), Elaine Bezerra (*Unicamp*), Eliel Machado (*UEL*), Ellen Gallerani Corrêa (*Unicamp*), Fábio Durão (*Unicamp*), Fabio Mascaro Querido (*Unicamp*), Francisco Pereira Farias (*UFPI*), Gonzalo Rojas (*UFMG*), Gualtiero Marini (*Unicamp*), Gustavo Casasanta Firmino (*Unicamp*), Hector Benoit (*Unicamp*), Hélio Ázara de Oliveira (*UFMG*), Henrique Amorim (*Unifesp*), Henrique Tahan Novaes (*Unesp*), Isabel Loureiro (*Unicamp*), Isabela Meucci (*USP*), Jair Pinheiro (*Unesp*), João Campinho (*Unicamp*), João Pedro de Toledo Camargo Hadler (*UFRJ*), João Quartim de Moraes (*Unicamp*), Jorge Grespan (*USP*), Jose Marcos Novelli (*Ufscar*), Julia Gomes Souza (*Unicamp*), Leandro de Oliveira Galastri (*Unesp*), Lígia Osório (*Unicamp*), Lívia Moraes (*UFES*), Luciana Aliaga (*UFPA*), Luciana Henrique da Silva (*Unicamp*), Luciano Martorano (*UFAL*), Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (*PUC/SP*), Márcio Bilharinho Naves (*Unicamp*), Marcos Cassin (*USP*), Marcos Del Roio (*Unesp*), Maria Orlanda Pinassi (*Unesp*), Nair Gadelha (*USP*), Nathalia Oliveira (*Unicamp*), Nelson Prado Alves (*Unicamp*), Patrícia Rocha Lemos (*Unicamp*), Patrícia Vieira Trópia (*UFU*), Paula Marcelino (*USP*), Renato Perissinotto (*UFPR*), Rodolfo Palazzo Dias (*UFSC*), Rodrigo Passos (*Unesp*), Ruy Braga (*USP*), Sabrina Areco (*UEMS*), Santiane Arias (*Unifesp*), Sávio Cavalcante (*Unicamp*), Selma Venco (*Unicamp*), Sérgio Lessa (*UFAL*), Tatiana Berringer (*UFABC*), Tatiana Prado Vargas (*Unicamp*), Thiago Barison (*USP*), Vinícius Oliveira Santos (*Unicamp*), Virgínia Fontes (*UFF*), Zaira Vieira (*Unimontes*).

Cadernos Cemarx  
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH  
Cemarx – Centro de Estudos Marxistas  
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”  
Campinas – SP | Brasil  
[www.unicamp.br/cemarx](http://www.unicamp.br/cemarx)  
Fone 0xx19 3521.1639

---

**Projeto Gráfico – capa original:** Gabriela Zanotto Bosshard.  
**Editoração, finalização miolo e capa:** Setor de Publicações/IFCH.

# Sumário

## CADERNOS CEMARX

### DOSSIÊ – Cartas a Karl Marx

**Apresentação** ..... 07

## ARTIGOS

### **Dúvidas de um biógrafo brasileiro de Marx**

Carta de Angelo Segrillo ..... 11

### **Direito e educação em estado de exceção**

Carta de Carolina Catini ..... 31

### **Uma prosa com Karl Marx: indústria da cultura e materialismo cultural**

Carta de Daniela Vieira dos Santos ..... 51

### **Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe**

Carta de Daniele Motta ..... 71

### **As ilusões no progresso, as ilusões na democracia burguesa e as mulheres iludidas**

Carta de Helena Silvestre ..... 89

### **A economia política hoje (e outros assuntos)**

Carta de Leda Paulani .....105

<b>O sofrimento e /ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana</b>	
Carta de Lígia Márcia Martins .....	127
<b>Sociedade, trabalho e sentido da vida: se fere nossa existência, seremos mais que resistência</b>	
Carta de Luci Praun .....	145
<b>Mensagem ecológica ao camarada Marx</b>	
Carta de Michael Löwy .....	161
<b>A pederastia se tornou política, Moor!</b>	
Carta de Rafael Toitio .....	177
<b>O socialismo marxista não ficou para trás, é nosso futuro: comentários sobre o conceito de socialismo de Estado, lições e perspectivas</b>	
Carta de Tamás Krausz .....	199

# APRESENTAÇÃO

## Dossiê - *Cartas a Karl Marx*

Há aproximadamente treze anos atrás o programa *Radio 4*, da emissora britânica BBC, realizou um concurso entre seus ouvintes para eleger quem eles consideravam o filósofo mais importante da história. Com larga vantagem sobre seus concorrentes Marx foi o escolhido pelos ouvintes britânicos, enfrentando outros nomes de peso da filosofia mundial que foram apoiados por jornais como *The Guardian* e *The Independent*, e pela revista *The Economist*.

Isso ocorrera antes mesmo da crise de 2008, que ressaltou ainda mais os graves problemas do capitalismo contemporâneo. As transformações gestadas pelo neoliberalismo desde, pelo menos, a década de 1970, resultaram em um interesse renovado pelas ideias de Marx em um público mais amplo que o usual. A precarização cada vez maior do trabalho e da vida, no centro do capitalismo mundial, demandava respostas mais profundas do que aquelas oferecidas pelas reflexões prevalentes. À época, tornou-se famosa a questão da Rainha Elizabeth, aos professores da *London School of Economics*, sobre a emergência daquela que foi uma das maiores crises da história do capitalismo mundial: “se essas coisas foram tão grandes” – perguntou a Rainha – “como ninguém as notou?” A reação dos professores da LSE revelava a grande dificuldade que os setores hegemônicos da academia tinham para refletir sobre o capitalismo de seu tempo: admitiram na ocasião que estiveram envoltos em uma “política de negação” e que não se atentaram para os “riscos sistêmicos”. Frente ao Senado estadunidense, por outro lado, Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve por 18 anos, reconheceu que a crise expôs uma falha na ideologia de livre mercado que o havia guiado até então.

Se o mainstream acadêmico mostrava-se confuso diante dos acontecimentos, a reflexão marxista acumulava, a partir de diversas leituras diferentes, reflexões sobre a crise e as contradições do

capitalismo. Ao lado e mais importante que o aumento do interesse pelas obras de Marx, foi o surgimento de movimentos de massa em resposta aos efeitos diversos da crise global de 2008. As resistências em diversos pontos do mundo – da Tunísia aos Estados Unidos – questionaram a ordem estabelecida. Ainda que as perspectivas ideológicas tenham sido diversas e os resultados políticos, até aqui, nem sempre animadores, esses movimentos de contestação evidenciaram que o consenso neoliberal dos anos 1990 estava longe de consolidado e que, menos ainda, seria ele o responsável por qualquer perspectiva de uma vida melhor para os 99% da população, como se tornou conhecida a caracterização dos movimentos contestatórios à época. De forma marginal ou como uma de suas referências centrais, o nome de Marx esteve associado a muitas dessas iniciativas em todo o mundo.

Novas publicações, organizações e conferências emergiram e tomaram corpo desde então. Jovens ativistas apresentaram suas demandas e antigas lideranças buscam, não sem problemas, conflitos e contradições, uma renovação que possa dialogar com elas. Na maior potência capitalista do mundo, antes centro da propaganda anticomunista, um número cada vez maior de jovens mostra-se aberto ao socialismo e localiza no capitalismo o cerne das crises no meio ambiente, no trabalho e nos serviços públicos.

É evidente, entretanto, que essas novas perspectivas colocam-se ao lado de um recrudescimento da extrema-direita mundial. Mobilizando ressentimentos calcados em uma deterioração das condições de trabalho e de vida, cresce um nacionalismo xenofóbico nos países centrais, junto com os candidatos e governos que os representam. O nome de Marx aparece como um dos principais a ser combatido – muitas vezes de forma paranoica e tendo pouca ou quase nenhuma ligação com os principais alvos políticos desses grupos de extrema-direita. No caso mais emblemático até aqui, o norueguês Anders Behring Breivik assassinou, em 2011, 77 pessoas e feriu outras 51, a maioria jovens, combatendo o que chamava, em consonância com boa parte da extrema-direita mundial, de “marxismo cultural”.

Na América Latina, os governos progressistas das últimas duas décadas também vêm sendo atacados e combatidos como portadores de ideários comunistas e/ou marxistas por parte de grupos conservadores locais, independentemente do quão próximos ou distantes estejam das ideias de Marx. Com programas políticos de esquerda e centro-esquerda, tais governos puderam conceder importantes reformas e avanços sociais para a população pobre dos países periféricos, além de terem aberto espaço para classes e grupos subalternos que estavam alijados da esfera pública. Mas, fizeram isso sem atacar as contradições do capitalismo e do Estado e a partir de um desenvolvimento econômico que se mostrou fraco com o tempo ao se fundamentar na exportação de commodities e no fortalecimento do consumo interno.

No Brasil, a crise dos governos do Partido dos Trabalhadores é associada ao nome de Marx por uma extrema-direita (de tipo) macarthista, não obstante o quão distantes do marxismo esses governos estiveram e o quanto apostaram em uma conciliação de classes que buscava fortalecer a burguesia local. Uma forte crise política e econômica se constituiu a partir das atuações de uma oposição irresponsável, de partes do judiciário, da grande mídia, da burguesia interna e internacional, abrindo caminho para um ultraliberalismo que flerta abertamente com os períodos mais macabros do país. O próprio Partido dos Trabalhadores tem a sua parcela de responsabilidade por, durante seus governos, ter se aliado a partidos de direita, alguns ligados inclusive ao conservadorismo evangélico, que hoje afirma ser o PT um emissário do diabo. Pior ainda, a violência contra a esquerda como um todo se manifesta nas ruas pelas mãos do chamado “cidadão de bem”.

O marxismo, entretanto, sempre em uma crise e um ressurgimento renovado, atravessou períodos mais difíceis que aquele que se apresenta até aqui. A despeito das mazelas e do horror do dogmatismo stalinista, esteve voltado para um processo de autorreflexão mobilizado para a compreensão e transformação emancipatória da sociedade. A começar pelo próprio Marx – que

escreveu que as revoluções proletárias “estão em constante autocrítica”, “que zombam de modo cruel e minucioso de todas as meias medidas, das debilidades e dos aspectos deploráveis das suas primeiras tentativas”<sup>1</sup> –, a necessidade de se repensar e desenvolver criticamente o arsenal teórico marxista para o diagnóstico dos conflitos existentes acompanharam o trabalho das reflexões clássicas e contemporâneas.

Atualmente, a pesquisa sobre a história intelectual do pensamento marxiano segue revelando essa capacidade crítica e autocrítica de Marx. Por outro lado, as novas demandas relacionadas às políticas identitárias possibilitaram o reflorescimento da vanguarda do pensamento político marxista, manifestado no debate da interconexão entre as questões de classe, gênero/sexualidade e raça, junto a um resgate e aprofundamento dos problemas em torno do meio ambiente e da ecologia, além da constante reavaliação das experiências soviéticas e do movimento dos trabalhadores como um todo.

É nesse espírito que a presente edição dos Cadernos Cemarx propôs a intelectuais/militantes contribuições em comemoração aos 200 anos de Marx. E o fizemos propondo um formato diferente. Solicitamos aos/as autores/as para que contribuísem escrevendo *Cartas a Marx*, dialogando diretamente com ele sobre os dilemas e reflexões que nos atormentam.

No período que segue, o pensamento marxista será objeto de perseguição por essa força de extrema-direita que só se sustenta inventando o inimigo político a ser eliminado. O crime do marxismo é dar respostas concretas às situações de vida das pessoas. É dar sentido a projetos individuais e coletivos. E isso é perigoso demais para o pensamento único. Esperamos que esse dossiê seja uma forma de resistência a esse processo.

Boa leitura!

Maíra Machado Bichir  
Mariana Shinohara Roncato  
Murillo van der Laan  
Rafael Toitio

# Dúvidas de um biógrafo brasileiro de Marx

Carta de Angelo Segrillo<sup>1</sup>

**Resumo:** Nessa carta, o autor, biógrafo de Marx, discute algumas dúvidas que surgiram durante a pesquisa sobre a vida do filósofo alemão. Trata-se de alguns pontos de interseção entre a vida de Marx e sua teoria, sobre os quais não foi encontrada explicação adequada, nem nas fontes primárias disponíveis nem nos trabalhos dos biógrafos anteriores. Mais exatamente, é abordado o tema da alienação e como ela se originou, a posição de Marx sobre o debate da “revolução permanente” e sobre a possibilidade de uma revolução na Rússia nas últimas décadas do século XIX.

**Palavras-chave:** Marx; Alienação; Revolução permanente; Revolução russa.

---

<sup>1</sup> Angelo Segrillo é Professor Associado do departamento de História da Universidade de São Paulo. E-mail: [angelsegrillo@usp.br](mailto:angelsegrillo@usp.br)

São Paulo, 5 de maio de 2018.

Prezado Karl Marx,

Escrevi e publiquei no ano do bicentenário de seu nascimento uma biografia sobre sua vida: *Karl Marx: uma biografia dialética* (Segrillo, 2018). Ela constitui, na verdade, a primeira biografia *stricto sensu* (baseada em fontes primárias) escrita por um historiador brasileiro (e latino-americano em geral) sobre você. Realmente foi um trabalho árduo terminá-la, pois há vários episódios obscuros em sua vida. Aliás, eu queria aproveitar a oportunidade deste canal de comunicação oferecido pelos *Cadernos Cemarx* para tirar algumas dúvidas que me ficaram ao fim da empreitada. São alguns pontos de interseção entre sua vida e sua teoria sobre os quais não encontrei explicação adequada nem nas fontes primárias disponíveis nem nos trabalhos dos biógrafos anteriores. Na verdade, alguns deles provavelmente nem têm uma “resposta certa”, pois talvez sejam dúvidas até para você mesmo. De qualquer jeito, aqui vão elas. Agradeço qualquer *feedback* que possa dar.

O primeiro ponto se refere a um conceito fundamental que utiliza: a *alienação*. Ele ocupou o papel de fio condutor no amadurecimento de sua obra. Foi também utilizado para explicar, em grande medida, a exploração do homem pelo homem nas sociedades de classe. Assim, uma questão, cuja resposta não consegui encontrar claramente em seus escritos, se impõe: *de onde vem a alienação?*

Uma primeira análise, superficial, poderia fornecer uma resposta aparentemente lógica: a alienação provém da propriedade privada. Afinal, isso encaixaria com aquele modelo tradicional do marxismo ortodoxo da sociedade humana saindo de um comunismo primitivo original (onde não haveria propriedade privada, classes, Estado ou exploração) e, após o *big bang* do aparecimento da propriedade privada, passando por escravismo, feudalismo e capitalismo (onde a exploração

de classe e alienação reinariam) para depois haver uma superação desses problemas em um futuro estágio de comunismo científico.

Entretanto, não é isso que você afirmou. No primeiro dos seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, você peremptoriamente diz que não é a propriedade privada que causa a alienação e sim, ao contrário, é a alienação que leva à propriedade privada.

É verdade que extraímos o conceito de trabalho alienado (vida alienada) da economia política, partindo de uma análise do movimento da propriedade privada. A análise deste conceito, porém, mostra que embora a propriedade privada pareça ser a base e causa do trabalho alienado, é antes uma consequência dele, tal e qual os deuses não são fundamentalmente a causa, mas o produto de confusões da razão humana. Numa etapa posterior, entretanto, há uma influência recíproca. Só na etapa final da evolução da propriedade privada é revelado o seu segredo, ou seja, que é, de um lado, o produto do trabalho alienado, e do outro, o meio pelo qual o trabalho é alienado, a realização dessa alienação. (MEW, v. 40, p. 520)

Assim, para você, originalmente a propriedade privada é uma consequência, não a causa, da alienação. Mas de onde vem a alienação, então, se não é da propriedade privada? Como um Sherlock Holmes, fui seguindo o rastro da origem histórica desses fenômenos em seus escritos e devo confessar que, às vezes me senti tentando responder àquela pergunta do que veio primeiro “o ovo ou a galinha?” até atingir um anticlímax.

Você perseguiu essa questão continuando assim o primeiro manuscrito.

Como descobrimos o conceito de propriedade privada por uma análise do conceito de trabalho alienado, com o auxílio desses dois fatores também podemos deduzir todas as categorias da economia política, e em cada uma, isto é, comércio, competição, capital, dinheiro, descobriremos só uma expressão particular e ampliada desses elementos fundamentais. Sem embargo,

antes de considerar essa estrutura, tentemos solucionar dois problemas: (1) Determinar a natureza geral da propriedade privada como resultou do trabalho alienado, em sua relação com a propriedade humana e social genuína. (2) Tomamos como fato e analisamos a alienação do trabalho. Como sucede, podemos indagar, que o homem aliene seu trabalho? Como essa alienação se alicerça na natureza da evolução humana? Já fizemos muito para resolver o problema, visto termos transformado a questão referente à origem da propriedade privada em uma questão acerca da relação entre trabalho alienado e o processo de evolução da humanidade. Pois, ao falar de propriedade privada, acredita-se estar lidando com algo extrínseco à espécie humana. Mas, ao falar de trabalho, lida-se diretamente com a própria espécie humana. Esta nova formulação do problema já encerra sua solução. (MEW, v. 40, p. 521-522)

Infelizmente, quando você anunciou acima que investigaria o mistério de como o *primum mobile* da alienação (trabalho alienado) se originou, dali a algumas linhas o primeiro manuscrito termina interrompido e sem continuação. Nesse ponto ficamos em suspenso com o mistério de como se origina a alienação na evolução humana já que aquela parte dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* quedou-se incompleta durante sua vida.

Felizmente, em seu livro *A Ideologia Alemã* (escrito conjuntamente com Engels em 1846, mas só publicado postumamente), você retomou parcialmente esse tema (mas não o arrematou). Ali você afirmou que a *divisão do trabalho* gera a *propriedade privada* ao mesmo tempo em que a *divisão do trabalho* é o primeiro exemplo de *alienação* (trabalho alienado):

Com a **divisão do trabalho**, na qual estão implícitas todas essas contradições, e que, por sua vez, é baseada na divisão natural de trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais opostas umas às outras, está dada simultaneamente a distribuição, na verdade a distribuição desigual, quantitativa e qualitativa, do trabalho e seus produtos, ou seja, a **propriedade**, cujo núcleo, ou primeira forma está representado na família em que a mulher e as crianças são escravos do marido. Essa

escravidão latente na família, apesar de ainda muito rústica, é a primeira **propriedade**. Entretanto, mesmo neste estágio inicial, ela corresponde perfeitamente à definição dos economistas modernos que a chamam de poder de dispor da força de trabalho dos outros. A **divisão do trabalho** e a **propriedade privada** são, além disso, expressões idênticas: a mesma coisa é afirmada em uma em relação à atividade e na outra em relação ao produto da atividade. Além disso, a **divisão do trabalho** implica na contradição entre os interesses das pessoas ou famílias individuais e o interesse comunal de todos os indivíduos em sociedade. Realmente, esse interesse comunal não existe na imaginação, ou como “interesse geral”, mas, antes de tudo, na realidade, como a interdependência mútua dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido [...] Finalmente, a **divisão do trabalho** nos oferece o primeiro exemplo de como, quando existe uma clivagem entre o interesse comum e o particular e quando, portanto, a atividade não é voluntária, mas naturalmente, dividida, os próprios feitos do homem se tornam um poder **estranho**, oposto a ele e que o escraviza em vez de ser controlado por ele” (MEW, v. 3, p. 32-33; negritos meus).

Seguindo a trilha, vemos que a divisão do trabalho (o primeiro exemplo de alienação ou trabalho alienado) está também na origem da propriedade privada. Mas o que, então, levou à divisão do trabalho na história? Aqui, Marx, por mais que eu procurasse em *A Ideologia Alemã*, vi apenas algumas indicações muito gerais, mais do desenvolvimento desse fenômeno que de sua origem.

[...] a consciência dos homens da necessidade de se associar com os indivíduos em volta é o começo da consciência que vivem em sociedade. Este começo é tão animal quanto a própria vida social naquele momento. É apenas um sentimento de manada e os homens se diferenciam dos carneiros apenas pelo fato de que sua consciência substitui o instinto, ou que seu instinto se torna mais consciente. Essa consciência tribal ou “caprina” recebe um ulterior desenvolvimento e expansão através do crescimento da produtividade, multiplicação das necessidades e (o que é fundamental para ambos os fatores) aumento da população.

Com isso se desenvolve a divisão do trabalho que originalmente nada mais era que a divisão do trabalho no ato sexual, depois se torna a divisão do trabalho que se desenvolve espontaneamente ou “naturalmente” em virtude das predisposições naturais (e.g., força física), necessidades, acidentes etc., etc. A divisão do trabalho só se constitui verdadeiramente como tal quando aparece a divisão entre trabalho mental e manual. Desse momento em diante, a consciência pode se convencer de que é algo mais que a consciência de práticas existentes [...] Os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são igualmente diversas formas de propriedade, isto é, o estágio existente da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros em referência ao material, instrumento e produto do trabalho [...] A primeira forma de propriedade é a tribal [*Stammeigentum*]. Corresponde a um estágio pouco desenvolvido da produção em que as pessoas vivem da caça, pesca, criação de animais, e, no estágio mais avançado, agricultura [...] A divisão do trabalho neste estágio é muito elementar e confinada a uma extensão da divisão do trabalho existente na família. A estrutura social é, portanto, limitada a uma extensão da família: primeiro, os chefes patriarcais da tribo, abaixo os membros da tribo e, finalmente, os escravos [...] A segunda forma é a comunal ou estatal da Antiguidade, que provém especialmente da união de várias tribos em uma cidade por acordo ou conquista e que é ainda acompanhada do escravismo [...] A terceira forma é a feudal ou estamental [...] A mais importante **divisão do trabalho mental e material** é a **separação da cidade do campo**. A contradição entre cidade e campo começa na transição da barbárie para a civilização, da tribo para o Estado, do local para o nacional e flui por toda a história da civilização até hoje [...] A próxima extensão da divisão do trabalho foi a **separação entre produção e comércio**, a formação de uma classe especial de comerciantes [...] Com o intercâmbio investido em uma classe especial, com a extensão do comércio, através dos mercadores, para além dos arredores da própria cidade [...], **as cidades entram em relações umas com as outras** [...] A consequência imediata da divisão de trabalho entre as várias cidades é o aparecimento das **manufaturas**, ramos de produção que haviam crescido para além do sistema de guildas [...] O tipo de trabalho que desde o início pressupunha o uso de máquinas, mesmo da espécie mais

rústica, logo se mostrou o mais capaz de desenvolvimento [...] A concentração do comércio e das manufaturas em um país, a Inglaterra, [...] criou para o país um relativo mercado mundial e, assim, uma demanda pelos produtos manufaturados daquele país que não podia ser satisfeita com as forças de produção da indústria até ali existente [...] A demanda, que cresceu mais que as forças produtivas, [...] foi o fator gerador da **grande indústria** [...], a forma mais expandida da divisão do trabalho [...] Esta “**alienação**” (para usar um termo que será entendido pelos filósofos) só pode, é claro, ser abolida a partir de duas premissas práticas. Ela tem que se tornar um poder “intolerável”, isto é, um poder contra o qual os homens fazem revolução. Ela tem que ter deixado a grande massa da humanidade sem propriedade e, além disso, em contradição com um mundo de riqueza e cultura. Ambas as condições pressupõem um grande aumento das forças produtivas, um alto grau de seu desenvolvimento. E, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (que implica na existência empírica real de homens com existência histórica-mundial em vez de local) é uma premissa prática absolutamente necessária porque, sem ela, haveria apenas uma generalização da carência e, com a pobreza, a luta pelas necessidades da vida e toda aquela sujeira antiga necessariamente se reproduziria. Além disso, tendo em vista que apenas com o desenvolvimento mundial das forças produtivas é estabelecido um intercâmbio mundial entre os homens, [...] empiricamente o comunismo só é possível como ato de todos os povos dominantes “de uma vez”, simultaneamente (MEW, v. 3, p. 22-24, 31, 34-35, 50, 52-54, 59; negritos meus).

As passagens acima de *A Ideologia Alemã* dão algumas dicas suas e de Engels sobre o problema da divisão do trabalho e alienação. A busca pela origem da divisão do trabalho não chega a uma resposta concreta, mas aponta para algumas diferenças naturais que podem, dependendo das circunstâncias, serem a base para ela (a divisão entre homem e mulher, as estruturas da família). Mas, Marx, isso pode levar a conclusões fatalistas de que a origem da divisão do trabalho (e conseqüentemente da alienação) está na própria natureza. Para evitar esse dilema, seria necessário mostrar que esses fatores naturais (divisão

entre os sexos, estruturas familiares) não dão origem “naturalmente” à divisão do trabalho e à alienação e sim que são necessários elementos outros (sociais) desencadeadores do processo nessa direção para que essas bases naturais levem à divisão do trabalho e alienação. Infelizmente, nessa obra, você e Engels não chegam a explorar o *primum mobile* social necessário para transfigurar esses elementos naturais em estruturas de alienação, quedando a dúvida se, então, alienação e divisão do trabalho teriam sido processos inevitáveis na história humana. Uma pena *A Ideologia Alemã* ter quedado inacabada (em geral e nesse ponto especificamente), pois imagino que, caso tivessem encontrado um editor para publicar a obra completa, você procuraria trabalhar para completar esta explicação de forma menos fatalista, quase como se fosse um fenômeno natural, e sim buscando os mecanismos sociais e históricos que fariam com que diferenças naturais que antes existiam sem gerar alienação ou divisão do trabalho generalizadas pudessem depois servir de base para tais processos alienantes. Estou certo?

Aliás, aproveito para tirar outra dúvida. Louis Althusser, em uma fase de sua carreira, partiu para uma explicação alternativa por que você não prosseguiu investigando essa e outras questões correlatas. Ele postulou o conceito do *corde epistemológico* na obra de Marx no período posterior à escrita das *Teses Sobre Feurbach* e *A Ideologia Alemã* em 1845-46. (Althusser, 1979, p. 25) Faria a distinção entre o *jovem Marx* da época anterior, mais preocupado com questões e conceitos filosóficos abstratos como essência humana, alienação etc. e o *Marx maduro* das épocas posteriores que crescentemente abandonaria tais veleidades filosóficas (“ideológicas”) em busca de uma análise científica das questões sociais político-econômicas (epitomadas em *O Capital*). Seria por isso que não conseguiu prosseguir a trilha da busca da origem *última* da alienação que você deixou inconclusa em *A Ideologia Alemã*? Você simplesmente não estaria mais interessado em tais temas posteriormente? Concorda com essa tese do *corde epistemológico* de Althusser? Acredita que houve realmente uma ruptura radical entre seus trabalhos da juventude e os

de sua idade mais avançada? Ou vê mais continuidades que rupturas em relação a elas? Nossos contemporâneos estão divididos sobre essa questão.

É da sua época posterior de maior envolvimento político, em redor da eclosão das revoluções de 1848 pela Europa, que vem minha segunda grande dúvida. Trata-se da famosa *Mensagem do Comitê Central à Liga [dos Comunistas] de Março de 1850*. Essa mensagem foi escrita depois da derrota das revoluções de 1848 pela Europa, numa época em que a Liga dos Comunistas, da qual você fazia parte, estava tentando se reconstruir após os golpes recebidos. Você, como membro destacado do Comitê Central da Liga, assinou o documento a ser enviado às diversas seções da organização. Ou seja, sancionou oficialmente as ideias do documento que, por um lado, retomava a noção de que era necessário talvez trabalho conspirativo para recobrar o ímpeto revolucionário e, por outro, lançava o slogan da *revolução em permanência* (que muita gente no século XX, especialmente os trotskistas, mas não apenas, leram como embrião para teorias de *revolução permanente*)<sup>2</sup>.

Uma grande parte dos membros [da Liga] que participaram do movimento revolucionário [de 1848] acreditou que a época das sociedades secretas tinha passado e que atividades abertas apenas eram suficientes. As comunidades e círculos individuais deixaram sua conexão com o Comitê Central se tornar solta e gradualmente dormente. Consequentemente, enquanto o partido democrático,

---

<sup>2</sup> Marx, apenas para seu conhecimento, a descrição clássica do conceito de revolução permanente em Trotsky se encontra em seu livro *A Revolução Permanente*. (Trotsky, 1985, p. 22-24) Curiosamente, o verbete *Permanentnaya Revolyutsiya* ["Revolução Permanente"] da Enciclopédia Histórica Soviética faz uma leitura análoga, mas oposta, do conceito na *Mensagem à Liga*: "A ideia da revolução permanente foi concebida primeiramente por Marx e Engels no [...] *Manifesto Comunista* e na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* [...] Lenin] desenvolveu-a na teoria da transformação da revolução democrático-burguesa em socialista [...] em 1905 [...] A teoria marxista-leninista da revolução permanente foi desvirtuada cruamente por Parvus e Trotsky, que criaram em 1905 a chamada teoria da 'revolução permanente', na base da qual estava a negação menchevique das possibilidades revolucionárias do campesinato" (SIS, v. 11, p. 43-44).

o partido da pequena burguesia, se organizava cada vez mais na Alemanha, o partido dos trabalhadores perdia seu pé firme, se mantinha organizado nas diferentes localidades para propósitos locais e, dentro do movimento geral, caiu completamente sob dominação e liderança dos democratas pequeno-burgueses. Um fim precisa ser dado a este estado de coisas. A independência dos trabalhadores precisa ser restaurada [...] Enquanto os pequeno-burgueses democráticos querem concluir a revolução o mais cedo possível [...], é interesse nosso, e nossa tarefa, tornar a revolução permanente até que todas as classes mais ou menos possuidoras tenham sido forçadas para fora de suas posições de poder, que o proletariado tenha conquistado o poder estatal, e que a associação dos proletários, não apenas em um país, mas em todos os países dominantes do mundo, tenha avançado tanto que a competição entre os proletários desses países tenha cessado e que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos dos proletários [...] Nosso grito de guerra deve ser: A Revolução em Permanência!” (MEW, v. 7, p. 244, 247-248 e 254)

Minha dúvida deriva do fato que o tom “ultraesquerdista” da *Mensagem* de 1850 (como um todo) não parece coadunar com as suas posições pessoais durante o desenrolar da revolução de 1848 na Alemanha especificamente. Quando você voltou à Alemanha para participar do processo em abril de 1848 e fundou, em maio, a Nova Gazeta Renana, logo se viu em disputa com a ala “obreirista” da Liga dos Comunistas, capitaneada por Andreas Gottschalk. Essa ala (*à la* Wilhelm Weitling) pregava uma atuação independente e mesmo algo exclusivista da classe trabalhadora, se recusando a alianças com outras classes e desconfiando dos intelectuais dentro do partido. Gottschalk, por exemplo, pregava um boicote às eleições para a Assembleia de Frankfurt. Você afirmava que a Alemanha, ainda presa a estruturas semifeudais, não tinha passado por uma revolução burguesa completa e, portanto, uma revolução, mesmo que ainda burguesa, na Alemanha, seria um progresso para os trabalhadores, que não deveriam se isolar sectariamente da luta democrática mais geral. Mantendo sua

independência, os trabalhadores deveriam impulsionar os avanços democráticos na autoritária Prússia de modo a criarem condições mais favoráveis para a sua futura luta própria pela revolução socialista. Pelo menos nos meses iniciais da revolução de 1848 na Alemanha, essa foi a sua posição.<sup>3</sup> E, mesmo antes daquele ano, quando participou da reorganização da Liga dos Justos em Liga dos Comunistas em 1847, uma de suas críticas principais era às formas organizativas excessivamente conspirativas das sociedades secretas, que impediam uma maior divulgação do movimento entre a massa trabalhadora<sup>4</sup>. Como conciliar isso com a *Mensagem* à Liga de 1850 que dizia que a época das sociedades conspirativas ainda não tinha passado e pregava, nessa passagem acima e em outras, uma posição bastante intransigente em relação à burguesia? Estava você, Marx, fazendo, naquele documento coletivo, um compromisso com os membros mais “à sua esquerda” no Comitê Central da Liga dos Comunistas, como sugeriram Nicolaievsky & Maenchen-Helfen (1973, p. 218-219, 224)? Ou realmente foi reflexo da visão modificada mais radical que você teve no período final de declínio das revoluções em 1849/1850, como defendeu McLellan (2006, p. 216)? Eu fiquei em dúvida nesse ponto, já que a falta de documentação primária mais detalhada sobre o funcionamento da Liga nos impossibilita, no momento atual, de chegar a uma conclusão peremptória.

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, seu discurso de 04/08/1848 na Associação Democrática de Colônia contra Weitling, as minutas da reunião da Liga dos Comunistas de 11/05/1848 (quando Gottschalk se retirou dela), sua discussão original com Weitling em Bruxelas em 30/03/1846 e sua discussão contra August Willich na reunião da Liga dos Comunistas de 15/09/1850, respectivamente em MECW, v. 7, p. 556-557; MEW, v. 5, p. 484; Annenkov, 1883, p. 237-239; e MEW, v. 8, p. 598-600.

<sup>4</sup> Engels deixou bem claro essa posição de vocês de tentarem sair dos limites de meras sociedades conspirativas quando da reorganização da Liga dos Justos em Liga dos Comunistas em seu texto *Sobre a História da Liga dos Comunistas*: “A experiência de 12 de maio os tinha ensinado que naquele momento nada havia a se ganhar com tentativas de *putsch* [e] se as velhas regras semiconspirativas ainda foram preservadas intactas, isso era culpa da antiga rebeldia revolucionária que começava a colidir com visões mais esclarecidas” (MEW, v. 26, p. 316-317).

Finalmente, um último ponto a ser esclarecido tem a ver com a Rússia, país ao qual o seu nome é frequentemente ligado devido à experiência soviética. Sintomaticamente, o bicentenário do seu nascimento em 2018 veio logo depois do centenário da Revolução Russa em 2017: uma compressão temporal desta ligação de Marx com a Rússia! Se atualmente esta proximidade ficou quase contígua, em sua época a possibilidade desta aproximação absolutamente não era clara e poderia até ser considerada improvável. Em um artigo anterior meu, intitulado *Karl Marx e a Revolução Russa*, resumi assim a evolução de sua posição em relação àquele país eslavo:

A atitude de Marx em torno da possibilidade [de a revolução socialista ocorrer na Rússia] se modificou ao longo da vida e está muito imbricada com a maneira como o Mouro via a Rússia de maneira geral. Grosso modo, podemos distinguir duas grandes fases gerais com um longo período de transição entre elas. Na parte inicial de sua carreira intelectual, Marx tendia a ver a Rússia como o bastião da reação, o país que poderia impedir a revolução progressista na Europa: seu grande modelo histórico foi o papel da Rússia na derrota de Napoleão, encerrando os ideais revolucionários franceses de 1789/1793. Com a derrota das revoluções de 1848 e da Comuna de Paris de 1871 na Europa Ocidental, nos anos finais de sua vida, o Mouro passa a dedicar uma atenção cada vez mais forte ao potencial revolucionário dos desenvolvimentos na Rússia. O período de transição entre as duas fases se refere ao fato de que o envolvimento de Marx com os próprios revolucionários russos para um aprofundamento de seus conhecimentos do país já se inicia antes. Marx publicara o volume I de *O Capital* em 1867 e, ironicamente, a primeira tradução em língua estrangeira se daria na... Rússia! A tradução russa seria publicada em 1872, mas desde 1868 o tradutor, Nikolai Danielson, se engaja em forte correspondência com Marx na qual ele não apenas tira dúvidas da tradução, mas também envia a Marx grandes volumes de estatísticas sobre a Rússia que servirão para que o Mouro possa aprofundar seus próprios estudos sobre aquele país eslavo. Marx inclusive aprenderia russo para poder trabalhar essas fontes primárias na língua original. A ironia desse momento de transição, quando o Mouro passaria a escrever

sobre a Rússia não mais “de fora” (com fontes secundárias ocidentais) e sim “de dentro” (a partir de fontes primárias russas na língua original), se deu também pelo fato de que o contato de maior relevo inicial de Marx com os revolucionários russos se passou mais com os *narodniki* (“populistas”) que com os próprios marxistas russos de então (que inclusive eram adversários da ideologia *narodnik*). Além disso, dentro dessa fase “de transição”, devemos notar o ponto de viragem do período de repensar na Rússia após a Guerra da Crimeia (1853-1856) que desaguarda na abolição da servidão no país em 1861, a partir do qual Marx começa a aventar a possibilidade da Rússia ter potencial revolucionário pelo menos dentro do quadro de uma revolução europeia ou mundial mais ampla (Segrillo, 2017, p. 481-482).

Desculpando-me por tê-lo tratado na passagem acima pelo seu apelido informal (“Mouro”), minha principal dúvida sobre sua relação com a Rússia se refere ao período final mencionado, quando você (já conhecendo bem melhor o país a partir das próprias fontes primárias em russo) começa a aventar a possibilidade de uma revolução lá ocorrer. Alguns autores (e.g., Little, 2010; Heinrich, 2016, p. 130-131), examinando seus últimos manuscritos não publicados em vida (por exemplo, os chamados *Cadernos Etnológicos* ou os rascunhos da carta à Vera Zaslitch de 08/03/1881) e sua correspondência com os populistas russos, dizem que você, nessa fase final, estava a ponto de fazer uma grande viragem em seu pensamento, passando de uma visão evolucionista centrada na Europa ocidental para a aceitação da possibilidade de outras vias de chegada ao socialismo, incluindo a de que a assim chamada comuna rural russa (*mir*) pudesse servir de base para um futuro desenvolvimento do socialismo no país (Marx, 1974; *Sochineniya*, v. 19, p. 400-421). Pessoalmente, acho que essa visão é algo exagerada. Por isso queria saber com você ao certo.

O caso da carta datada de 16/02/1881 da (então populista e depois marxista) Vera Zaslitch a você está no cerne desta questão. Zaslitch lhe perguntara “à queima-roupa” se a comuna rural russa poderia servir como ponto de partida para a implantação do socialismo

na Rússia, como queriam os populistas *narodniki* e como negavam os próprios marxistas russos. O filósofo Daniel E. Little, da Universidade de Michigan, citou, entre outras, a seguinte parte dos rascunhos que você preparou para a réplica à Zaslitch, a fim de demonstrar que sua resposta seria afirmativa:

Do ponto de vista histórico, o único argumento sério em favor da dissolução fatal da comuna rural russa é o seguinte: Se formos muito atrás no tempo, a propriedade comunal de um tipo mais ou menos arcaico pode ser encontrada por toda a Europa ocidental: em toda parte ela desapareceu com o progresso social. Por que somente na Rússia ela escaparia desse destino? Eu respondo: porque na Rússia, devido a uma combinação única de circunstâncias, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode gradualmente se destacar de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento de uma produção coletiva em escala nacional. É precisamente devido à sua contemporaneidade com a produção capitalista que ela pode se apropriar das aquisições positivas desta última sem experimentar todos seus terríveis infortúnios. A Rússia não está isolada do mundo moderno e não é vítima de um invasor estrangeiro como a Índia (Little, 2010).

O trecho acima (e outros citados pelo prof. Little) parece fornecer uma resposta positiva (e até otimista) sua, Marx, à possibilidade de a comuna rural ser a base para um desenvolvimento socialista alternativo na Rússia. Entretanto, em meu artigo, eu chamo a atenção que esses trechos são do *rascunho* da carta que você escreveria em resposta à missiva de Zaslitch. A carta propriamente dita que você enviou à Zaslitch, era muito mais contida e lacônica que os longuíssimos rascunhos que escreveu para ela. Como ela é relativamente curta, vale a pena reproduzi-la *in toto*:

8 de março de 1881. 41, Maitland Park Road, Londres N.W.  
Cara Cidadã: Um problema de nervos que tem me afetado periodicamente nos últimos dez anos me impediu de responder antes sua carta de 16 de fevereiro. Eu lamento que não possa

Ihe dar um texto para publicação sobre a questão que me deu a honra de levantar. Alguns meses atrás, eu prometi um texto sobre o mesmo assunto ao Comitê de São Petersburgo. Mesmo assim, espero que algumas linhas sejam suficientes para tirá-la da dúvida sobre a maneira como a minha chamada teoria foi mal entendida. Analisando a gênese da produção capitalista, eu disse: “No cerne do sistema capitalista está a separação do... produtor dos meios de produção... *a expropriação do produtor rural* é a base de todo o processo. Somente na Inglaterra ele foi completado de maneira radical... *Mas todos os outros países da Europa Ocidental estão seguindo o mesmo curso.*” (Capital, edição francesa, p. 315) Portanto, a “inevitabilidade histórica” de tal curso é *expressamente restrita aos países da Europa Ocidental*. A razão para essa restrição é indicada no cap. XXXII: “*A propriedade privada baseada no trabalho pessoal... é suplantada pela propriedade privada capitalista, que se baseia na exploração do trabalho de outros, no trabalho assalariado.*” (*loc. cit.*, p. 340) No caso ocidental, então, *uma forma de propriedade privada é transformada em outra forma de propriedade privada*. No caso dos camponeses russos, entretanto, *sua propriedade comunal teria que ser transformada em propriedade privada*. Então, a análise em *O Capital* não dá argumentos pró ou contra a vitalidade da comuna russa. Mas o estudo especial que fiz dela, incluindo pesquisa em material de fontes originais, me convenceu que a comuna é o fulcro para a regeneração social na Rússia. Mas, a fim que possa preencher essa função, as influências nocivas que a cercam de todos os lados precisam ser eliminadas antes para que ela possa ter asseguradas as condições normais de desenvolvimento espontâneo. Cara cidadã, tenho a honra de permanecer. Sinceramente Seu, Karl Marx. (MEW, v. 19, p. 242-243)

Ou seja, você, Marx, que chegou perto de dar uma resposta positiva à pergunta de Zaslitch nos diversos rascunhos que escreveu para sua missiva, pensou melhor e resolveu dar uma resposta bem mais contida. Por ela a comuna rural pode fazer esse papel, mas apenas dadas certas condições<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Essa diferença entre “rascunho” e “carta real” no caso da correspondência com

Essa sua resposta final à Zaslitch parece coadunar com o último escrito público que você, conjuntamente com Engels, redigiu sobre o assunto. Foi no prefácio que vocês dois escreveram à segunda edição russa (de 1882) do *Manifesto Comunista*:

O *Manifesto Comunista* tinha como objeto a proclamação da iminente dissolução inevitável da propriedade burguesa moderna. Mas na Rússia nós descobrimos, ao lado do capitalismo e da propriedade agrária burguesa que estão somente agora rapidamente se desenvolvendo, mais de metade da terra em pertença comunal pelos camponeses. Então a questão é: a comuna rural russa, mesmo sendo uma forma muito minada da antiga propriedade comum da terra, pode passar diretamente à forma superior comunista de propriedade comum? Ou, ao contrário, precisa antes passar pelo mesmo processo de dissolução que constituiu a evolução histórica do Ocidente? A única resposta possível hoje é a seguinte: se a revolução russa se tornar um sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que as duas se complementem, então a presente propriedade comum da terra na Rússia pode servir de ponto de partida para um desenvolvimento comunista (MEW, v. 19, p. 296; cf. *Sochineniya*, v. 19, p. 305).

Ou seja, “Se..., pode...” parece ser sua fórmula, muito no condicional, para resolver esta questão espinhosa. Parece-me, então, que, no seu período final, em que estudava a Rússia através de

---

Zaslitch chama a atenção para um problema metodológico importante hoje quando, devido ao admirável trabalho feito pelos editores da MEGA (*Marx-Engels-Gesamtausgabe*), a mais completa coleção de textos e documentos seus e de Engels, incluindo seus rascunhos e manuscritos não publicados, os pesquisadores estão empregando também seus rascunhos em suas descrições do pensamento marxiano. A utilização de rascunhos (de qualquer autor, não apenas seus, Marx) deve ser feita com extrema cautela, evitando tirar daí conclusões precipitadas. Afinal, rascunhos são usados como a fase experimental de uma pesquisa (onde, ao lado de acertos, muitos erros são feitos e corrigidos, no caso, riscados ou eliminados do texto final). Assim, como alguém que sai para a rua quer ser visto em suas melhores roupas de sair, bem arrumadinho (e não que o vejam de pijama ou roupas de baixo como costuma andar em casa), as ideias de um autor, *ceteris paribus*, devem ser julgadas a partir de seu texto final e não de seus rascunhos. Procede?

fontes primárias e em correspondência com muitos autores russos influenciados pelo populismo, você, Marx, realmente se abriu (bem mais que no início de sua carreira!) para possibilidades revolucionárias na Rússia, algumas das quais hipoteticamente a partir da própria comuna rural. Mas seria um exagero qualificar esta mudança de atitude como um rompimento radical com suas posições anteriores ou que você estivesse prestes a assumir uma posição próxima ao populismo russo. Em minha visão, você simplesmente tinha notado que a Rússia (após a abolição da servidão em 1861) estava em uma nova fase, agora de desenvolvimento capitalista e possibilidade de uma real revolução burguesa (talvez de um tipo peculiar) e isso exigia que você visse o país com olhos diferentes daqueles com os quais o via antes da abolição da servidão.

Estou certo nesse ponto?

Finalmente, a curiosidade maior de todas, é claro, seria lhe perguntar o que você acha dos desenvolvimentos do socialismo no século XX, em especial, como viu o regime soviético e a maioria dos movimentos marxistas atuais. Mas não vou fazer essa pergunta, porque, na verdade, a sua opinião não importa. Você nunca se colocou em termos religiosos, como um ser onisciente e infalível. Você falou do que conhecia bem: a realidade do seu tempo e, dialeticamente, sempre anunciou que ela era dinâmica e necessitava de estudo constante para manter a estratégia e táticas mais adequadas para os diferentes momentos. Assim, como estamos mesmo sem você, e nós, marxistas, em consequência, temos que pensar com nossas próprias cabeças para o desenvolvimento adequado do marxismo no momento atual, nem vou fazer essa pergunta para não acalentar esperanças vãs de que se alguém soubesse o que Marx *realmente pensava*, isso seria suficiente para resolver os dilemas do socialismo hoje.

Respeitosamente,

Angelo Segrillo

## Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANNENKOV, Pavel. Eine Russische Stimme über Karl Marx. *Die Neue Zeit*, v. 1, n. 5, p. 236-241, 1883.

HEINRICH, Michael. “Capital” after Mega: Discontinuities, Interruptions and New Beginnings. *Crisis and Critique*, v. 3, n. 3, p. 92-138, 2016.

K. Marks, F. Engels *Sochineniya*. 2ª ed. Moscou: Izdatel’stvo Politicheskoi Literaturny, 1955-1974. 50 vols.

*Karl Marx Friedrich Engels Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 1956-1977. 43 vols.

LITTLE, Daniel. Marx on Russia. *Understanding Russia*, 14/04/2010. Disponível em: <<https://understandingsociety.blogspot.com.br/2010/04/marx-on-russia.html>>

MARX, Karl. *The Ethnological Notebooks*. 2ª ed. Assen (Holanda): Van Gorcum & Comp. B.V., 1974.

*Marx-Engels Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, 1975-2004. 50 vols.

McLELLAN, David. *Karl Marx: a Biography*. 4ª. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

MECW: ver *Marx-Engels Collected Works*.

MEW: ver *Karl Marx Friedrich Engels Werke*.

NICOLAIEVSKY, Boris & MAENCHEN-HELFEN, Otto. *Karl Marx: Man and Fighter*. Londres: The Penguin Press, 1973.

SEGRILLO, Angelo. Karl Marx e a Revolução Russa. *Estudos Históricos*, v. 30, n. 61, p. 479-496, maio-agosto 2017.

\_\_\_\_\_. *Karl Marx: uma biografia dialética*. Curitiba: Prismas, 2018.

*Sochineniya*: ver *K. Marks, F. Engels Sochineniya*.

*Sovetskaya Istoricheskaya Entsiklopediya*. Moscou: Izdatel'stvo "Sovetskaya Entsiklopediya", 1961-1976. 16 vols.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. 2ª ed. São Paulo: Kairós, 1985.



# Direito e educação em estado de exceção

Carta de Carolina Catini<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste texto em formato de carta, a autora faz uma análise da educação capitalista, enfatizando a mudança na função social da educação massiva ao longo do processo histórico. A autora relaciona as transformações sofridas pela educação formal às mudanças na forma de realização dos direitos sociais e da força de trabalho como mercadoria. A reflexão contida na carta, sobre as bases que foram criadas para sujeitar a educação à uma forma específica de controle por parte de grandes conglomerados empresariais, indaga sobre a necessidade de a educação tornar-se um objeto de crítica da economia política. A partir da teoria marxiana, a autora examina a complexa conjuntura atual e os impactos do crescente conservadorismo, que se materializa no aumento do controle militar, religioso e empresarial da educação formal e não formal, modificando significativamente a estrutura educacional e alterando suas práticas e suas relações. De modo que a intenção da carta é chamar atenção para a subordinação e controle do trabalho educativos aos ditames de conglomerados empresariais, através do ajuste do serviço estatal à lógica de gestão empresarial.

**Palavras-chave:** Educação; Mercadoria; Economia-política.

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Meu Caro Marx,

Como seria bom poder contar agora com as suas armas da crítica! Tão propriamente vorazes e contundentes quanto necessitamos para retirar a análise da educação capitalista de seu persistente véu ideológico. Uma posição tão *sui generis* como a sua sobre as contradições deste momento histórico, tal qual as vivenciamos na periferia do capitalismo, movimentaria nossa capacidade de reflexão para a crítica e para a militância.

Sem dúvida, sabemos que “a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas”, e que continua valendo a sua formulação de que só poderemos derrotar o poder material que nos domina hoje com um poder material nosso. Mas o fato é que, por ora, parece estarmos distantes de construirmos esse poder e, assim também, de uma correspondente teoria crítica e revolucionária que emanada de nosso processo de luta e organização, sirva-lhe de alimento. Tanto porque são frágeis, neste momento, quaisquer manifestações de “conjunto”, tamanha individuação, exploração, reificação e atomização das forças do trabalho, quanto porque a radicalidade do pensamento enfrenta a difícil tarefa de agarrar uma raiz que se encontra num terreno pantanoso de formas sociais que se transformam no solo da história.

Falar em raiz num “solo da história” até parece épico diante da efemeridade de nossas relações atuais. Mas em tempos de excesso de comunicação destituída de seus fins comunicativos, um certo desajuste na linguagem pode ser útil para manter o desassossego. Procurar saber o que segue conosco no curso da história não é algo ajustável à validade instantânea e espetacular dessa forma publicitária mediada pela tecnologia que invade como maremoto as relações pessoais e também a educação dominante. Assim como a aparência de autonomia é uma falsificação das correntes invisíveis que nos prendem cada vez

mais firmemente à exploração, também a efemeridade, a precariedade, a intermitência das relações que vivenciamos de maneira violenta são formas de manifestação do sólido e duradouro antagonismo que se desdobra historicamente no núcleo deste nosso modo de vida: a contradição entre capital e trabalho.

Mas é evidente que te escrevo porque tenho muitas dúvidas e gostaria de saber tua opinião sobre questões que se impõe no presente. A única convicção que tenho é de que, para capturar o que importa nesses nossos tempos de “terra em transe”, parece ser necessário aderir à uma forma que está em baixa. Pois não se trata de fazer propaganda, de convencer, de ganhar seguidores ou adeptos para uma forma de pensar, uma corrente teórica, de tentar vencer algum inimigo ideológico pela retórica, etc., senão de provocar uma discussão, um exercício de pensamento, uma abertura necessária para aprofundar a crítica.

A questão é a seguinte: acho que estamos assistindo à mais radical transformação que a educação já passou em sua história desde a generalização de sua forma social massiva e hegemônica, a escola. É urgente que a educação se torne objeto de uma minuciosa crítica da economia política! E, por conseguinte, da crítica do reformismo, uma vez que essa transformação está vinculada às mudanças na forma de realização dos direitos sociais e da força de trabalho como mercadoria. No caso dos chamados serviços públicos ou estatais, vemos que a realização da força de trabalho por meio de contratos intermitentes corresponde a direitos igualmente intermitentes, submetidos à lógica concorrencial, organizados privadamente por organizações que prestam os serviços que o Estado terceiriza. Refere-se, portanto, às relações entre trabalho e educação – tanto ao trabalho educativo, quanto à formação voltada para o trabalho, este que tem se realizado sob novas formas de precarização.

Os direitos sociais, que sempre representaram uma categoria tensa entre as necessidades materiais de quem vive do trabalho e as necessidades de quem os concede, apresentam hoje novas contradições

ao desenvolver-se sob formas híbridas, articulando elementos do direito público e do direito privado. Por ligar diretamente necessidades materiais dos trabalhadores com prestação de serviços de grupos privados, coloca outros limites à perspectiva reformista, que age de modo mais ou menos relevante sobre os efeitos da desigualdade capitalista, mas nunca sobre suas bases. E, no entanto, em tempos de tão rebaixadas expectativas históricas de transformação radical, de tantas consequências da crise econômica, do desemprego, da precarização, da privação de serviços básicos, de cortes de gastos públicos, etc., a luta por direitos sociais adquire uma aura de positividade, como se estivesse livre de suas contradições imanentes. Essa reivindicação ganhou tal centralidade, como se pudesse responder às nossas necessidades atuais, como se os direitos sociais fossem simplesmente o contrário da privatização de tudo, e o Estado meramente o contrário do capital. A referida centralidade é tanto mais exacerbada quanto mais apareça cindida de práticas sociais que gerem formas de vida anticapitalistas, assumindo a posição de ser uma finalidade da luta e não um meio, como a concebe a tradição revolucionária e antirreformista.

Caro Marx, imagine que, num país como o Brasil, no qual se tardou tanto para que a educação alargasse seu alcance ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras e seus filhos e filhas, é possível dizer que estão criadas as bases para uma sujeição da educação, tanto das redes estatais quanto privadas, à uma forma específica de controle por parte de fundos de investimentos, bancos, corporações, enfim, grandes conglomerados empresariais. Por certo não é de hoje que a educação pode ser mercantilizada, e constitui um ramo dos negócios, tanto quanto a fábrica de salsicha à qual você a igualava no célebre capítulo XIV do primeiro volume de *O Capital* (MARX, 2013). A novidade, fruto de modificações da forma social da educação, consiste em que ela se tornou, por assim dizer, um ativo financeiro da indústria de serviços educativos, e circula nas bolsas de valores, nas operações comerciais, nos títulos da dívida pública. Ela se converteu em um mercado cativo, com lucros garantidos pelo Estado, de modo que empresas, indústrias,

bancos e suas fundações e institutos que desenvolvem os seus “trabalhos sociais” – colhendo os frutos do marketing e da renúncia fiscal – não agem apenas influenciando, ditando as regras, dando as cartas de políticas públicas, mas também trabalham efetivamente no controle, na gestão e na organização de setores de escolas, diretorias e até secretarias de ensino. Diretamente, com emprego de força de trabalho vivo que as próprias empresas mobilizam por meio das terceirizações e prestações de serviços, ou indiretamente, empurrando goela abaixo seus “métodos” e seus produtos de “inovação”, que ao chegarem nas redes de ensino se transformam em trabalho morto que dominam nossa atividade docente. Ambos os processos dão indícios de uma transformação com consequências drásticas, com inúmeras relações que precisam ser estudadas pormenorizadamente, e por isso tua opinião é valiosa. A educação não está combinada com a produção material, como você e Engels (1998) propunham no Manifesto Comunista, mas subsumida ao capital.

Por certo que a complexa conjuntura atual abarca e impacta a educação de inúmeras formas e eu seria incapaz de lhe oferecer um quadro mais completo, ainda mais nas poucas páginas dessa carta. A mudança na função social da educação massiva se altera em conjunto com o crescente conservadorismo que se intensifica por toda parte, cuja expressão mais radical está no aumento do controle militar, religioso e empresarial da educação formal e não formal. A verdade é que enquanto tramitam no senado e nas câmaras de deputados e vereadores projetos que permitem a atuação legal de tais setores na educação estatal, a atividade destes gestores já tomou conta de diversos pontos estratégicos da estrutura educacional, e logrou alterar suas práticas com impactos na própria natureza das relações educacionais.

Mas educação é apenas um dos atos que ocorrem num cenário distópico. Depois de sucessivas crises e limites que o capital tem encontrado para acumulação, sofremos as consequências de sua busca por saídas e novas frentes para a valorização do valor. O Estado, que é a forma política do capital, como sempre, mas cada vez mais de

forma desmedida, faz das tripas coração para salvá-lo, com subsídios à produção, fornecimento de crédito abundante e barato, aquisição de títulos financeiros podres, isenções tributárias, entrega de empresas estatais à iniciativa privada etc. De outro lado, o Estado “aperta o cinto” com políticas de “austeridade”, em particular com o corte de gastos públicos com direitos sociais, pesquisa, produção científica, crédito para trabalhadores e pequenos produtores. E, no entanto, poderia o Estado retirar-se da gestão das “questões sociais”? Poderia simplesmente reprimir, confinar, cortar direitos e desconectar-se de suas formas de organizar os conflitos que germinam com o aumento exponencial da pobreza e da desigualdade? Trata-se, de outro ponto de vista, de um “Estado Amplo”, com gestão empresarial, evangélica e militarizada dos direitos sociais? Ou de uma fase transitória para o fim dos direitos sociais? Por ora, parece que a necessidade de gerir a barbárie pelo controle social em tempos de crise econômica ajustou-se à lucratividade desses grupos privados, criando uma situação que fortalece ainda mais o capital em detrimento do trabalho. As questões sociais passam a ser, assim, objetos da intervenção combinada de figuras jurídicas e financeiras públicas e privadas, gerando uma categoria híbrida de controle das “políticas sociais”. Na condição de personificações do capital, os interesses desses empresários, os projetos “ultraliberais” e de extrema-direita se misturam e constituem uma unidade.

O processo está em curso e longe de sua conclusão, mas tem avançado na mesma proporção que a voracidade por lucros e a concorrência dessas empresas, disputando fatias do mercado. É evidente que a pavimentação desse caminho é um processo de longa data, no qual diversos tipos de instituições privadas foram ocupando espaços e tomando para si alguns processos educativos ou de gestão da educação estatal. Para tanto, capitalistas não sitiaram, não fizeram uso de força, e nem de nenhum tipo violência contra o Estado. Este último, ao contrário, agiu e tem agido em conjunto, agenciando processos, organizando, facilitando, criando novas formas jurídicas, firmando,

assim, as famosas “parcerias público-privadas”, este eufemismo que encobre essa forma de privatização da educação.

Assim, a situação atual parte de uma realidade muito distinta daquela que você menciona no *Capítulo Sexto Inédito de O Capital* (MARX, 1978): tanto a presença do trabalho de serviços deixou há tempos de ser insignificante em comparação ao trabalho que se materializa em mercadorias independentes da própria atividade laboral, quanto também os serviços estatais deixaram de se apresentar como uma forma acidental e de pouca relevância para o processo de reprodução capitalista.

A gênese violenta do direito à educação é apagada da história quando ela é considerada apenas do ponto de vista do progresso do modo de vida burguês. A presença totalitária da forma hegemônica da educação organizada pelo Estado faz com que ela pareça natural e essencialmente positiva. Lida a contrapelo, no entanto, a história da expansão do direito à educação se apresenta pela destruição de outras formas de educar e destituição de outras formas de existência não condicionadas pela venda da força de trabalho. O nascimento da educação estatal massiva esteve ligado ao disciplinamento e à contenção das massas de trabalhadores e trabalhadoras expropriadas, e seu desenvolvimento se deu em conjunto com a generalização da força de trabalho como mercadoria. A consolidação e o alargamento das redes educativas sob a forma do direito estatal, por um lado foi decisiva para a constituição da massa de trabalhadores “livres como pássaros”, que, além de expropriados dos meios de produção, “por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (MARX, 2013, p. 983). Por outro, competiu para a produção de um tipo específico de inserção na “vida política” na forma da cidadania, a duplicação político-jurídica da existência dos indivíduos, que profundamente desiguais em sua vida prática, assumem no plano jurídico-político uma igualdade formal. Você mostra, nesse seu famoso capítulo sobre a acumulação primitiva (ou original) de *O Capital* (MARX, 2013), que a violência

da expropriação “inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”, envolveu o apoio estatal para criar ou direcionar esforços para que um corpo de instituições assistenciais, educativas, repressivas e punitivas atuassem no sentido de conter a vadiagem e quebrar violentamente as resistências de grandes contingentes populacionais expropriados a vender sua força de trabalho à indústria manufatureira nascente. Em cada país ou região este processo ocorreu “com seu colorido” específico, mas contribuiu para o surgimento de investimento estatal em serviços para a população trabalhadora.

De um investimento inicial nas organizações assistenciais e filantrópicas da igreja ou da “sociedade civil” pré-existentes, o Estado passou a profissionalizar os serviços sociais em torno da reprodução de trabalhadores e trabalhadoras. Entre o final do século XIX e todo o século XX houve uma efetiva expansão da educação para a população trabalhadora, assim como de outros direitos sociais – sempre ligados ao trabalho –, criando quadros de serviços e funcionários públicos, com aporte de recursos arrecadados pelo Estado por meio de impostos. O escopo do alargamento dos direitos é mais ou menos significativo em cada país e região, em cada conjuntura, pois além das diferenças dos recursos estatais, o acesso aos direitos está sempre conectado a outras questões políticas. Em grande medida sua expansão passa a ser resposta a conjunturas diversas: de contenção de lutas à respostas a movimentos que reivindicam direitos. Em qualquer um dos casos os direitos sociais na forma de garantias ou serviços gratuitos constituem aparato de reprodução da força de trabalho, na forma de um salário indireto concedido pelo Estado.

No desenvolvimento da grande indústria você relata como as crianças se tornaram a “guloseima” dos industriais, que se deliciavam com a capacidade de explorar trabalho, indiferentemente do sexo e da idade, por conta da simplificação do trabalho que a introdução da maquinaria permitiu. Sua justificativa de defesa de uma intervenção estatal dizia respeito apenas à violência, pois lhe parecia evidente que era preciso preservar jovens e crianças trabalhadoras

dos efeitos destruidores do sistema capitalista, que explorava indiscriminadamente o trabalho, o que só poderia ser feito pela força social das “leis gerais impostas pelo poder do Estado”. Ao mesmo tempo, você considerava necessário que houvesse limites à atuação estatal na organização da vida social de trabalhadoras e trabalhadores, e ao fazer a *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012), indignava-se com o fato de um partido operário defender a “Educação popular universal e igual sob incumbência do Estado”. De um lado, o partido defendia propostas utópicas para uma sociedade antagônica, como uma “educação igual para todas as classes”; de outro, apresentava como demanda da classe trabalhadora a educação universal obrigatória, tal qual já havia na Alemanha, e a instrução gratuita, como nos Estados Unidos. O mais importante, no entanto, era que a proposta do partido social-democrata alemão – em tese socialista – deixava-se amoldar pela perspectiva reformista ao defender que a educação popular estivesse a cargo do Estado. “Absolutamente condenável é uma educação popular sob incumbência do Estado”, foram as suas palavras. Uma atuação limitada do Estado por meio de alguma lei geral que estabelecesse recursos, qualificação docente e currículo poderia ser aceitável, mas nunca “conferir ao Estado o papel de educador do povo”! Parecia óbvio que o movimento anticapitalista precisaria criar meios de educação autônoma, ligadas ao trabalho produtivo e, ao mesmo tempo, à organização de classe, como você defendera em outros momentos. E no caso da instrução “pública”, o movimento deveria cercar a participação do Estado, para manter a educação longe de qualquer influência de governos e igrejas.

E deixamos, pois, que ao longo da história o Estado se tornasse educador do povo. Embora a posição dependente do Brasil tenha feito com que o desenvolvimento capitalista prescindisse da educação e qualificação de trabalhadores e trabalhadoras por muito tempo, aqui, como em muitos outros países, a educação voltada ao povo se desenvolveu sob a forma do direito e, portanto, subordinada ao Estado, sob influência de governos democráticos ou autoritários.

Mesmo a esquerda em grande medida passou a reivindicar a educação estatal como se ela fosse “coisa nossa”, como se o “bem público” fosse de fato um bem comum, como a teoria burguesa admitia. E mais do que isso, não apenas deixamos de colocar limites à atuação do Estado na educação, como depositamos nele toda a responsabilidade de promover a transmissão dos conteúdos escolares, mas também parte importante da socialização de crianças e jovens, e passamos até a reivindicar uma educação integral ao Estado. Passamos a demandar do Estado aquilo que você imaginava que poderia – e deveria – ficar à cargo da organização da classe.

As contradições desse movimento se apresentaram de formas distintas em cada momento da história da divisão social do trabalho, relacionados também à forma e à função que os direitos sociais foram adquirindo, bem como ao papel específico da educação, em particular no que se refere à formação da força de trabalho. Os direitos sociais se converteram em necessidade e, ainda que os serviços sociais estatais se realizem de maneira bastante precária para a maior parte da população, tornaram-se formas de inserção e reprodução da vida social. Não obstante, sua expansão passou ao largo dos objetivos liberais de promover igualdade ou atenuar desigualdades sociais.

No caso da educação escolar, mesmo que não haja universalização – e passamos longe disso nos países periféricos – podemos dizer que nunca tivemos tanto acesso ao direito e que, ao mesmo tempo, nunca fomos tão privados de *formação*. A profusão de ofertas de cursos formais e não formais no período neoliberal deu-se em conjunto com a prática ideológica do “ensinar a ensinar” ou “aprender a aprender”, que organismos internacionais passaram a recomendar aos países pobres: a panaceia do acesso à “educação ao longo da vida”, para usar outro jargão dessa onda, limitando o ensino de conteúdos em nome de uma suposta “democracia” da socialização e do comportamento “cidadão”, transformando o meio num fim em si mesmo, no “direito a ter direitos”, como falávamos no fim do século XX. E de fato, na prática se desenvolveu uma “terceira via” entre

os extremos que reduziam o socialismo à estatização e o capitalismo à concorrência mercantil, numa defesa que uniu movimentos sociais, empresários, Estado, organizações da sociedade civil, todos lutando pelos “direitos sociais”. Todos juntos passaram a defender “instituições republicanas democráticas, não como meio de suprimir dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas como meio de atenuar sua contradição e transformá-la em harmonia”, como os reformistas social-democratas d’*O 18 de Brumário* (MARX, 2011). O “Estado de Direito”, incumbido dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, passa a organizá-los em conjunto com seus “parceiros”, numa harmonia onde todas as partes se beneficiam, com exceção do povo.

Como se tornou natural pensar que “estávamos vencendo” só por estarmos acessando direitos, as formas sociais de realização de tais direitos ficavam escamoteadas. E no entanto, como boa parte dos direitos sociais, tais como a saúde, a educação, o transporte, a assistência social, etc., só podem se realizar, na prática, pela força de trabalho na forma de serviços, este enorme mercado de trabalho também sofre com as ondas de terceirização e de precarização. Sabemos, então, que essas transformações na forma de execução e gestão dos serviços estatais – diga-se de passagem, muito anteriores às aprovações das leis de terceirizações e da Reforma Trabalhista – atingem grande parte da assistência social e da saúde que têm seus centros de referência ou unidades básicas geridas por Organizações Sociais (OS). O direito ao transporte é gerido por uma grande máfia de empresas privadas, e a política habitacional é feita pela parceria entre poder público, empreiteiras e movimentos de moradia transformados em entidades jurídicas. Mesmo a cultura e a educação estão, em grande medida, nas mãos de patronais, bancos e empresários.

A relação entre os sistemas de ensino estatais com essa nova força da indústria do serviço educativo envolve uma variedade muito grande de formas, tamanhos e graus de controle do trabalho educativo. As gestões municipais e estaduais de educação no Brasil têm estabelecido parcerias que vão desde a aquisição de sistemas de ensino

de empresas da educação, passando por inúmeros tipos de projetos de parcerias com unidades escolares e diretorias de ensino, até a gestão conjunta das políticas e das instituições de ensino. Algumas unidades educativas no Brasil são geridas diretamente por Organizações Sociais da Sociedade Civil, as quais controlam projetos pedagógicos e contratos de trabalho de docentes, e assistimos atualmente à gradativa adesão de tal modalidade de organização na educação básica por estados e municípios brasileiros.

A educação infantil é um caso emblemático, pois nem bem saiu da organização filantrópica e assistencial e passou a ser direito estatal, conquistando certo grau de profissionalização, já vê a transferência de sua gestão para Institutos e Associações Privadas, que é marca do que se tem chamado de “re-filantropilização”. Ao vencer uma licitação ou depois de concorrer a um edital municipal a organização social ganha o direito de realizar serviços terceirizados do modo que lhes parece mais conveniente. O contrato privado de prestação de serviços aos municípios vale mais do que qualquer lei educativa e, na prática, a “missão” de cada entidade se sobrepõe aos objetivos de uma educação pública, laica e gratuita. Como grande parte das organizações que concorrem são assistenciais ou religiosas, assegura-se a elas, na prática, o direito de explorar trabalho feminino precarizado para realizarem sua doutrinação e desde cedo inserirem crianças nos cultos, rezas, e hábitos culturais de cada entidade privada católica ou evangélica. Os contratos de trabalho são precários e algumas chegam a pagar a metade do salário que uma educadora concursada ganha, numa realidade que atinge grande parte das instituições de educação infantil.

As parcerias entre o público e o privado vão desde as organizações sociais da sociedade civil de pequeno e médio porte, como as que terceirizam serviços da educação infantil, até empresas com enorme poder e capacidade de investimento. A gigantesca Fundação Lemann, por exemplo, oferece serviços de consultoria e gestão educacional de municípios inteiros para atuar nas secretarias de educação, diretorias e escolas. Atualmente tem contrato em vinte e duas cidades brasileiras,

e suas atividades são desenvolvidas por empresas subcontratadas pela Fundação, que por sua vez podem fazer novas parcerias com fundações e associações “sem fins lucrativos” para desenvolver projetos com escolas e comunidade. Lemann, empresário mais rico do Brasil, investe em cerveja, ketchup e hambúrgueres como investe em educação, até porque, segundo ele mesmo, seu “negócio não é cerveja, nem hambúrguer ou ketchup, é gente”<sup>2</sup>. Além de investir na expansão da presença de grandes marcas imperialistas que contratam força de trabalho brasileira, também investe em gente quando financia organizações ou protestos de movimentos conservadores, e mesmo proto-fascistas.

Poderia dizer que os governos, eleitos ou não, estão surfando na onda do refluxo das últimas greves docentes, e sobretudo do movimento secundarista de ocupação das escolas de 2015 e 2016. Durante os protestos, uma ação combinada: enquanto o Estado reprimia violentamente os estudantes, parte do empresariado aplaudia o “protagonismo juvenil”, não só porque a imagem democrática jogava a seu favor, mas também porque era preciso que a “sociedade civil” demonstrasse que apoia a mudança na educação. Na sequência a reação foi traçada linha à linha pela aliança entre Estado e Fundações de empresas e bancos, que incorporou cada um dos elementos da pauta estudantil na sua semântica e tática de atuação. Como resposta às reivindicações, do controle ao grêmio estudantil aos métodos pedagógicos empreendedores que ensinam a submissão travestida de uma espécie de “gestão do futuro por metas” pela incorporação dos “projetos de vida” aos currículos, o maior ganho, sem dúvida, é conseguir propagandear e implementar a Reforma do Ensino Médio, que está sendo construída há mais de uma década pelos empresários em conluio com diversos governos, como se redução de conteúdos fosse “flexibilização de currículo”, como se desigualdade educacional

---

<sup>2</sup> <https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2018/01/jorge-paulo-lemann-nosso-negocio-nao-e-cerveja-nem-hamburger-ou-ketchup-e-gente.html>. Consultado em 23.08.2018.

fosse diversificação. O fato é que em São Paulo, e imagino que no Brasil todo, a reação empresarial foi digna de uma tática de guerrilha, com uso de um “trabalho de base” às avessas com oferecimento – muitas vezes gratuito ou comprado pelas secretarias como serviço – de “capacitações”, “formações”, “oficinas” para estudantes, docentes e direção escolar, voltadas para a ideologia do empreendedorismo e da competição.

A Króton – maior e mais lucrativa indústria de serviços e investimentos educativos –, por exemplo, depois das ocupações ofereceu serviços gratuitos e firmou contrato com a Secretaria Estadual de São Paulo, por meio da Aliança Brasileira pela Educação (ABE). Segundo seus informativos disponíveis na internet essa aliança “se fundamenta na articulação de parcerias entre os três setores – Governo, Empresas e Fundações, para que as instituições se integrem e somem forças na direção desse nobre desafio – melhorar a educação pública brasileira – bandeira comum de toda sociedade”. Atuando diretamente com a formação de “lideranças em gestão educacional”, busca “capacitar” diretores e diretoras de escolas públicas para que estes saibam fazer parcerias com projetos do terceiro setor.

O processo de fusões e aquisições de empresas privadas de educação gera uma concentração tão grande de capitais, que torna viável e rentável um grande investimento nos meios de trabalho educativo, seja pela digitalização de conteúdos e produção de materiais para os processos de ensino, quanto pelo desenvolvimento de aplicativos de gestão e diversas formas de controle de trabalho. Nas redes públicas, tão sucateadas e com pouca infraestrutura, tornou-se comum o relato de trabalhadores ou estudantes de que tablets, televisões, lousas digitais e instalação de internet são doados por empresários, que depois vendem a essas escolas sistemas de ensino, com pacotes educativos, softwares, aplicativos de gestão, etc. A mesma Króton, por exemplo, que gera notícias diariamente com suas fusões, criação de holdings, emissão de bilhões de reais em debêntures para novas aquisições, anunciou recentemente que, para investir na criação

e distribuição de tecnologias educacionais, será uma das principais parceiras do “Itaú Cubo”, uma “incubadora de startups” criada pelo banco Itaú.

O que quero mostrar com estes exemplos, que poderiam se multiplicar, é que a forma social da educação básica, que deixamos a cargo do Estado sob a forma do direito público, está se transformando mediante as combinações entre Estado e mercado, ambos agindo em defesa do “direito à educação”. Se nas últimas décadas as reformas educativas buscaram ajustar o serviço estatal à lógica de gestão empresarial por uma espécie de simulacro de relações que mimetizavam as relações mercantis, parece-me que a reforma do ensino médio em curso tende a romper o último enclave para a subsunção mais completa da educação estatal ao capital, alterando radicalmente o processo de trabalho educativo, e detonando os poros abertos de uma atividade ainda não completamente controlada. Ao subordinar o trabalho educativo – da gestão aos conteúdos pedagógicos – ela subordina também a formação de trabalhadores e trabalhadoras aos ditames de bancos e grandes conglomerados empresariais organizados em “movimentos” como o “Todos Pela Educação”. Desse modo, faz-se imperioso refletir sobre o papel da política institucional quando a agenda de “reformas” e mudanças estabelecidas por estes empresários está sendo seguida à risca pelos governos da última década.

Do ponto de vista econômico, o Estado não passa a fazer, ele mesmo, um investimento produtivo quando canaliza os impostos arrecadados para as mãos de capitalistas que organizam e terceirizam trabalhos sociais precarizados? O trabalho comandado por esses capitalistas torna-se produtivo (portanto produtor de mais-valia) mesmo que a educação permaneça sendo oferecida gratuitamente? O que essa forma híbrida de gestão de controle dos direitos sociais significa do ponto de vista da exploração deste imenso mercado de trabalho?

Além do ganho econômico, os ganhos políticos do capital ao terceirizar os trabalhos já são bastante conhecidos: com a diversificação

de prestadoras de serviços, multiplicam-se os padrões, fragmenta-se e se dificulta a organização das lutas em torno das condições de trabalho. A concorrência mercantil entre as prestadoras de serviços implica numa constante busca por redução de custos da força de trabalho e por ampliação do tempo de trabalho excedente, na combinação entre a extração de mais-valia absoluta e de relativa. Com algumas das tecnologias que estão sendo mobilizadas no interior da escola tende-se a ampliar a subsunção real do trabalho ao capital, que no caso dos trabalhos “imateriais”, por sua natureza concreta, impunham limites a esta subsunção, conforme a tua análise em *Capítulo Sexto Inédito de O Capital* (MARX, 1978). Assim como nos processos chamados de “uberização”, a tecnologia tem sido inserida na gestão e na avaliação constante do trabalho. Com isso, não se abre mão do trabalho simples, como ocorreria com o uso de um automóvel autônomo, mas submete-se o trabalho simples ao complexo controle de grandes conglomerados empresariais, pelo intermédio de aplicativos que fazem a gestão e selam os contratos de trabalho intermitente.

Ainda que a automatização do trabalho docente possa ser vislumbrada no horizonte, e mesmo diante do aumento do emprego de meios tecnológicos e digitais, em particular no ensino à distância, a sua universalização parece distante, em função da necessidade social de confinamento e controle, sobretudo da pobreza. Se há ainda limites para a substituição do trabalho de ensinar por máquinas, o mesmo não ocorre com a gestão do trabalho educativo, e aqui a introdução da tecnologia como mecanismos de organização, controle e avaliação contínua da atividade educativa, já compete para simplificar o trabalho docente e expropriá-lo de seu conteúdo.

E o que dizer dos ganhos políticos de controlar deste modo a educação de jovens trabalhadores? Na verdade, o que parece é que o sistema de ensino estatal, até hoje marcado por certa homogeneidade, nos contornos de direito universal e organizado diretamente pelo Estado, tende a se diversificar por meio da terceirização da gestão, em meio às disputas entre grupos empresariais por estes verdadeiros

nichos de mercado que se tornaram as redes de ensino públicas e privadas, no bojo dos direitos focais, voltado para “públicos-alvo” específicos. Nesse sentido, o acesso ao direito à educação tenderá a estar ainda mais subordinado à desigualdade de condições oferecidas pelas empresas prestadoras de serviços, no processo de formação da força de trabalho que elas mesmas irão explorar.

Parece-me que, diante das palavras de ordem das lutas por direitos, as respostas estatais hoje caminham simbioticamente unidas ao capital, fortalecendo-o ainda mais. Deste modo, esse tipo de reivindicação, desacompanhada de alternativas práticas contra-hegemônicas, não servirão para arrancar a educação de trabalhadores e trabalhadoras das mãos de seus adversários. Ao contrário, a “estridência democrática” e a “credulidade servil ao Estado”, que andam de mãos dadas, e que hoje acometem importante parcela da esquerda brasileira, não tendem a bloquear a crítica teórica e prática ao capital, com efeitos avassaladores, assim como ocorria nos tempos do Programa de Gotha (MARX, 2012, p. 46)? Não se aprofunda a posição invertida de um Estado que “necessita receber do povo uma educação muito rigorosa”?

A intensificação da barbárie também se amplia com a gestão dos direitos sociais dos atingidos pela infame ordem do capitalismo atual sob controle de quem personifica o capital. E assim, mesmo do ponto de vista de uma noção ideológica de progresso, me parece que nada poderia justificar que se veja tanto retrocesso na perda de direitos e nenhum retrocesso na redução de nosso horizonte prático à luta por direitos.

Enfim, meu caro Marx, se é verdade que a tenacidade de sua teoria crítica e revolucionária se prova pela permanência dela entre nós; é verdade também que sofremos os ônus destes tempos de devastação de qualquer expectativa revolucionária concreta. Esse tipo de pobreza de experiência nos afasta da produção de imagens dialéticas dos “momentos de perigo”, dos quais falava Walter Benjamin (2005), imagens que pudessem expressar as contradições sociais sem tantas

camadas de neblina ideológica. Não obstante, aprendemos contigo que é o exercício constante de enfrentamentos ao capital, em conexão com as lutas do passado, que servirá de antessala para a necessária recriação de uma estratégia e teoria revolucionária, à altura do contexto.

Já abusei de sua paciência, e detenho-me por aqui. Não sem antes dizer que por meio de teus escritos e de tua prática, fomos escolados contra um espanto aterrador em relação às atuais tendências da educação no Brasil. Trata-se de transformações assentadas sobre tendências da própria forma social do capital, e do Estado como sua expressão política, que tendem a dominar tudo, a penetrar todas as relações sociais, como você elucidou. Tais tendências se afirmam violentamente num contexto de crise, em que o motor da acumulação de capital perde força, e que a classe trabalhadora acumula derrotas. Não obstante, teu pensamento nos deixa igualmente imunes à paralisia, pois revela os limites do impulso totalitário do capital, e demonstra que, diante da barbárie capitalista, só resta nos levantarmos, sacudirmos a poeira, compreendermos os motivos da queda, e nos fortalecermos, crítica e praticamente, na construção da ruptura revolucionária.

É preciso construir um verdadeiro estado de exceção para frear o ritmo alucinante deste estado de exceção permanente.

Seguimos, em sua companhia.

Grande abraço, com saudações revolucionárias!

Carolina Catini

## Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. “Teses sobre o conceito de história”. IN: Löwy, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo, Boitempo, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do partido Comunista 150 anos depois*. COUTINHO (et al), Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica à economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Capítulo Sexto Inédito*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.



# Uma prosa com Karl Marx: indústria da cultura e materialismo cultural

Carta de Daniela Vieira<sup>1</sup>

**Resumo:** A carta, quase um desabafo teórico, foi escrita num momento delicado para a democracia brasileira. Pretende-se demonstrar as implicações da teoria de Marx para uma análise da cultura no capitalismo tardio. Para tanto, mobiliza autores como Raymond Williams, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Christian Laval e Pierre Dardot. Por fim, sublinha a produção cultural da periferia da cidade de São Paulo a partir de uma citação do rapper Mano Brown.

**Palavras-chave:** Materialismo cultural; Indústria da cultura; Capitalismo tardio.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia (Unicamp). Atualmente é Pós-Doutoranda em Sociologia junto a mesma instituição. Bolsista da Fapesp.

São Paulo, 4 de setembro de 2018.

Caro Marx, espero que esteja bem,

Escrevo da cidade de São Paulo, Brasil, a maior metrópole da América Latina. Um país que fora colonizado por Portugal e o último país da América a abolir a escravidão de negros sequestrados da África. Por aqui a situação não segue muito bem! Desde 2016 vivemos um período de grave retrocesso em vários âmbitos: político, econômico e cultural. O investimento do Estado em cultura e educação é irrisório, e grande parte de jovens pesquisadoras e pesquisadores nos encontramos sem perspectivas (no fundo, desesperados!) quanto às possibilidades dignas ao futuro. Isso sem falar nas manobras estatais com relação às leis trabalhistas. Acredito que ninguém da minha geração imaginou viver essa realidade caótica. Digito esta carta, (agora não é mais necessário manuscrever como na sua época), um dia após um grave incêndio que ocorreu no Museu Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do país; esse trágico incêndio no Museu, o maior de história natural da América Latina, foi resultado da ausência de investimento do Estado e mais um indício do abismo para onde o Brasil está caminhando. Desse modo, talvez, essas linhas podem soar um tanto melancólicas e até pessimistas. Me perdoe, mas não conseguiria escrever de outra maneira. Como você mesmo nos ensinou com o seu método, o materialismo histórico-dialético, as condições materiais de existência orientam o nosso olhar sobre os fatos concretos da realidade social e, assim, as transformações históricas iniciam-se a partir das bases materiais da existência humana, em que o ser humano se cria e se recria. Todavia, no processo atual, a esperança de uma revolução socialista não se encontra na ordem do dia. Claro que há organizações e movimentos radicais à esquerda, mas a base do capitalismo parece ter nos capturado da maneira mais sórdida possível. Se me permite, tomarei a liberdade de falar com você de

maneira informal, a fim de tornar objetiva uma interlocução que de fato eu cultivo na minha prática acadêmica e de pesquisa. Espero que isso não te incomode.

Apenas para situar algumas mudanças contemporâneas, desde a década de 1970 a nova ordem do mundo se estrutura no que chamamos de neoliberalismo, “um sistema normativo que ampliou a sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 07). Com grande capacidade de “auto fortalecimento”, faz com que os indivíduos se submetam a um “regime de concorrência em todos os níveis”. Atualmente, isso nos conduz a práticas meritocráticas e empreendedoras, expressão de uma “racionalidade neoliberal” em tudo adequada ao que Dardot e Laval denominam como a “nova razão do mundo”. A sua característica central é a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (IDEM, p. 17). Nesse sentido, Marx, esses autores reconhecem que o neoliberalismo não se caracteriza como ideologia, tampouco, pode ser pensado apenas como política econômica: estrutura-se como a “razão do capitalismo contemporâneo”, apresentando um impacto global. Diante dessa racionalidade neoliberal, o fundamento do mercado desenvolve-se como “lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (IDEM, p. 34). Segundo uma gíria bem brasileira, meu caro, “está tudo dominado”. Agora, falando sério, essa “nova razão do mundo” produz o chamado “sujeito neoliberal”, “sujeito empresarial” ou “neosujeito”, que se orienta pela eficácia/desempenho e competição (IDEM, p, 355). Acredito que você gostaria de saber que na construção dessa nova subjetividade, que os autores denominam como “subjetivação contábil e financeira”, expressa-se a “forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista”. Isso significa, camarada,

produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um

‘capital humano’ que deve crescer indefinidamente, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (IDEM, p. 31).

Essa análise dos autores renderia muita conversa...

Porém, um segundo ponto a ressaltar, também vinculado à lógica neoliberal, mas não apenas, é o fenômeno da globalização. Trata-se de outra mudança de revelo para compreender as relações sociais, políticas, econômicas e culturais na sociedade do século XXI. Enfim, Karl, esses tópicos em separados valeriam uma carta, quem sabe explico melhor em outra oportunidade, porque para desenvolver aqui a problemática da globalização eu teria que voltar ao que você escreveu no *Manifesto Comunista* (1848) e, conseqüentemente, fugiria do essencial a nossa conversa. Mas o importante a reconhecer sobre esse mundo doido é que ele se caracteriza pelo capital financeiro, pela ampliação da sociedade de consumo, pela revolução da tecnologia e dos meios de comunicação, por uma ênfase grande do Estado em políticas de privatização e por transformações nas relações de trabalho. A globalização, além de possibilitar a ampliação da hegemonia do capital, fez com que a mercantilização imperasse de modo aniquilador. Não obstante, e isso seguramente não é novidade para você, “o mercado não é para todos” (SCHWARZ, 1999, p. 161). No Brasil, tanto o impacto da globalização quanto do neoliberalismo torna-se mais visível a partir da década de 1990. Muita coisa mudou desde que você se foi. Nessa amplitude e complexidade dos acontecimentos, pretendo ressaltar algumas questões do legado da sua obra para a compreensão da cultura no capitalismo tardio. Voltarei um pouco no tempo, mas sem me preocupar com uma descrição linear. Afinal, rejeitamos o positivismo, não?

Eu sei que embora você gostasse muito de literatura e artes de uma forma geral, infelizmente, não se debruçou em um estudo sistemático sobre o assunto. Mas a sua produção a respeito do entendimento do sistema capitalista trouxe inspiração a vários autores (e a mim mesma) para a análise da cultura e da produção cultural.

Então, buscarei demonstrar alguns desdobramentos da sua obra junto a autores que se empenharam em compreender a realidade social por meio da análise da cultura. Teria isso relevância em sua época? Talvez não, sobretudo, dado o destaque em seus livros à análise das dinâmicas do capitalismo observando as mudanças na esfera da economia. Marx, a ênfase na “determinação” gerou e tem gerado vários debates entre os marxistas; digamos que as interpretações realizadas a partir da leitura do seu prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) dividiu as correntes do marxismo e também colocou em tensão a perspectiva da dialética, tão cara a sua obra. Tanto que um autor galês chamado Raymond Williams escreveu em 1978 um livro denominado *Marxismo e Literatura* com a preocupação de examinar os usos marxistas tanto de certos conceitos desenvolvidos por você, quanto de outros conceitos, como linguagem, cultura e literatura, que poderiam ser utilizados numa perspectiva materialista<sup>2</sup>. O enfoque do autor nessa obra foi, especialmente, de situar os conceitos historicamente, de maneira processual, buscando compreender a forma como teorias não marxistas se inter-relacionam com o marxismo, viabilizando uma abordagem mais ampla dessa corrente. A reformulação dos conceitos, diz ele, pode ser descrita como “materialismo cultural: uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico” (WILLIAMS, 1979, p. 12). Dentre os vários conceitos reinterpretados pelo autor encontra-se o de *determinação*.

O trecho do prefácio em que você diz que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47), talvez seja uma das partes mais debatidas na literatura marxista, e provocou múltiplas interpretações a respeito da realidade social e das relações intrínsecas a ela. De acordo com Williams, embora uma “abordagem moderna para uma teoria marxista da cultura” inicie-se com “a proposição de uma

---

<sup>2</sup> Ver também: Williams, R. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, São Paulo: Boitempo, 2007, p. 136-141.

base determinante e uma superestrutura determinada”, esse não deve ser o ponto de partida. Diz ele que “seria preferível se pudéssemos iniciar com uma proposição que era originalmente da mesma maneira central e autêntica: a proposição de que o ser social determina a consciência” (WILLIAMS, 2011, p. 43). O conceito de determinação deve ir *além* da grande maioria dos conceitos disponíveis, uma vez que Williams recusa a formulação da cultura como essencialmente superestrutural, (e aqui tendo a concordar com ele, caro Marx), na contramão do que se chamou de marxismo economicista, em que há uma noção bastante rígida, para não dizer estreita, da determinação da base sobre a superestrutura.

Para Williams, as proposições de uma base determinante e uma superestrutura determinada, de um lado, e do ser social determinante da consciência, de outro, deveriam ser entendidas como ênfases diferentes de um mesmo processo. (Veja aí, o cara de olho na totalidade do processo, sem perder de vista as contradições da realidade social!). Portanto, ele põe em relevância o “ser social” que determina a consciência a fim de buscar novas formas de refletir sobre a “determinação”. Dessa maneira, dentre os vários sentidos para a palavra “determinar”, Williams define semanticamente a noção de determinação, com base na “experiência da prática social”, como a de “fixar limites e exercer pressões” (IDEM, p. 44). As forças da economia permeiam tanto as relações sociais quanto a consciência, mas não como elemento exterior ou esfera à parte. Ele entende “pressões” como forças que impelem a uma ação, que, uma vez internalizadas, constituem a forma mesma de nossa consciência diante de nossas escolhas em todas as áreas da vida social. A origem da determinação está *nas atividades próprias do homem*. Ele nos mostra que há dois significados possíveis para o verbo “determinar”; a noção que predomina para os críticos do marxismo é, erroneamente, a de que 1) a determinação seria “uma causa externa que prediz ou prefigura por completo e que de fato controla totalmente uma atividade ulterior”. No sentido oposto a essa afirmação, ele considera que para você, caro Marx, haveria “a partir da

experiência da prática social, a noção de determinação como a de fixar limites e exercer pressões” (WILLIAMS, 2011, p. 44). Será que você concordaria com as proposições de Williams?

Essa distinção é decisiva, pois, quando se afirma que o ser social determina a consciência, ou que a base determina a superestrutura, não se quer dizer que esta é controlada e definida por completo, não restando outra alternativa a não ser um modelo pré-estabelecido. Pelo contrário, a determinação ocorre apenas no sentido de delimitar as múltiplas alternativas possíveis de atuação, interação e criação. Williams resume suas propostas para um novo modelo de análise cultural marxista ao afirmar que:

temos de reavaliar ‘determinação’ para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Temos de avaliar a ‘superestrutura’ em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar ‘a base’, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico (IDEM, p. 47).

Em vista disso, na compreensão dialética das relações existentes entre as diversas esferas da vida social, Williams sofisticadamente substitui a fórmula da base e da superestrutura pela ideia mais ativa de um “campo de forças mutuamente determinantes, embora desiguais”. Com isso, ele buscava escapar do mecanicismo que a fórmula gerara por muito tempo, a fim de

visualizar o estudo da cultura como o estudo das relações entre elementos em todo um modo de vida”, além de “encontrar formas de estudar a estrutura em obras e períodos particulares que poderiam manter-se em contato e clarificar obras de arte e

formas específicas, mas também as formas e relações de uma vida social mais geral (IDEM, p. 28).

Essa perspectiva do autor, sobretudo o ganho metodológico de pensar a cultura por meio do que ele chamou de materialismo cultural, a meu ver, foi um avanço a um estudo marxista da cultura que se propõe verdadeiramente dialético.

Mas eu fiquei pensando que talvez você esteja perdido com essa carta e se perguntando, “qual a relevância desse debate para pensar sobre o processo de acumulação do capital?”. Digo isso, pois lembrei-me de um texto em que você afirma o seguinte, “[...] a produção capitalista é hostil a certos setores da produção intelectual, como a arte e a poesia” (MARX, 2010, p. 150). Camarada, infelizmente, não é isso que verificamos desde pelo menos o século passado. Me parece que, atualmente, todas as esferas da produção intelectual e cultural não se encontram alheias ao capitalismo.

Esta nova configuração histórica traz perplexidade e nos impõe difíceis desafios. Assim, sociologicamente, é importante não deixar de observar o aspecto conservador da contradição fundamental inerente ao capitalismo: a separação da força de trabalho da gestão do processo produtivo através do rígido controle sobre o tempo. No que diz respeito ao campo da cultura, o mercado torna-se a referência última dos rumos da produção cultural, em que o consumo passa a ser uma das categorias para medir a relevância ou a importância de um determinado “produto” cultural. Foi justamente essa observação que fez com que alguns autores do século XX se empenhassem na compreensão da lógica do capitalismo tardio, tendo como inspiração (mas não somente) a sua análise a respeito do *fetice da mercadoria*, *ideologia*, *valor de troca*, *valor de uso* e *alienação*. Refiro-me, sobretudo, aos pensadores da Escola de Frankfurt, em especial, Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Tais autores são representantes do chamado “marxismo ocidental”. Essa denominação, caro Marx, foi cunhada por Perry Anderson, intelectual marxista inglês, para

designar, no período compreendido entre as duas guerras mundiais, autores que foram influenciados em sua formação política pelo avanço do fascismo e pela Segunda Guerra Mundial.

O historiador Perry Anderson diagnosticou como a “característica oculta” do marxismo ocidental foi ter sido “um produto da *derrota*”, uma vez que grande parte das fundamentais obras desses autores fora produzida num contexto histórico marcado pelo desespero e pelo isolamento político (ANDERSON, 2004, p. 62). Diante disso, alguns intelectuais deslocaram certos temas centrais dos teóricos marxistas da chamada “primeira geração”, cuja experiência política e intelectual somou-se a Primeira Guerra e a influência da Revolução Russa, e pensaram (cada um a sua maneira) uma nova “configuração intelectual” ao materialismo histórico, caracterizando-se, sobretudo, pela separação entre teoria e prática política<sup>3</sup>. Sim, separação entre teoria e prática política, bem diferente daquilo que você afirmou em *A ideologia Alemã* de que “é na práxis que o homem precisa provar a verdade [...]. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente *escolástica*” (MARX; ENGELS, 2001, p. 100). Aliás, para o historiador inglês, é nesta disjunção que consiste a primeira característica dos teóricos inscritos no marxismo ocidental, tornando-se mais notória a partir da década de 1930 (ANDERSON, 2004, p. 50).

Portanto, camarada, os autores do chamado “marxismo ocidental” deslocaram, por assim dizer, alguns pontos fundamentais da tradição clássica do materialismo histórico. Por exemplo, a questão econômica na sociedade capitalista cedeu espaço a outras análises, dentre as quais o estudo da ideologia e da cultura. Todavia, ainda na análise de Perry Anderson, o intelectual sardo Antonio Gramsci coloca-se como uma “exceção”. A seu ver, Gramsci merece lugar de destaque entre os teóricos dessa tradição, pois, “sozinho [...] incorporou

---

<sup>3</sup> De acordo com Anderson (2004, p. 29), os chamados teóricos marxistas da primeira geração são: Labriola, Mehring, Kautsky, Plekhanov, Lenin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Trotsky, Bauer, Preobrajenski, Bukharin.

em si mesmo uma unidade revolucionária entre teoria e prática, do tipo que havia caracterizado o legado clássico” (ANDERSON, 2004, p. 64-65). Adorno, por sua vez, nunca se vinculou com a vida política socialista no sentido da militância e/ou de filiação a algum partido político. Para o crítico alemão, sob a égide do nazismo, (um movimento político autoritário e abertamente antimarxista que, inclusive, procurou organizar a classe trabalhadora de maneira alternativa ao comunismo e cujo fundamento encontra-se no racismo científico e no antissemitismo), a prática política necessitaria ser redefinida pela teoria, ou seja, a “teoria é uma forma de prática”, dado que a “prática em si é um conceito eminentemente teórico” (ADORNO apud ANDERSON, 2004, p. 92). Acho que você quase ressuscitou ao ler isso, calma! Entretanto me parece que se, por um lado, o vínculo entre teoria e prática não apresenta mais na *Teoria Crítica* (“Escola de Frankfurt”) uma relação identitária, tampouco uma identificação ao movimento operário, por outro lado, um dos aspectos primordiais para uma teoria crítica, o de “apontar e analisar obstáculos a serem superados para que as potencialidades melhores presentes no existente possam se realizar”, bem como um “ponto de vista das oportunidades de *emancipação* relativamente à dominação vigente” são argumentos precisos para identificar em Adorno e na Teoria Crítica a continuidade inaugurada em sua obra, caro Marx, qual seja: “[...] polemizar com duas maneiras tradicionais de compreensão da sociedade: o pensamento chamado de utópico e aquele que, com uma pretensão de neutralidade e objetividade, propõe-se unicamente a descrever o funcionamento do capitalismo” (NOBRE, 2008 p. 09-10).

O posicionamento de Adorno com relação a práxis política, assim como os seus escritos sobre a cultura no capitalismo tardio faz com que muitos marxistas não o reconheçam dentro da tradição do materialismo histórico-dialético, considerando as suas análises bastante pessimistas com relação às possibilidades históricas de emancipação humana, além de elitistas. Contudo, camarada Marx, acredito que grande parte da obra adorniana sobre cultura ainda se sustenta e/ou serve como

referência, visto que a forma mercadoria também afetou a esfera da cultura e, salvo engano, segue conquistando até aquelas produções que se colocam como alternativas ao sistema capitalista. Bom, já havia ressaltado que talvez o tom da carta não seria de grande otimismo. Então, seguimos...

Espero que a minha descrição não seja algo muito rasteira, pois, embora eu seja leitora desses autores, reconheço a complexidade e as polêmicas sobre o assunto, bem como as minhas limitações como não especialista no tema. Todavia, velho Marx (me perdoe a intimidade), a expectativa é a de conseguir transmitir algumas considerações essenciais da análise adorniana, ressaltando, especialmente, aspectos a respeito do sistema da indústria cultural; esse termo, elaborado no livro *A Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos* (1947), foi escrito em conjunto com Max Horkheimer. O contexto sob o qual o livro foi produzido fora, por um lado, a ascensão do nazismo na Alemanha, e a vivência do capitalismo monopolista nos EUA – país onde esses autores se exilaram para fugir do nazismo, visto que eram de origem judaica. Um ponto a meu ver interessante encontra-se na atualização do seu conceito de fetichismo por Adorno, o qual demonstra o quanto a indústria cultural se coloca como uma arma poderosa de dominação imposta pela burguesia. Ou seja, na análise sobre a relação das mercadorias culturais com as artes, Adorno reconhece o surgimento de um modelo específico de fetichismo. Conforme você demonstrou brilhantemente em seu capítulo sobre a mercadoria, na produção mercantil o caráter social do trabalho ocorre de maneira indireta, por meio do valor, e as relações entre pessoas se escondem atrás das relações entre coisas; disso, decorre o que você denominou de *Caráter Fetichista da Mercadoria*, em que esta assume “sutilezas metafísicas e caprichos teológicos”, e a “relação social entre os próprios homens [...] assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1985, p. 71). Para Adorno e Horkheimer, orientados por seu diagnóstico, o fetichismo se expressa nas mercadorias culturais, principalmente, pela absorção do valor de uso pelo valor de troca, ou seja, a valorização

social artificialmente atribuída desloca o relacionamento de fruição que o sujeito pode estabelecer com a obra. Os autores afirmam que os objetos estéticos se submeteram a uma inversão da “finalidade sem fim” – o valor de uso é tido como valor de troca (como você já havia demonstrado), e a experiência com a obra não se realiza. Acho esse trecho magnífico, e reproduzo a você:

Tudo só tem valor na medida em que se pode trocá-lo, não na medida em que é algo em si mesmo. O valor de uso da arte, seu ser, é considerado como um fetiche, e o fetiche, a avaliação social que é erroneamente entendida como hierarquia das obras de arte – torna-se seu único valor de uso, a única qualidade que elas desfrutam. É assim que o caráter mercantil da arte se desfaz ao se realizar completamente (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 148).

Na certeza de que a cultura se fabricava como qualquer produto industrial, a padronização passou a dar o tom. Nesse sentido, definiram a indústria cultural como “falsa identidade do universal e do particular”, a qual cria a ilusão de um mundo diferente daquele a que nossa consciência espontaneamente pode perceber, condizendo com os interesses do sistema político e econômico no qual se insere.

Esses autores reconheceram a indústria cultural como a instituição que efetiva no consumidor aquilo que, na época do debate sobre o Esclarecimento, Kant denominou de “esquematismo transcendental”<sup>4</sup>. Em outras palavras, a capacidade do indivíduo autônomo de constituir a representação da realidade foi erradicada pela indústria cultural; ao oferecer para o consumidor uma representação do mundo, ela, na afirmação adorniana, seria um “guia dos perplexos”.

---

<sup>4</sup> “Em seu lazer, as pessoas devem se orientar por essa unidade que caracteriza a produção. A função que o esquematismo Kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente. [...] Para o consumidor, não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 117).

Além disso, manifestando-se como fator de integração social, bem como um meio de adaptação das massas ao sistema dominante, ela torna os homens aptos à espoliação do trabalho, colocando-se, ao mesmo tempo, como uma extensão do trabalho<sup>5</sup>. Isso faz com que a “relação oferta-demanda na indústria cultural” apresente “traços de sadomasoquismo apresentados pelo seu público”, cuja “miséria física e espiritual se confundem com o próprio cotidiano”. Dessa maneira, o indivíduo torna-se incapaz de superar a alienação, “identificando-se ideologicamente com a instância que o massacra” (DUARTE, 1997, p. 19). Dado que a produção e o consumo da arte passam a ser regidas pela dinâmica do mercado, a carência de valor de uso na mercadoria cultural é o passaporte para o estabelecimento de um valor de troca superior, acabando por corromper a sutil dialética entre o todo e a parte, típica dos objetos estéticos, restando apenas o valor de troca.

Logo, ao contrário do que era observado nas obras de arte, nos produtos oferecidos pela indústria cultural, “o todo e o detalhe exibem os mesmos traços, na medida em que entre eles não existe nem oposição e nem ligação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 118). Desse modo, Adorno e Horkheimer se referem ao consumo desses produtos como *reprodução simples do espírito* em contraposição ao que seria sua *reprodução ampliada*, “experiência com a arte avançada”. Tais conceitos se inspiram na diferenciação que você estabelece no cap. XXI e XXII de *O Capital* entre a *reprodução simples* e a *reprodução ampliada*<sup>6</sup>. Para os

---

<sup>5</sup> Segundo os autores, “A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada pelos que querem se subtrair aos processos de trabalho mecanizado, para que estejam de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização adquiriu tanto poder sobre o homem em seu tempo de lazer e sobre a sua felicidade..., que ele apenas pode captar as cópias e as reproduções do próprio processo de trabalho” (Adorno; Horkheimer, 1985, p.33).

<sup>6</sup> “A *reprodução simples* do capital é aquela que não leva a sua acumulação. O capitalista apenas repõe, já retirado o seu lucro, o capital investido. Portanto, a reprodução simples, ao contrário da *reprodução ampliada*, cuida apenas da sua manutenção nas bases em que se encontra. De forma análoga, a reprodução simples do espírito não acrescenta nada ao consumidor, sendo apenas um meio de manutenção do *status quo*” (DUARTE, 1997, p. 20). Cf. Marx, 1988, p. 659-711.

autores, nessa *reprodução simples do espírito* “torna-se quase supérflua a existência do sujeito que experiencia a obra de arte” (DUARTE, 1997, p. 20). É nessa condição que eles afirmam que “cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo. E todos os seus agentes [...] velam para que o processo da reprodução simples do espírito não leve à reprodução ampliada” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 119).

Marx, se na sua época as expressões artísticas e culturais evidenciavam-se pela literatura, teatro, as artes plásticas e a música, ocorre no século XX o surgimento do cinema, do rádio e da televisão, que modifica o modo de criação e recepção da arte sem, contudo, deixar de incorporar essas outras experiências artísticas. No século XXI, com o desenvolvimento da internet e dos meios digitais, a coisa ficou ainda mais complicada. Não obstante, as mudanças iniciadas no século XX foram atentamente observadas por Walter Benjamin, um filósofo que dialogou bastante com a sua obra e que, igualmente, inspirou os escritos adornianos. Ao contrário de Adorno, Benjamin, em sua crítica materialista da cultura, diagnosticou nessas mudanças da embrionária “cultura de massa” possibilidades revolucionárias. Crítico da modernidade e ao mesmo tempo atento às potencialidades das novas técnicas de reprodução, os textos benjaminianos, a partir dos anos 1930, apontam significativamente para a análise de um novo processo estético-cultural no qual as massas teriam um papel privilegiado. Por isso, o autor problematiza noções tais como a de gênio, criatividade, artista, obra de arte única e original, que seriam concepções adequadas ao fascismo<sup>7</sup>. Nessa certeza, ele buscou respaldo em perspectivas que não seriam apropriáveis pela extrema direita, diagnosticando a emergência de um novo tipo de arte que estaria em tudo adequada à realidade das massas, na contramão da arte burguesa. Em suas palavras: “as massas têm o direito de exigir a mudança das

---

<sup>7</sup> O parágrafo segue como referência o ensaio “A Obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”.

relações de propriedade; o fascismo permite que elas se expressem, conservando, ao mesmo tempo, essas relações” (BENJAMIN, 1987, p. 195). Com a técnica de reprodução, a arte passaria, de acordo com ele, a desempenhar um papel outro na esfera social que foge ao seu caráter cultural e religioso, adquirindo um valor de uso expositivo, secularizado, e o que seria mais importante: político. Diante disso, ele vislumbrou com o aparecimento do cinema a possibilidade das massas de transformar o cenário cultural, modificando o papel da cultura e dos sujeitos na vida social. O bacana nessa história é que, para Benjamin, a classe trabalhadora não deveria assistir passivamente a este conjunto de transformações sociais que estava ocorrendo, mas se apropriar dos meios de produção a fim de construir uma nova cultura, cuja produção fosse coletiva. Além do mais, para a construção dessa nova cultura (política e revolucionária) deveria ocorrer a superação da divisão do trabalho social, e a descompartimentalização das esferas que separam o trabalho manual e intelectual<sup>8</sup>. Olha que legal o que ele diz com relação ao escritor burguês e o escritor progressista: o primeiro está sempre “a serviço de certos interesses de classe”, (isso não lembra o que você falou sobre os interesses da classe dominante?), enquanto o segundo está “no campo da luta de classes, na qual se coloca ao lado do proletariado” (BENJAMIN, 1987, p. 120). A tendência política não se mostrará tão revolucionária enquanto o escritor não se colocar como um produtor a serviço dos proletários, afirmava Benjamin. Mas como já adiantei ao te falar sobre a praga da indústria cultural, que Adorno e Horkheimer tão bem analisaram, você já deve ter sacado que as perspectivas benjaminianas para uma nova cultura não se realizaram.

Contudo, eu quis te falar um pouco sobre o Walter Benjamin porque, diante dessa “nova razão do mundo”, resgatar as suas análises (ainda que não somente) como inspiração seja um bom caminho para o início de uma nova forma de cultura e de política cultural de

---

<sup>8</sup> Recorro ao texto de Walter Benjamin “O Autor como Produtor”.

inspiração revolucionária. Por exemplo, aqui em São Paulo a produção cultural está efervescente, sobretudo, aquela realizada e/ou advinda das periferias da cidade por pessoas das classes trabalhadoras e em sua maioria negra. No entanto, há algumas contradições. Percebo em certos artistas, poetas, e/ou coletivos culturais, (não em todos, claro!), uma potente denúncia antirracista, porém, não levam muito em conta as contradições do neoliberalismo, tampouco, a luta de classes. Parece até que essa palavra envelheceu, mas sabemos que não.

Observo isso, pois, tenho me dedicado ao estudo do *rap*, manifestação musical da cultura hip-hop que, em grande medida, é uma música com forte viés contestador de pessoas negras e pobres dos grandes centros urbanos<sup>9</sup>. O rap surge no Brasil nos anos 1980 e ganha revelo na década posterior, em especial, por causa do sucesso de um grupo chamado Racionais MC's. Esse grupo, bastante crítico ao sistema da indústria cultural no início da sua trajetória, teve uma atuação extraordinária e conseguiu de certo modo ampliar a consciência de classe e também racial da “quebrada”. Como diz um marxista brasileiro, “trilha sonora da periferia, o rap foi o responsável pela ‘educação sentimental’ dos negros pobres [...]” (FREDERICO, 2013, p. 241). Mas, atualmente, alguns rappers – já inseridos no *mainstream* – não fazem frente ao neoliberalismo e parecem se “esquecer” da luta de classes. Tanto que Mano Brown, um dos integrantes do Racionais MC's, declarou algo que sintetiza com muita propriedade as mudanças pelas quais o Brasil passou nos últimos 15 anos e, de certo modo, as transformações da mentalidade da classe trabalhadora e dos artistas periféricos. Esse cara é *zica*, Marx, como falamos por aqui. Você iria adorar conhecê-lo. Diz ele:

Os Racionais foram criados por quatro garotos que tentavam sobreviver, que não tinham ideia de como era o mundo. Só sabíamos o que era a favela. Muita coisa mudou, e hoje eu

---

<sup>9</sup> Refiro-me à pesquisa de pós-doutorado, ainda em andamento: “A nova geração do rap e a indústria cultural”, fomentada pela Fapesp/ Processo n. 2015/20592-5.

questiono a importância dos Racionais num mundo desses. Aqueles ideais que o povo defendia, o povo esqueceu. Com aquele discurso que tínhamos em 1990, hoje, os Racionais seriam engolidos pela periferia. Seriam rejeitados. Porque, depois de dois governos Lula e de um governo Dilma, mudou a mentalidade da periferia. Não tem como desvincular os Racionais da política, a banda sempre foi atrelada ao momento político do país. E qual é o momento político do país agora? A periferia passou a ser de direita. O rap virou algo de direita, conservador. Aquele rap da época dos Racionais, hoje, é um rap religioso, moralista, que não conversa com a revolução que precisa ser feita atualmente. Hoje, a maioria está reclamando porque não tem iPhone. Hoje, a luta que as pessoas dizem ter é individual. Não vejo mais luta de classes. A luta é por conforto. A periferia está pedindo segurança, votando em polícia, se escondendo dentro de igreja e atrás de pastor, não assumindo a parte que lhe cabe. Então, qual seria a importância dos Racionais hoje? Falar de Deus, de família? Não. Isso é o que fala o discurso da direita no Congresso. Que é homofóbica, racista, um monte de coisas. Você pega os pensadores do movimento (*hip hop*): eles estão neutros. Porque, hoje, você é apedrejado por falar de Lula. É linchado na internet, junto à opinião pública. Então está todo mundo com medo. Hoje, a favela tem outras prioridades, outros candidatos, outras inspirações. Quando a favela ouve as músicas dos Racionais, é por nostalgia, não mais por necessidade. E a gente sabia. Se vejo como a periferia pensa hoje, como o brasileiro pensa... estou de luto (BROWN, 2018, s/p)<sup>10</sup>.

É por isso que tendo a concordar com Dardot e Laval – que já te apresentei no início desta carta – de que a sociedade contemporânea, infelizmente, pode ser pensada como “uma empresa constituída de empresas” e, portanto, “necessita de uma nova norma subjetiva que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321). Atualmente, dentro dessa

---

<sup>10</sup> Entrevista disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2018/02/hoje-a-luta-das-pessoas-e-individual-nao-vejo-mais-luta-de-classes-affirma-mano-brown-cjd4ro6d7064k01kexrlfigt4.html>. Acesso em 21/08/2018.

“governamentalidade neoliberal”, o sujeito tem sempre que ganhar, ele é “a um só tempo o trabalhador e seu próprio acionista”, primando para “ter um desempenho sem limites e gozar sem obstáculos os frutos da sua acumulação, esse é o imaginário da condição neosubjetiva” (IDEM, p. 373). Todos viraram “empresas de si mesmo” na ética neoliberal e, ao fim e ao cabo, querem apenas um lugar ao sol, ter destaque, “estar por dentro”. Brown foi certo quando afirmou: “a maioria está reclamando porque não tem iPhone. Hoje, a luta que as pessoas dizem ter é individual. Não vejo mais luta de classes”.

Diante disso, as possibilidades de uma mudança estrutural tornam-se inviáveis. Acredito que a retomada da inspiração no materialismo histórico-dialético para redefinir o campo da cultura é urgente. Caso contrário, seremos vozes dispersas diante dos holofotes, ou seja, a cultura não passará de mera espetacularização. É ao combate dessa condição que a premissa de ações coletivas é importante. Antes de finalizar a carta, faço coro com as palavras de Dardot e Laval, segundo os quais “a invenção de novas formas de vida somente pode ser uma invenção coletiva” (IDEM, p. 401). A nova razão do mundo não é um destino necessário que subjuga a humanidade. É histórica, portanto, superável. “Não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela razão comum” (IDEM, p. 402).

Termino por aqui, camarada, e agradeço previamente a sua atenção. Sabe, achei que a carta soaria pior, mas ainda mantenho certa esperança ou, ao menos, lampejos de esperança quanto a um futuro, mesmo que não próximo, menos bárbaro.

Saudações Revolucionárias!  
Com um abraço,  
Daniela.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORHKEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Notas marginais sobre teoria e práxis. In: \_\_\_\_\_. *Palavras e Sinais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 202-229.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”. In: \_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 165-196.

\_\_\_\_\_. “O autor como produtor”. In: \_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 120-136.

BROWN, Mano. “A periferia passou a ser de direita”. Entrevista concedida a Rafael Balsemão. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2018/02/hoje-a-luta-das-pessoas-e-individual-nao-vejo-mais-luta-de-classes-afirma-mano-brown-cjd4ro6d7064k01kexrlfigt4.html> . Acesso em: 01/08/2018.

DUARTE, Rodrigo. *Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano*. Belo Horizonte Ed. UFMG, 1997.

DARDOT, P. e LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

FREDERICO, Celso. "Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos". *Estudos Avançados*, v.27, n. 79, 2013, p. 239-255.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (vol.1). São Paulo: nova cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política* (vol.2). Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. "O Capitalismo e a criação intelectual. A arte e a sua relação com o modo burguês de produção". In: \_\_\_\_\_. *Cultura, Arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: expressão popular, 2010.

MARX, K. ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins fontes, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

NOBRE, Marcos. *Curso livre de Teoria Crítica*. Campinas: Papirus, 2008.

WILLIAMS, Raymond. "Base e Superestrutura na teoria da cultura materialista". In: \_\_\_\_\_. *Cultura e Materialismo* (Raymond Williams). São Paulo: editora da Unesp, 2011, p. 43-68.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Edições, 1979.

\_\_\_\_\_. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

# Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe

Carta de Daniele Motta<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente carta dialoga com algumas ideias de Karl Marx e do marxismo para fazer alguns questionamentos referentes às perspectivas de gênero e de raça. A partir da experiência pessoal da autora, de uma leitura da formação social brasileira e de uma leitura terceiro-mundista, a argumentação traz esses questionamentos no intuito de contribuir para a formação de uma perspectiva analítica da imbricação de gênero, raça e classe que leve em consideração o método histórico de Marx e suas contribuições para a compreensão da sociedade capitalista. Dessa forma, a intenção da carta é levantar também aspectos das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com base em uma leitura interseccional constituída no âmbito das perspectivas metodológicas presentes na teoria feminista contemporânea e, com isso, traçar um diálogo com Marx, refletindo de que maneira suas contribuições ainda hoje são relevantes para a análise das relações sociais.

**Palavras-chave:** Raça; Gênero; Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, pesquisadora pós-doc em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. E-mail: daniele\_motta@hotmail.com

Campinas, 10 de setembro de 2018.

Caro Karl Marx,

É com enorme expectativa que te escrevo para compartilhar algumas das reflexões que tenho feito na tentativa de compreender a relação entre a diversidade humana e as construções das desigualdades sociais existentes no capitalismo contemporâneo. E não tenho dúvidas quanto à contribuição que você deu para tal debate, por isso dialogar contigo é uma honra. Quero debater um pouco a forma como suas teorias puderam ajudar na compreensão do capitalismo em meu país, e também trazer alguns questionamentos sobre a forma como devemos pensar a centralidade da classe social, tanto na teoria quanto na prática. Para tanto, trarei aqui a noção de interseccionalidade, pontuando a necessidade da articulação da exploração do trabalho com as relações de gênero e raça.

Primeiro, quero explicar-lhe de onde falo, o meu “Lugar de Fala” enquanto mulher, branca, lésbica e terceiromundista. Importante lhe explicar que lugar de fala é uma ideia que pode ser aproximada com o método proposto por você, sobre a impossibilidade da neutralidade do conhecimento científico. Entretanto a ideia de lugar de fala vai mais além, pois aponta de maneira mais profunda o lugar social em que todas as pessoas se situam a partir das oportunidades e experiências vividas. A ideia de lugar de fala surgiu a partir do desenvolvimento do feminismo negro e mais do que romper com a neutralidade acadêmica, é romper com o método que não permite entender a especificidade como formadora de relações sociais que explicam a dinâmica social, que se estrutura com a exploração do trabalho. Então, lugar de fala explicita inclusive os processos de resistência em que nós mulheres, dentro e fora do campo teórico, atuamos. Sou herdeira de uma geração de mulheres que questionou algumas leituras que não contemplavam a nossa vivência e as nossas especificidades. Todo o conhecimento

acadêmico disseminado na Europa foi muito importante para que pudéssemos entender as dinâmicas da sociedade, sobretudo o que você escreveu sobre as origens do capitalismo, as contradições desse sistema e a exploração implícita na relação capital-trabalho.

À luz das teorias disseminadas por você, fui em busca de leis universais que pudessem ajudar a compreender nossas questões sociais. Entretanto, percebi que proceder a partir de uma lei universal, sem olhar as especificidades, as particularidades da formação do capitalismo brasileiro (e latino americano) é estar cega para o entendimento da realidade que vivo. Por isso, faço parte de uma geração de pesquisadoras feministas terceiomundistas que não pensa só a descolonização dos nossos países, mas a descolonização do pensamento e da teoria social, sendo que afirmamos hoje que a epistemologia universal desconsidera os saberes populares (Ribeiro, 2017). Por isso, Marx, ainda que considere a sua teoria universal para o entendimento das práticas capitalistas, ela não é universal a ponto de explicar a forma como o capitalismo se apropriou de desigualdades preexistentes (anteriores ao modo de produção capitalista) e as tornaram funcionais ao aumento de sua produtividade e lucratividade.

Não parto do suposto de que você pretendeu explicar tudo, até porque a prerrogativa do seu método materialista histórico pressupõe olhar a dinamicidade da história, o que muitos leitores da sua obra no meu tempo parecem não fazer.

Além disso, quero ressaltar que se a história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes, e o processo de transformação dessa sociedade desigual cindida em classes depende da tomada de consciência de classe, é importante que as pessoas se reconheçam nessa luta, não? Por isso, é importante nos questionarmos: quem é essa classe? A ideia de que a consciência do grupo (noção sobre si enquanto indivíduo e coletividade) está ligada somente à posição ocupada na esfera econômica é muito simplista e perde de vista a complexidade humana. Se a classe revolucionária tem uma materialidade, é fundamental entendermos que ela porta

um corpo que está situado numa sociedade em que os signos também atuam para estigmatizar e excluir (adiante quero explicar essa ideia a partir da compreensão da formação da sociedade brasileira).

Quero lhe dizer que a minha experiência pessoal é parte importante dessa reflexão. Pensar as relações no mundo capitalista a partir das leituras elaboradas por você, sobre modo de produção capitalista e exploração do trabalho sempre fez muito sentido nas análises. Entretanto, para pensar a atuação revolucionária de sujeitas(os) é importante que as pessoas se vejam, se reconheçam nelas, de forma a participar da sociedade, não como um apêndice ou um sujeito menos importante. Se as identidades são hierarquizadas para pensar as lutas para a transformação social como é possível entender e multiplicidade das sujeitas(os)? Como mulher lésbica, fui historicamente negligenciada das lutas sociais como sujeita coletiva, como uma identidade menos importante e por isso invisibilizada. E penso que a formação de um sujeito coletivo é fundamental na compreensão da multiplicidade da formação das pessoas no mundo capitalista e as possibilidades de associação, tendo em vista que pretendemos mudá-lo.

E Marx, a história nos mostrou que, diferente do que colocou no *Manifesto Comunista*,

Quanto menos habilidade e força física venham requerer o trabalho manual, isto é, quanto mais se desenvolve a indústria, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres. Diferenças de idade e de sexo não têm mais validade distintiva social para a classe trabalhadora. São todos instrumentos de trabalho, mais ou menos caros, para serem usados de acordo com sua idade e sexo (MARX & ENGELS, 2006, p. 21).

As diferenças de idade e de sexo interferem sim. Assim como outras diferenças sociais, que entrelaçadas com as desigualdades de classe formam um nó difícil de ser desatado nas práticas sociais. Chego agora no ponto em que gostaria de dialogar com sua teoria.

Como sujeita historicamente apagada da história, herdeira de outras companheiras também silenciadas, tenho insistido na ideia da intersecção das relações de classe, raça e gênero. Antes de te explicar o que penso sobre as intersecções, tema bastante discutido nos últimos anos, quero dar um passo atrás e explicar-lhe o que entendo ser fundamental para desvendar as desigualdades sociais, e com isso desatar os nós presentes nas relações sociais de exploração capitalista. Faço recurso a uma teórica chamada Avtar Brah para apresentar-lhe a concepção de desigualdade na diferença, justamente para tentar amarrar as hierarquias sociais (que são de diferentes naturezas, inclusive se modificam no tempo e no espaço) com a exploração capitalista. Para ela “Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351). Tais variáveis têm origens diferentes e se articulam de maneiras específicas a partir das condições históricas, e por isso, a autora nos ajuda a entender como a diferença se origina nos diferentes contextos sociais, e afirma que essas não são sempre um marcador de hierarquia e opressão. O importante é compreender o movimento histórico que permite desvendar como alguns aspectos das diferenças existentes entre as pessoas (que podem estar inscritas no campo do natural, como o sexo, a cor da pele, os desejos, o corpo de uma maneira geral) se transformaram em desigualdades sociais (assim, a cor da pele fundamenta uma posição social, o sexo uma condição feminina subalterna etc.). Dessa forma, parto da ideia de que os processos de diferenciação provocados pela ação humana ao longo da história determinaram desigualdades e exclusões, originando discriminações de identidades que tiveram (e ainda têm) efeitos nos processos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Estudar, conhecer e viver em um país periférico me permite afirmar que a nossa história é também a história da imposição de um ideal branco, europeu e masculino. Entretanto, este ideal imposto conviveu com diferentes formas culturais a partir da intensa diversidade

de povos que aqui interagiram. O povo brasileiro é conhecido pela sua diversidade, pela mistura dos povos brancos, negros e indígenas. Para ser justa nessa reflexão e não corroborar teses conservadoras sobre meu país é importante colocar que esse encontro foi feito através da violência, da estigmatização e da extrema espoliação. Formamo-nos, dessa forma, como um povo misturado, com uma diversidade de costumes, hábitos, religiões, práticas, culturais. Essa diversidade, no entanto, também envolve hierarquização, poder, exploração e violência. Para entender a particularidade do processo brasileiro, foi necessário olhar para a nossa própria história e perceber as especificidades da formação das classes numa sociedade com uma forte herança colonial e escravista, tendo também o patriarcado e a opressão das mulheres como um dos pilares. Por isso, defendo a ideia de que a desigualdade de classes foi reciclada e reforçada pelas desigualdades raciais e de gênero.

Marx imagine o que é viver em um país onde mais da metade da população é negra (herdeira do povo africano que foi arrancado de sua terra e obrigados a trabalhar nas plantações) e ainda assim lidar com um imaginário extremamente racista? Como posso desvendar o regime de classes, e entender o padrão de luta de classes se não levar em consideração a herança do antigo regime que vivemos no Brasil? Se a história da humanidade é a história da luta de classes, quem são as pessoas que formam as classes?

O processo de transformação da mão-de-obra escravizada em assalariada aconteceu no Brasil a partir do final do século XIX. Mas, mesmo com a abolição da escravidão não houve nenhuma política de compensação e inserção da população negra nas possibilidades de emprego que se abriram. Não houve reparação histórica. Por isso, a formação da sociedade de classes no Brasil é também a marginalização de grande parte da população brasileira e a naturalização de uma situação de subemprego e precariedade que envolve a permanência do estigma com a questão racial. Dessa forma, como é possível pensarmos a luta de classes sem a presença de negros e mulheres? Como analisar uma sociedade de classes fortemente marcada pelo racismo?

Ao longo dos anos avançamos na conceituação do que seria a luta de classes. E se sua obra foi fundamental para desvendarmos os aspectos sociais da exploração de classe e, dessa forma, retirar os diferentes lugares sociais ocupados da ideia de natureza, do destino imposto por Deus; também caminhamos no mesmo sentido com as ideias de gênero, raça e sexualidade. Compreendemos como alguns aspectos da vivência humana foram construídos social e culturalmente, e assumiram status de desigualdade. Nesse sentido, entendo que a argumentação de Thompson aprofunda a ideia de luta de classes quando entende que “no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas), é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora; estão, na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional” (THOMPSON, 2001, p. 167). Sua teoria foi base fundamental para tal avanço e questionamento, e partindo de sua ideia sobre a remuneração do trabalho, onde defende que:

A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese a outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, **um elemento histórico e moral** (MARX, 1985, p. 141; grifo meu).

Devemos perceber a importância que séculos de escravidão têm para pensar as relações de trabalho, porque consolidou historicamente uma moralidade conveniente à extrema exploração do trabalho. As

relações escravistas criaram um padrão de vida tradicionalmente precário, com uma baixa remuneração do trabalho, sobretudo para a população negra.

Do ponto de vista das classes dominantes, esse padrão de vida (com base na extrema pobreza e desigualdade) é importante para que, rebaixando o nível de vida do(a) trabalhador(a) brasileiro(a) possam aumentar seus excedentes econômicos. É por isso que, da análise da classe na perspectiva da sua relação com o trabalho é fundamental perceber outros nexos explicativos, pois “a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de ‘raça’ e de gênero” (ÁVILA, 2011, p. 65). Mais adiante pretendo discutir a questão das mulheres com você, mas antes quero concluir o debate sobre a especificidade da luta de classes no Brasil, tendo em vista que o desenvolvimento histórico social culminou em organizações das classes trabalhadoras que não envolveram somente o aspecto produtivo, o trabalho nas fábricas, mas a luta no combate a ausência de condições mínimas de reprodução. No final da década de 1970 movimentos com características distintas das formas de organização conhecidas no país. Nesse período fez-se o questionamento de como grupos de agentes sociais foram se constituindo enquanto sujeitos políticos coletivos, na medida em que se organizavam em grupos de ação e movimentos sociais. Foi um período em que atores sociais começaram a ocupar os espaços públicos com uma nova forma de prática e organização social, introduzindo uma nova cultura política (Warren, 2006; Gohn, 2007). Dessa forma, contesta-se as explicações das lutas das classes somente a partir da estrutura econômica, pois os movimentos sociais mostraram que as lutas travadas não se restringiam a esfera da produção e das condições de trabalho, traziam também demandas a partir da vivência das carências diárias e comuns; como a necessidade de moradias, escolas, creches, postos de saúde, e do reconhecimento das diferentes identidades – destacamos aqui as questões raciais e de gênero. Dessa forma, as

análises sobre os trabalhadores passam a enfatizar suas práticas e não mais o lugar ocupado na estrutura: “quem pretende captar a dinâmica dos Movimentos Sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza” (SADER, 1995, p. 42).

Por isso insisto na ideia de que é fundamental considerar para a análise tanto as esferas materiais e simbólicas, objetivas e subjetivas. Esse período explicitou, através das reivindicações dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que muitas demandas básicas de reconhecimento, de identidade e de direitos sociais mínimos ainda não eram atendidas (muitas não são até hoje). Para mim, isso não significa que o lugar do conflito mudou a sua centralidade do espaço produtivo para os espaços culturais, mas explicita que todas as relações sociais são conflituosas e que os processos de diferenciação criaram desigualdades sociais que para serem combatidas necessitam de uma articulação dos nexos econômicos, políticos, culturais, morais e simbólicos.

Isso não justifica tirar a classe da análise, como muitos teóricos engajados com a conservação dessa ordem pretendem, mas articulá-la com outras relações sem hierarquizá-las. Existe uma multiplicidade de espaços onde a classe se faz, e os(as) trabalhadores(as) têm múltiplas dimensões, assim como suas formas de expressão política.

Essa visão complexifica a análise e traz uma materialidade para a classe, traz um corpo para os indivíduos que a forma. Nesse sentido, acredito que houve um avanço importante para explicar que as desigualdades sociais não estão ancoradas somente na posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo, existem outros nexos que interferem nas posições que as pessoas ocupam na sociedade capitalista, e só é possível fazer isso quando trazemos o particular, o contexto da formação social de cada país para a análise da luta de classes.

Para avançar no questionamento que quero fazer com você, vou trazer mais um elemento das descobertas que muitos chamam de “área das perfumarias”. Na minha opinião, os debates que os estudos feministas trouxeram qualificaram e aprofundaram seu debate sobre a exploração do trabalho. Para entender o lugar que as mulheres ocupam, as feministas francesas avançaram na ideia de trabalho, trazendo uma nova perspectiva da relação entre a esfera produtiva e reprodutiva, explicitando a partir da divisão sexual do trabalho a necessidade de revisão da teoria do trabalho no capitalismo. Elas fizeram transparecer uma esfera que foi historicamente invisibilizada nas análises: o trabalho doméstico e situaram a importância do trabalho realizado pelas mulheres (de forma gratuita, invisibilizada e desvalorizada) para a continuidade de uma sociedade fundada na exploração.

A partir da divisão sexual do trabalho, explicitou-se que o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico, colocando a necessidade de “tratar a produção do viver não como um efeito secundário da valorização do capital, ou como pura satisfação de necessidades vitais, mas como um questionamento social que permite estabelecer uma ponte entre as diferentes esferas da sociedade” (HIRATA e ZARIFIAN, 2003, p. 69).

Por isso Marx, quando você e Engels dizem que:

O burguês vê em sua esposa um mero instrumento de produção. Ele ouve que os instrumentos de produção devem ser explorados em comum e, naturalmente, só pode chegar à conclusão de que o quinhão de ser comum também chegará às mulheres. Ele nem suspeita de que o verdadeiro ponto a ser mirado é acabar com a condição de que as mulheres são meros instrumentos de produção (2006, p. 39).

Ainda que pontuem a presença da mulher no modo de produção, falta perceberem que a mulher não é tão somente um instrumento de produção. Nós mulheres, como instrumentos de produção somos exploradas, mas também somos um instrumento de apropriação.

Existem diferentes formas dessa apropriação que vão além do trabalho, como por exemplo o confinamento no espaço, quando há uma pressão para que fiquemos em casa para cuidar da prole, ou mesmo a pressão de que se sairmos sozinhas nas ruas seremos violadas; a demonstração de força a partir do uso sistemático da violência para disciplinarização, sobretudo as mulheres com comportamentos que desviam das normas estabelecidas; a coação sexual; a legislação que nos impede o direito às decisões sobre nosso próprio corpo. A diferença principal entre apropriação e exploração é que na apropriação está sendo apropriada a pessoa inteira e não somente a sua força de trabalho, colocando uma dificuldade de medir tal apropriação. Dessa forma, enquanto mulheres estamos sujeitas a um outro patamar de espoliação que se não for compreendido e articulado com a exploração de classe obscurece o entendimento das relações sociais.

E às vezes é difícil enxergar a apropriação porque ela têm um véu da invisibilidade, pois são funções que estão naturalizadas no cotidiano e na mente das mulheres e dos homens, sendo difícil, portanto, medir essa dimensão. Por isso penso que é possível que qualifiquemos o capitalismo como um sistema racista e patriarcal para entendermos como os nós são atados nas relações sociais no mundo contemporâneo.

Considero, portanto, raça e gênero como variáveis fundamentais pra a explicação das desigualdades sociais e acredito que a articulação de gênero, raça e classe pode permitir o entendimento dos processos sociais de forma mais complexa e completa. É preciso pensar o processo de consolidação do modo de produção capitalista industrial na especificidade no contexto, de cada formação, considerando seus agentes envolvidos nos processos de transformações, bem como suas particularidades.

Isso posto coloco uma questão: existe luta de classes sem mulheres? Existe luta de classes sem a população negra? As classes apagam as múltiplas identidades dos(as) sujeitos(as)? Compartilho com a ideia de Djamila Ribeiro para quem “o colonialismo além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades; são resultantes de

uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros” (2017, p. 31).

Ainda que as diferenças estejam inscritas em todas as relações sociais, pois não existem pessoas perfeitamente iguais, acredito que é importante entender quando uma diferença resulta em hierarquização, exploração e exclusão. É possível fazer uma avaliação histórica ou individual das diferenças e entendermos em que contexto uma diferença dá origem a uma desigualdade e refletirmos como a exploração capitalista se apropria dessas hierarquias, incorporando-as no cálculo capitalista. Se partirmos do pressuposto de que a diferença constitui a base para a construção do poder (SAFFIOTI, 1992), saber sua origem histórica permite pensarmos as hierarquias sociais e as desigualdades nelas presentes. A desigualdade na diversidade surge a partir da ideia negativa e estigmatizada da diferença, do “outro”. E essa ideia fundamentou muitas das sociedades colonizadas, tendo em vista o processo de escravização que aconteceu durante séculos por aqui. A estigmatização do outro foi um dos pilares do desenvolvimento do capitalismo de muitas nações terceiromundistas. Por isso viver em um país como o Brasil, me colocou diante de tais questões para o entendimento do que seria a luta de classes por aqui.

Isso posto quero trazer um questionamento sobre o sujeito revolucionário a partir da história do Brasil. A articulação de gênero e raça, com o conceito de classe traz novas noções sobre os/as sujeitos/as, pois permite a compreensão da formação das pessoas a partir de múltiplos olhares, permitindo ver aspectos que constroem os/as trabalhadores/as que não deveriam ser ignoradas.

Feita essa elucidação histórica quero apresentar-lhe uma nova perspectiva de leitura sobre a sociedade capitalista a partir de uma noção que não hierarquiza as relações sociais, mas as articula. Entendendo, a partir do contexto que te apresentei, como gênero e raça são formadores de desigualdades assim como a classe, devem ser analisados de forma articulada. Isso implica em dar novos passos no caminho teórico crítico aberto por você: entender os símbolos

que conservam as desigualdades, e entender que não só a partir das análises dos meios de produção se está a materialidade das relações. Olhar para esse caminho é fundamental para avançar nas estratégias políticas de transformação. Existem ao menos três conceituações diferentes sobre a perspectiva de imbricação: a interseccionalidade, a consubstancialidade e o nó. Não quero aqui entrar nos pormenores de cada formulação, pois ainda estamos em um momento de consolidação das perspectivas e do entendimento das particularidades de cada local para pensar as relações sociais de forma entrelaçadas. Essa proposta teórico/analítica surgiu no final da década de 1980 como resultado de anos de estudos sobre a condição das mulheres, e das mulheres negras especificamente, e também como resposta a anos de silenciamento das visões subalternizadas.

Como já lhe disse no início dessa carta, a perspectiva da articulação explícita o “lugar de fala” subalternizado e silenciado e põe o dedo na ferida das explicações eurocêntricas que não explicavam muitas das relações desiguais vividas nos países de terceiro mundo, que desvalorizavam os saberes ancestrais dos povos originários, a partir da colonização das nossas vidas, corpos e mentes. Partiu das mulheres negras uma contundente crítica pelo fato de que mesmo nas análises específicas sobre as mulheres não se levava em consideração as diferenças raciais. As ativistas afrodescendentes norte-americanas do grupo *Combahee River Coletive*<sup>2</sup>, foram pioneiras ao pautarem a questão da imbricação das relações de raça, classe, sexo como elemento político importante (FALQUET, 2008). Surgiu a necessidade de uma visão que articulasse as opressões, que resultou no questionamento da origem das diferenças e suas relações com a desigualdade, ou, em outros termos das “diferenças que fazem diferença”. A *Interseccionalidade* permite uma leitura das relações sociais a partir das múltiplas diferenças, que

---

<sup>2</sup> O Coletivo *River Combahee* foi uma organização de mulheres negras lésbicas, que problematizou a questão da universalidade das teorias sobre as mulheres e pautou a questão da imbricação entre as diferentes relações sociais pensando na heterogeneidade das mulheres.

são analisadas como hierarquia e opressão a depender do contexto em que estão situadas.

A ideia comum a todas elas é a de não hierarquização. Ou seja, não dá para trabalhar com a classe como a principal categoria explicativa e derivar dela as explicações sobre as explorações e desigualdades sociais. Assim, abriu-se para uma leitura onde classe, raça e gênero são lidas como relações sociais estruturantes, atentando para a importância dos nexos econômicos, políticos, morais e culturais.

Uma reflexão sobre a classe social que não leva em conta as relações de gênero e de raça, não é suficiente para responder sobre a formação da classe trabalhadora, visto que esta é composta por homens e mulheres; brancas(os) e negras(os). Dessa forma, não compartilho com a ideia de que a classe social explica ou determina as demais relações sociais, nem que o elemento econômico deva ser principal via de análise e explicação da realidade. Essa visão me permitiu perceber a articulação das classes sociais com outras dinâmicas de diferenciação social (gênero e raça) que estão contextualizadas em relações de exploração\opressão culturalmente construídas que também geram processos de desigualdades e espoliação.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sou herdeira dessa leitura que não dissocia as diferentes opressões, mas as percebe em simultaneidade. Do ponto de vista político essa leitura percebe a necessidade da solidariedade entre as lutas sociais, já que o capital se apropria das inúmeras diferenças para aprofundar a exploração e as desigualdades e dividir os esforços da

transformação social. Por isso entendo que essa perspectiva é um avanço não só analítico, mas também político. Enquanto Socióloga militante interessa para mim entender como as pessoas não só pensam a hierarquia mas como elas a vivenciam, as percebem e elaboram as noções sobre si mesmas para a manutenção ou conservação dessas. O surgimento de inúmeros movimentos e reivindicações a partir das identidades historicamente subalternizadas trouxe a tona o machismo, o racismo e a homofobia de muitos setores da esquerda.

A experiência brasileira é um dos exemplos que demonstra o desenvolvimento desigual do capitalismo. Aqui no meu país posso dizer que muitos aspectos da herança colonial e escravista não foram superados, ainda sobrevivem nas formas de exploração e manutenção da precariedade vivida pelo povo brasileiro.

Reconhecer a existência da desigualdade nas diferentes relações sociais nos leva à busca das origens de cada opressão. Esse movimento possibilita a descoberta dos fundamentos materiais que sustentam as desigualdades, resgatar os interesses comuns nas diferentes causas políticas que dê suporte para uma ação conjunta revolucionária.

Estamos passando por mais uma crise do capital que já dura ao menos uma década. Parece que mais uma vez não conseguimos fazer frente ao poder do capital e nos organizar para combatê-lo. A consequência dessa crise na periferia do sistema é apavorante: pobreza, marginalização, desemprego, precariedade, violência. Não me resta dúvida de que ao menos avançamos na cultura política de meu país ainda que não tenhamos superado nossa condição dependente e periférica. Não me interessa aqui procurar os responsáveis por nossa falta de unidade e estratégia revolucionária. A mim não resta dúvida de que, olhando para meu povo e meu país, aliar a luta contra a exploração do trabalho com as lutas antidiscriminatórias, seja racista, machista, homofóbica tem um forte fermento revolucionário, capaz de modificar toda a construção material do viver.

Essas são as análises que faço lendo sua obra hoje, e não tenho dúvida de que o conhecimento de seu método e de sua teoria como um

todo foi fundamental para que avançássemos em tais formulações. Por isso lhe agradeço por tudo que escreveu e pesquisou. Sigamos na luta!

Um abraço cordial,

Daniele

## Referências bibliográficas

- ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. *Cadernos de Crítica Feminista*, n. 4, ano V, p. 48-71, dez. 2011.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan/jun de 2006.
- CRENSHAW, Kimberle. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, 2002.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, Londrina, v.13, n.1-2, p. 121-142, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de Naturaleza. In: CURIEL, Ochy e FALQUET, Jules (orgs.) *El patriarcado al desnudo. Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lesbica, 2005.
- HIRATA, Helena e ZARIFIAN, Philippe. O conceito de Trabalho. In: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. EMÍLIO, Marli (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I tomos I e II: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, Engels. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justicando, 2017. (Feminismos Plurais).

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINNI, C. (Orgs), *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Ventos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

THOMPSON, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. *E. P. Thompson*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). Campinas, SP: Unicamp, 2001.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Sociedade e Estado*. Vol.21,n. 1,Brasília, Jan./Abr.2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922006000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007).

# As ilusões no progresso, as ilusões na democracia burguesa e as mulheres iludidas

Carta de Helena Silvestre<sup>1</sup>

**Resumo:** A autora a partir de sua trajetória militante e pessoal, esboça em sua carta, sua leitura sobre a história das classes sociais no Brasil, a partir da sua interpretação da formação social brasileira e do desenvolvimento (desigual e combinado) do capitalismo periférico brasileiro. A partir de um recorrido histórico que remonta os séculos XX e XXI, a autora indaga sobre como a colonização e a escravidão, a superconcentração da propriedade da terra, a migração e a urbanização acompanhada da industrialização tardia, influem e refletem as especificidades da questão racial no Brasil, escamoteada pelo mito da democracia racial. Na segunda metade da carta, a autora faz uma análise crítica das organizações de esquerda e das experiências dos governos progressistas no Brasil, apontando os limites e contradições do progressismo político institucionalizado e a corrosão da confiança nas instituições democráticas, expressos nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. Na última parte da carta a autora indaga sobre o protagonismo das mulheres nos processos políticos contemporâneos, e sobre a ilusão no Estado e na democracia burguesa e na equivocada ideia de progresso, sustentada pela esquerda institucionalizada na América do Sul.

**Palavras-chave:** Capitalismo-Periférico; Reformismo; Esquerda.

---

<sup>1</sup> Helena Silvestre é militante do movimento Luta Popular, feminista afroindígena, editora da Revista Amazonas. TAE na Universidade Federal de São Paulo e graduanda pela Universidade de São Paulo. Autora do livro “Do verbo que amor não presta” publicado pela editora Ciclo Continuo como parte do Selo Sarau do Binho de autores periféricos. helenitaluta@gmail.com.

São Paulo, 14 de agosto de 2018.

Marx meu caro, eu fiquei arrodando em volta da luz, igual a uma mariposa, buscando um jeito de lhe redigir essa comunicação epistolar. Todos sabemos o quanto você às vezes sabe ser bastante rude e eu mesma já levei alguns bons trancos com as suas grosserias. Mas, entendendo esse jeito bastante brucutu alemão, super europeu e macho, seguimos amigos e é por isso que tomarei a liberdade de lhe perguntar sobre uma coisa que tem ocupado meus pensamentos e creio que só a filosofia marxiana pode me ajudar.

Enveredei recentemente para uma atuação política que privilegia em minha práxis a organização da luta pela emancipação das mulheres nos marcos que você bem sabe, mas prefiro ainda assim, abrir um largo parêntese – sabendo que você também abusou vez ou outra das notas de rodapé – para lhe detalhar melhor.

## **O recorrido histórico**

Eu sou uma mulher de origem negra e indígena, filha de trabalhadores nordestinos que migraram para o sudeste em busca de trabalho e expulsos das terras que habitavam por diversos motivos como a fome, a miséria, a mecanização agrícola, o latifúndio, enfim. Nordestinos que migraram para São Paulo no auge do processo de industrialização e urbanização que se desenvolveram tardiamente no Brasil, mas em curto período de tempo, provocou verdadeiras transformações na dinâmica social do país e em nossas vidas.

Demorei muito tempo a reconhecer-me como negra, porque embora o capitalismo Brasileiro tenha como seu primeiro alimento o sangue dos milhares de negros e negras sequestrados da África e escravizados aqui, embora o Brasil seja o país com maior população negra ou afro descende fora da África, é um país marcado pelo racismo baseado num mito: o mito da democracia racial que esconde o fato

de que a miscigenação ocorrida aqui se deu inicialmente com base na violência, no estupro e na escravidão.

A história da colonização brasileira, que é também a história da escravidão, que é também a história da superconcentração da propriedade da terra, que é também a história das classes sociais no Brasil, é a seu tempo a história deste país e de seu povo.

A costa brasileira foi o lugar por onde chegaram os colonizadores, o lugar por onde chegaram os escravos e, por ser a entrada e saída para o mar, foi o lugar onde se fundaram as primeiras cidades e, no nordeste, há diversas delas que foram de enorme importância.

Estas cidades funcionavam como ponto de apoio para o saque das riquezas nacionais pelos europeus, para a chegada dos navios negreiros e também como centros administrativos do domínio colonial sobre todas as terras, sobre todas as propriedades – incluindo nossas vidas – e para a organização do massacre a toda vida que resistisse a tornar-se propriedade, como os milhões de indígenas assassinados durante centenas de anos e até agora.

Quase todos os brasileiros que conhecem um pouco de sua ascendência indígena, poderiam lhe contar o que eu posso: que uma indígena ancestral minha foi caçada na mata, por portugueses, com cachorros e pistolas, e depois estuprada, sequestrada e escravizada. Como também quase todos os brasileiros poderiam lhe contar de algum avô distante que trabalhou nos canaviais para enriquecer os países imperialistas enquanto sua companheira, além de ser escrava, era estuprada pelo seu senhor e dono branco.

A miscigenação aconteceu, é verdade. Mas ela não se construiu na “cordialidade” do povo brasileiro, ela foi produto das mais brutais violências. E aqueles e aquelas, filhos de indígenas e negros escravizados e mais tarde libertos, são o que podemos chamar de classe trabalhadora brasileira, que também tem sangue branco, é verdade.

Os negros e os indígenas escravizados trabalhavam nas lavouras e terras que eram propriedade total dos colonizadores. Alimentando-se do trabalho não pago e da fértil terra gratuita que nos foi roubada,

os colonizadores adquiriram o capital primário para mais tarde se converterem em capitalistas e originaram a burguesia brasileira assim como também sustentaram muitas burguesias em outras partes do mundo.

Houveram resistências, ocorreram levantes e revoltas que são parte dessa luta incansável que o povo levou adiante pela sua liberdade. Quase todas elas foram afogadas no sangue da repressão brutal e assassina e, num país tão extenso territorialmente, quase nenhuma conseguiu organizar-se como um levante nacional.

Houveram ainda resistências culturais: hábitos, artesanatos, instrumentos, cantos, costumes, comidas e palavras que os filhos dos escravos guardavam em suas vidas como forma de não se esquecer de onde vieram; a capoeira, o batuque, o samba, as cirandas, a feijoada, o candomblé e tantas coisas que até hoje sobrevivem e constituem nosso riquíssimo panorama cultural e são também transformadas em mercadorias e arrancadas de nós, seus produtores.

A libertação dos escravos não foi, contudo, acompanhada da libertação da terra, da libertação da riqueza e nem da libertação da vida. Por necessidades impostas também desde o império, o Brasil se tornou independente sem nenhuma guerra de libertação nacional e os escravos foram libertos quando já se alcançava um plano infalível para mudar sua condição jurídica – tornando-os livres – sem contudo mudar sua condição econômica, mantendo-nos assim, aprisionados ao trabalho mal pago, ao trabalho precário.

A terra, mantendo-se super concentrada, seguiu sendo um dos principais ativos do nascente capitalismo brasileiro e, depois dos canaviais, vieram a extração de ouro, de pedras preciosas, vieram os cafezais e a pecuária. Estes foram os motores da acumulação de capital – junto com a escravidão concomitante a alguns deles – desde o “descobrimento do Brasil” até o final do século XIX.

Os escravos libertos não tinham nenhuma terra onde trabalhar ou morar, os escravos libertos não tinham nenhum meio de produção que pudesse lhes servir para produzirem seu sustento, os escravos libertos tinham liberdade, fome e miséria.

## O século XX

No início do século XX a centralidade econômica do país havia se deslocado para o sudeste que, ainda baseado na produção agroexportadora, mantinha como em todo território nacional, a concentração da terra.

Os escravos libertos procuravam agora migrar para lugares onde pudessem encontrar algum trabalho, e teve início aí uma das maiores movimentações populacionais que o Brasil já viu. Uma verdadeira diáspora que punha milhões de pessoas a deslocar-se territorialmente para as cidades em busca da sobrevivência. E em algumas décadas, entre 1930 e 1970, o Brasil passou de majoritariamente rural a majoritariamente urbano.

As cidades que se fundaram com a colonização se transformaram em pontos de apoio para um processo tardio de urbanização e industrialização que se generalizaram baseadas no trabalho precário, nos baixos salários e no crescimento populacional caótico do que viriam a ser depois grandes centros urbanos como a metrópole São Paulo.

Apartados da terra, apartados de meios de produção de suas necessidades vitais, considerados sub-humanos, sub-brasileiros, sub-trabalhadores pela sua descendência, os escravos libertos e seus descendentes forneceram a mão de obra que a nascente industrialização precisava para se desenvolver.

E, migrando para onde esta indústria se instalava, adensaram a região litorânea produzindo junto com a industrialização e urbanização formais, a urbanização informal, ilegal, clandestina, caótica e precária, desprovida de serviços, majoritariamente negra e muito pobre.

Embora se industrializasse – de maneira tardia, marginal e dependente – o Brasil nunca deixou de ser, na Divisão Internacional do Trabalho, a fazenda do mundo, mantendo um padrão de industrialização que acolhia a linha de produção mais tóxica ou que menos agregava valor ao que produzia.

Para que a industrialização tardia se desenvolvesse, era necessário explorar também mão de obra com algumas qualificações que os filhos dos escravos não tinham e, trabalhadores europeus de “segunda classe”, sobretudo de países europeus mais pobres – como a Itália – ancoraram também neste país.

Um país como o nosso, colonizado, dependente e economicamente subalterno em relação aos países de capitalismo central, padece de um modelo de desenvolvimento econômico que pode ser descrito como desigual e combinado.

Desigual porque, se estrutura na escravidão e em formas arcaicas de propriedade da terra e de organização social do trabalho e, combinado, porque é exatamente este modelo a essência da lucratividade que permitiu saltos fenomenais no desenvolvimento da tecnologia, na organização produtiva e no “progresso” dos países imperialistas.

É desigual e combinado porque acolhe a ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico; um setor extremamente moderno da economia pode existir de forma combinada com o mais atrasado e assim a nossa urbanização convive com uma forma de apropriação da terra que remonta a colonização, a nossa industrialização convive com um traço de superexploração do trabalho que remonta a escravidão, etc.

De rural a urbano, de escravo liberto a trabalhador aprisionado, do interior para o litoral, do campo para a cidade, da terra para as fábricas. Seria impossível imaginar que transformações tão profundas concentradas em poucas décadas ocorressem sem conturbações enormes.

Tudo isso forjou uma enorme e complexa concentração populacional urbana de trabalhadores pobres, majoritariamente migrantes, não brancos, superexplorados e os choques e atritos produziam um caldeirão de insatisfação, revolta, violência e precariedade.

Na esteira deste processo, foram surgindo organizações de trabalhadores – influenciadas também pelas tradições de organização sindical trazidas pelos trabalhadores imigrantes – partidos, como o partido comunista, associações e movimentos que lutavam por reforma agrária e por melhores condições de vida nas concentrações populacionais mais pobres das grandes cidades.

Este caldeirão foi abafado pela ditadura militar que, valendo-se da violência e de um sofisticado e extremamente concentrado monopólio de comunicação privado, fez o povo amargar mais décadas de desgraça e crescimento econômico, de mais urbanização e menos direitos, de mais industrialização e nenhuma democracia.

As organizações de luta dos trabalhadores foram caladas, reprimidas, destruídas e, com o passar do tempo, tiveram de se reinventar. Atuando na clandestinidade ou na guerrilha, amadureceram junto com esse enorme contingente de homens e mulheres trabalhadores que, nos anos 70 começavam a sentir os efeitos da crise econômica estrangulando ainda mais suas vidas.

## **A esquerda, a ditadura e a democracia da colaboração entre classes**

Foi assim que essa esquerda, aos poucos e amparando-se nas lutas contra os ataques a direitos que aconteciam como produto da crise, ganhou força, ganhou corpo e organizou no final dos anos 70 e início dos anos 80 algumas de nossas mais importantes greves e lutas, constituindo um sentimento e uma identidade da classe trabalhadora no Brasil.

A ditadura foi se tornando insustentável e caiu pela força dos trabalhadores que conquistaram a democracia. Mas a democracia conquistada era muito parecida com o mito da democracia racial: nos deu direitos políticos mas não tocou nas estruturas econômicas, nos deu igualdade jurídica e opressão e exploração na vida concreta.

Com a queda do muro, a esquerda desnorteada foi se institucionalizando, foi perdendo a sua radicalidade, afastando-se da classe trabalhadora que, nos anos 90 padecia a chaga da implantação neoliberal na América Latina. E explodiram as chacinas, o desemprego, a violência e caos urbanos, o descrédito nas instituições do Estado e nessa própria democracia, ainda mais assassina que a ditadura.

Foi neste momento que a direita, necessitando de fôlego novo, associou-se a setores dessa esquerda e produziu uma grande ilusão que foi um governo de colaboração entre explorados e exploradores, um governo de união entre filhos de escravos e filhos de senhores de escravos.

O Brasil caminhou por mais de uma década pelas veredas de certa estabilidade econômica mundial que permitiu aos governos realizar a distribuição de migalhas, ou ampliar a possibilidade de consumo via ampliação do mercado de crédito e do endividamento de trabalhadores mais pobres. Anos de aparente apatia que, no entanto, ocultavam uma revolta densa e estruturante que se foi cozinhando subterraneamente.

A maior parte da esquerda, como já dito, distanciada de uma prática de construção orgânica desde as raízes, se perdia em lamentáveis concepções superestruturais e bradava aos quatro ventos seus lindos projetos para os mais pobres (nunca com os mais pobres), esperando que ao toque de sua sineta, a razão ocidental se derramasse como uma chuva de clarividência sobre o povo ignorante e o transformasse numa massa de soldados que pudessem lhes seguir, a eles e a seu projeto “revolucionário”.

Enquanto isso, nas favelas onde vivemos, embora tenhamos podido adquirir geladeiras e eletrodomésticos em geral, seguimos sendo – como povo negro – assassinados aos milhares, integrando cifras tão assustadoras como as apresentadas por países em guerra: sim, a guerra aos pobres nunca cessou no Brasil e, institucionalizada de todas as maneiras, foi mantida por todos os governantes, por ação ou omissão.

Enquanto a política nacional de habitação nos levava como gado para as baias dos bancos que até hoje devemos – porque não foi como direito e sim como mercadoria que esta política se implementou para favorecer banqueiros e empreiteiras envolvidas nos escândalos de corrupção que englobam todos os partidos no parlamento hoje – os números do feminicídio só aumentaram e os recursos para a implementação das políticas de proteção às mulheres, como a lei Maria da Penha, eram ano após ano subtraídos até sobrar apenas o discurso, que também nos traiu na Carta Ao Povo de Deus.

Enquanto isso, ao mesmo tempo em que acessamos pela primeira vez – nós pobres – o ensino superior, éramos parte dos cifrões que engordavam os barões do ensino privado no Brasil, porque não foi como política pública e direito que acessamos à educação universitária, foi como consumidores de uma mercadoria financiada pelos bancos a juros altíssimos.

Enquanto comprávamos carros à prestação em uma economia emergente completamente dominada pelo neoliberalismo com discurso progressista, humanizado e vermelho, o agronegócio destruía a Amazônia, assassinava indígenas e Quilombolas, exterminando povos que só existem porque muito brava é sua resistência e vem de mais de 500 anos.

Nestas condições, o aumento real dos empregos formais era comemorado ao mesmo tempo em que trabalhadores mais pobres eram empurrados pela especulação imobiliária para os confins das metrópoles, aumentando em muito o tempo de deslocamento de casa para o trabalho, em metrópoles colapsadas pelo trânsito onde, a exemplo de São Paulo, os moradores das regiões periféricas da cidade gastam mais do que 3 horas para trabalhar: a Zona Leste em média é de 3h26.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Pesquisa de Mobilidade Urbana, 2017 – Rede Nossa São Paulo.

## Foi então que Junho aconteceu

Se você conversar com qualquer ativista brasileiro e lhe perguntar um pouco sobre o atual desenho da conjuntura, ao lhe responder, em algum momento, ele lhe falará sobre as *Jornadas de Junho de 2013*. Falará sobre isso referindo-se às multitudinárias manifestações de rua que aconteceram naquele mês e naquele ano, impulsionadas pela batalha contra o aumento das tarifas de transporte coletivo mas que, ao final, terminaram sendo os maiores protestos de rua desde os anos 80 neste país e exigiam não apenas a redução das tarifas mas transformaram-se num coro imenso que denunciava o quanto a vida dos mais pobres moradores das metrópoles brasileiras havia atingido níveis de insuportabilidade que explodiram nas ruas.

Junho mudou tudo e ele ainda ronda, como um fantasma, toda a revolta que brota nesse nosso chão.

Há uma série de avaliações sobre o significado daquelas lutas e do que elas trouxeram consigo, eu, obviamente, falo desde o meu olhar.

Junho negava tudo e apontava uma corrosão silenciosa da confiança nas instituições democráticas que voltou a se aquecer em fogo lento durante anos de aparente bonança econômica. É verdade que houveram mudanças na situação econômica das famílias mais pobres, já falei sobre isso. E, no entanto, junho era exatamente uma rebelião negadora de tudo porque diante de sua melhora econômica essas mesmas pessoas se viram ainda subjugadas em seus territórios em detrimento de um tratamento VIP dado por quase todos os governos progressistas deste continente ao agronegócio e ao capital internacional associado à exploração petrolífera, mineira, madeireira, de gás e outras.

Diante dessa melhora econômica, esse povo foi experimentando o que é a vida num liberalismo que nos permitiu algum consumo – nada em comparação aos países de capitalismo central – ao mesmo tempo em que nos envenenou por todos os poros, deixando-nos sufocar.

Há muita gente de esquerda no Brasil, que responsabiliza as jornadas de junho e aqueles que não votam pelo fato de que governos traidores perderam seus mandatos para canalhas de direita. Eu me pergunto se em algum momento eles tentaram se colocar no lugar daqueles que ouviram – primeiro da boca de “seus representantes democrático-populares” – sobre a urgência de realizar reformas como a da previdência, já em 2004.

Eu mesma já fui criminalizada por estes partidos quando no governo, aliás, eu e muita gente que seguiu pela via da luta direta como palco principal da nossa luta para além do capital e ainda assim, tanta gente agora parece esquecer tudo o que houve... como se fosse possível esquecer.

Eu não me junto a nenhum coro punitivista mas, ao mesmo tempo, passo longe de qualquer política que alimente tentar manter de pé as ilusões que estão se desmanchando. Assim como tampouco me entrego a qualquer atalho de repetição farsesca que só se viabiliza se eu apagar as minhas próprias rupturas políticas, a minha própria trajetória militante, pois do contrário seria hipócrita e reivindicaria para o mundo aquilo com o qual rompi.

Sou militante há quase duas décadas e, embora seja relativamente jovem, cresci militando e em contato com vários desenhos que essa forma “esquerda” tomou para si ao longo dos anos aqui no Brasil, com especial relação com São Paulo, que é onde vivo e mais intervenho.

De alguns anos para cá, tenho sentido o desgaste de minha identificação com essa palavra “esquerda” embora ainda a use muitas vezes, por facilidade.

Quando Junho de 2013 explodiu nas ruas, surpreendendo a todos nós com sua fúria um tanto desorientada e radical, esse bloco constituído por ativistas que se dedicam há anos a organizar lutas, ficou paralisado pelo fato de que aquilo que explodia nas ruas não possuía os contornos clássicos que sempre gostaram de imaginar e nem as usuais características com que estiveram acostumados.

## Das semelhanças na desgraça continental

No mês de junho deste ano, 2018, estive na cidade de Buenos Aires, onde outro junho explodia, dessa vez encarnado nos corpos rebelados das mulheres lutando nas ruas pela legalização do aborto. Viajei para estas terras irmãs mesmo no frio intenso porque me aquecia essa atmosfera verde e a tarefa de estar na atividade de lançamento da Revista Amazonas nesta cidade, irmanando-me com mulheres vindas de distintas partes de nossa América – tão subjugada, saqueada e oprimida – a tecer desenhos de novas possibilidades transformadoras que possam outra vez alargar a visão tão estreita que nos impõem esse mundo caduco.

As pessoas de minha família ou de onde cresci nunca saem do próprio país e eu, enxergando o privilégio que tenho de fazê-lo, sempre procuro apreender o quanto mais puder e aprender coisas com os povos de outro lugar.

Estive em um debate que convidou quatro lideranças argentinas com diferentes posições naquilo que convenciamos chamar esquerda (haja paciência) para discutir a conjuntura, seus desafios e as alternativas e estratégias por construir.

Uma posição generalizada enchia a boca de todos para declarar, em bom som, a aposta de todas as suas fichas nas eleições; kirchneristas e peronistas unidos dizendo que o *Fora Macri* deverá ser construído nas urnas, sob o risco de não ser legítimo (nem sei o que dizer sobre isso).

Me impressionou a semelhança com o discurso da parcela muito grande da esquerda brasileira em relação a Michel Temer e o árduo trabalho de reerguer as ilusões apontando a esperança para o pleito eleitoral de outubro no Brasil.

Há dias de um junho verde, de um tsunami verde que tomou as ruas e arrancou uma primeira grande vitória pela legalização do aborto, um representante dessa esquerda argentina institucionalizada que se arvora a falar em nome de um movimento popular, declara-se então contra a legalização do aborto por ser amigo do papa e faz questão de

frisar que se não fosse a atuação de parlamentares peronistas, as ruas não surtiriam efeito.

Aí é onde o reformismo – que recua diante do estreitamento de horizontes dos mais oprimidos e explorados pela narrativa capitalista de que a revolução é impossível – se escora num discurso possibilista onde qualquer coisa é melhor que o horror fascista e o horror fascista está mesmo sempre à porta (embora esqueçam que também nos rondou por todos estes anos em que os grupos de extermínio deram fim aos nossos filhos e em que vários dos que agora alertam para o terror sentavam nas cadeiras do poder executivo declarando policiais assassinos como artilheiros no momento de um pênalti).

Este reformismo incorporou a equivocada ideia do progresso que é, em última análise, a perspectiva da “evolução natural” da sociedade num rumo gradualmente positivo, rompendo com a revolução como caminho de interrupção da engrenagem perversa que aniquila nossas vidas e toda a vida no planeta.

Este reformismo, que brada aos quatro ventos a defesa da democracia, é o mesmo que muitas vezes se utiliza da chacota ou das mentiras para desmoralizar mulheres militantes com as quais eles possuem diferenças políticas e teóricas, um reformismo que, embora não assuma, bebeu bastante do estalinismo e seu pensamento único.

Assim, quem não apoia o reformismo, a social-democracia-tardia e os caminhos institucionais, é taxado como colaborador no avanço da direita (tenho até vergonha de escrever isso a você, que tanto nos ensinou sobre dialética).

Não é circunstancial que a mesma esquerda que se lança inteira a alimentar ilusões no estado burguês, comporte também opiniões como esta acerca da legalização do aborto, dado que, na prática deles se enxerga uma visão em que o povo é um monstro ignorante que precisa ser tangido pelos clarividentes salvadores – em geral homens, brancos e, muitas vezes de classe média – por um caminho a salvo do ataque dos monstros fascistas que compunham governos com eles alguns anos atrás.

É porque não acreditam que o povo seja capaz de ver além de eleições e slogans, é porque se veem tão acima das contradições de que padecemos todos nós – e os protestos, e os rolezinhos, e a ocupação das escolas, e as Jornadas de Junho, e a greve dos garis, e as greves gerais sob governos de direita depois destes terem ganhado nas urnas ou no tapetão e as Greve dos Caminhoneiros – que raciocinam que, já que não podem eles realizar uma mudança estrutural (substituindo a ruptura que precisa ser construída e realizada pela classe trabalhadora) ela não ocorrerá e é melhor salvaguardar-se do pior (elegendo sempre a mediocridade do menos pior).

É porque não podem crer que a mobilização de um setor tão oprimido, violentado e explorado como as mulheres possa ter força para conquistar o que eles em anos de governo nunca nos proporcionaram em nome das “governabilidades”.

## **A reflexiva pergunta**

Já me habituei ao fato de ser chamada de radical, de esquerdista e etc. Já me habituei ao fato de que parte importante daqueles que se reivindicam de esquerda enxergam apenas dois estreitos caminhos que surgem de análises nada dialéticas. Já me habituei também com o fato de que não agem como se vissem nos trabalhadores e trabalhadoras sujeitos da revolução que hoje necessitamos mais ainda do que antes. Mas, diante de tantos levantes protagonizados por mulheres exploradas e oprimidas em todo o mundo, que são empurradas a lutar por não suportarem mais a condição que nos impõem sobreviver, o que não consigo compreender, meu velho Marx, é como podem haver mulheres – que se declaram revolucionárias e feministas – atuando em seus ativismos para fortalecer essas representações, fortalecendo esses “líderes” e esses projetos que tão pouco nos ofereceram por tanto tempo?

Enfim, não deveria ocupar seu tempo com essas mediocridades, só lhe envio mesmo a carta porque não saberia por onde começar

para redigir-lhe uma nova missiva. Além do fato de que não possuo muitas novidades e a vida continua bastante parecida com o que lhe contei cartas atrás: lamentavelmente trabalhando todos os dias (reivindico para lhe provocar o belo texto de seu genro), estudando mal e porcamente, me dedicando um pouco à militância e seguindo com as publicações da Revista Amazonas. Aliás, diga a Jenny que não me mande o texto que publicaremos dela muito em cima da hora, precisaremos traduzir do inglês (que você sabe, para mim é grego) e depois eu o passarei ao espanhol.

Um abraço velho urso

Não seja rabugento na sua resposta

Abraço também na Lenchen, nas meninas, no Engels e no Biblioteca.

P.S. te deixo com esse trechinho lindo com o qual topei outro dia. Tenho dito a você; esse Benjamin é uma grande figura humana.

“O caráter destrutivo não vê nada de duradouro. Mas, por isso mesmo, vê caminhos por toda a parte. Mesmo onde os demais esbarram em muros, ou montanhas, ele vê um caminho. Mas porque vê caminhos por toda a parte, também tem que abrir caminhos por toda a parte”

*O caráter destrutivo*, de Walter Benjamin



# A economia política hoje (e outros assuntos)

Carta de Leda Paulani<sup>1</sup>

**Resumo:** a presente carta inicia com algumas problematizações dos fundamentos filosóficos mais contemporâneos à luz da perspectiva crítica do materialismo marxiano para passar às considerações sobre a emergência e o desenvolvimento da chamada “revolução marginalista” no âmbito econômico, da teoria keynesiana e, posteriormente, da chamada teoria das expectativas racionais, levantando os problemas de cada uma delas a partir da perspectiva marxista.

**Palavras-chave:** Economia política; Pensamento Econômico; Capitalismo; História.

---

<sup>1</sup> Professora titular sênior do Departamento de Economia da FEA-USP e da Pós-Graduação em Economia do IPE-USP. Pesquisadora e professora visitante da UFABC. Pesquisadora do CNPq (nível 1D).

São Paulo, 26 de agosto de 2018.<sup>2</sup>

Caro Marx,

Desde que você partiu para essa sua longa viagem, já se vão lá 135 anos, muita coisa mudou nesse mundo velho de guerra. Se você baixasse por aqui agora não reconheceria quase nada. O seu mundo silencioso, de lampiões, carruagens e lama nas ruas, mesmo no centro desenvolvido do sistema capitalista – na Londres em que você vivia, foi substituído por um outro, brilhante, cheio de luz, muito veloz, estridente e muito barulhento. A energia elétrica tomou conta de tudo e virou bem de primeiríssima necessidade; quase nada se faz sem ela. O motor a explosão substituiu a tração animal nos veículos que transportam pessoas e coisas e hoje esses veículos são programados para andarem até mesmo sem condutor (que agora se chama motorista). Ao invés de 20 dias trancafiado num navio para atravessar o Atlântico, hoje se vai de Londres a Nova Iorque em apenas 8 horas e voando! Os trabalhadores, os operários sobre os ombros dos quais você colocou uma enorme responsabilidade histórica, são hoje cada vez mais substituídos por robôs, máquinas em formato de gente que executam os movimentos necessários à produção industrial com precisão e rapidez e sem se cansarem, sem ficarem doentes, sem exigirem descanso semanal e jornada de 8 horas. O telefone, que mal tinha sido inventado e dependia de intermediários em suas centrais telefônicas para funcionarem, hoje andam colados às pessoas e se movimentam junto com elas. Com uma pecinha que cabe na palma da mão, você fala hoje, de qualquer parte do mundo, a qualquer momento, com qualquer pessoa, em qualquer outra parte do mundo (e pode até mesmo vê-la). A mágica que está por trás desses pequenos objetos (que chamamos “celular”) criou algo ainda mais incrível: uma inteligência

---

<sup>2</sup> Nas notas de rodapé, conversarei com os leitores da carta.

artificial que, segundo alguns profetas, pode vir a afrontar a própria inteligência humana.<sup>3</sup> E, para terminar esta lista totalmente incompleta de inacreditáveis transformações, a referida mágica criou também um “mundo virtual”, um mundo paralelo, que parece desafiar a máxima de Hegel de que o possível, como puro possível é impossível,<sup>4</sup> pois ele é a possibilidade encarnada, objetivada, a possibilidade *existente*. Enfim, este parece de fato outro mundo, que não tem rigorosamente nada que ver com aquele que você conheceu.

Mas sabe o mais interessante? Ele só está hoje assim, tão aparentemente diferente, porque esse mundo “moderno”, fruto de profundas revoluções que ocorreram no Ocidente, nunca deixou de ser aquilo que você descobriu que ele era: um mundo tocado por uma lógica inabalável, um movimento sem fim de acumulação de riqueza abstrata, que tudo vai arrastando e transformando. É essa lógica poderosa, por isso, a causa maior de todas as enormes mudanças estampadas na paisagem social e humana por todos os lados, no campo e nas cidades, nas capitais e no interior, nos vilarejos acanhados e nas grandes megalópoles, nos países mais e nos menos ricos. Para o que quer que se olhe, para onde quer que se vá despontam os rastros dessa vertigem lógica que continua a tanger o mundo, e de modo cada vez mais violento. Mas foi você quem disse que<sup>5</sup> a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, que o revolucionamento contínuo da produção, o abalo ininterrupto de todas as situações sociais, a insegurança e a movimentação eternas distinguem a época burguesa de todas as outras, que todas

---

<sup>3</sup> Vide declaração do famoso físico Stephen Hawking em entrevista concedida em 2014 sobre a possibilidade de a Inteligência artificial destruir a humanidade. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141202\\_hawking\\_inteligencia\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141202_hawking_inteligencia_pai).

<sup>4</sup> A máxima decorre das considerações de Hegel sobre possibilidade e efetividade na *Ciência da Lógica*, em particular na Doutrina da Essência. Ver a esse respeito também *Fausto* (1987), ensaio 2.

<sup>5</sup> Daqui até o final desse período, copio frases do próprio Marx no manifesto comunista na tradução de Marcos Mazzari publicada no número 12, volume 34 (1998) da revista *Estudos Avançados* do IEA-USP.

as relações fixas e enferrujadas, com o seu séquito de veneráveis representações e concepções, são dissolvidas, que todas as relações novas, posteriormente formadas, envelhecem antes que possam enrijecer-se, que tudo o que está estratificado e em vigor volatiliza-se, que todo o sagrado é profanado, enfim, que a burguesia cria para si um mundo à sua própria imagem, que ela configura de maneira cosmopolita a produção e o consumo de todos os países, que através das comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para dentro da civilização (isto é da sociedade burguesa).

Pois então, esse mundo novo e quase irreconhecível é a objetivação dessa incrível profecia que você fez. São Paulo, por exemplo, a cidade onde moro, com seus quase 12 milhões de habitantes, seus 4,5 milhões de veículos nas ruas, sua permanente e sufocante poluição, sua vida agitada e barulhenta, suas centenas de milhares de estabelecimentos comerciais, sua indústria, seus serviços e o coração do sistema bancário e financeiro nacional é a capital econômica do Brasil. Quando a cidade completou 450 anos, em 2004, eu publiquei um artigo no jornal de maior circulação no país, a *Folha de São Paulo*, para tentar decifrar essa espécie de esfinge na qual ela se transformou.<sup>6</sup> Nele eu cito você e tento copiar meio descaradamente seus modos de expressão. Vou reproduzir alguns trechos para te dar uma ideia do tamanho do seu acerto.

Eu começo me fazendo a seguinte pergunta: “Por que São Paulo explodiu neste conglomerado urbano de 10,5 milhões de habitantes? São Paulo não fica no litoral nem é um paraíso de belezas naturais. A história não fez dela capital do país, nem por obra do acaso nem por obra do planejamento. Então por quê? Que força foi essa que, em pouco mais de um século, produziu uma megalópole do pequeno vilarejo interiorano, que, há mais de 300 anos, posto em sossego pelo difícil acesso, dormitava num planalto a 800 metros do nível do mar?”

---

<sup>6</sup> “São Paulo, capital”. *Folha de São Paulo*, 30 de janeiro de 2004.

Minha resposta vai direto às descobertas que você fez: “A força que operou, para o bem e para o mal, esse milagre”, continuo eu, “chama-se capital. Essa lógica, que transcende o arbítrio daqueles que a operam, revoluciona constantemente o meio em que atua. Todo e qualquer espaço deixado inteiramente sob seu domínio torna-se um ambiente de mudança contínua, de abalos e transformações ininterruptas. O café, depois a indústria, agora os serviços fizeram da ‘pequena São Paulo calma e serena’<sup>7</sup> (...) esse cenário vertiginoso, que tonteia os visitantes menos avisados. São Paulo é a objetivação do capital periférico, em sua concretude contraditória de riqueza suntuosa e de pobreza aviltante, de civilização e de barbárie”.

O último período do texto faz referência evidente à chamada *lei geral*, que você enuncia no capítulo 23 do livro I de sua obra magna. Ali você diz que o acúmulo de capital e riqueza num polo, se dando em simultâneo ao acúmulo de miséria, ignorância e degradação moral no polo oposto, é a *lei geral da acumulação capitalista*. Este é outro de seus grandes acertos. Essa lei vigorou ao longo de todo esse tempo, desde que você partiu, e continua hoje vivíssima, mais forte do que nunca. “Mas, esse furor que leva tudo de roldão”, eu digo lá no meu artigo sobre São Paulo, “é a forma dita civilizada de produzir os chamados meios de vida. As levas humanas que a cidade foi atraindo ao longo de sua história recente vieram todas, indistintamente, atrás dessa oferta, que sempre pareceu por aqui abundante. Decorre daí seu tão decantado ecumenismo social, sua capacidade de conter em si raças, línguas, credos e costumes os mais diversos”.

O Brasil é formado por levas de imigrantes, a começar pelos portugueses, seus “descobridores”, seguidos pelos escravos negros, necessários para trabalhar nas *plantations* e na lida doméstica das casas portuguesas, seguidos por fim por todo um contingente de imigrantes de todas as partes do globo, cuja vinda os sucessivos governos brasileiros foram cuidando de incentivar depois que o país,

---

<sup>7</sup> Me apropriou aqui de verso da conhecida canção “Lampião de Gás”, de Zica Bergami e Hervê Cordovil, que fez enorme sucesso, no início dos anos 1960, na voz de Inesita Barroso.

empurrado pelo espírito de época do final do século XIX, foi obrigado a abolir a escravidão (foi o último país a fazer isso, é bom que se diga). São Paulo, a maior cidade do Brasil, localizada no Sudeste, é essa história condensada e espessada pela força que o capital ganhou por aqui. Nesta *Pauliceia Desvairada*, como a chamou um grande poeta paulistano, mais do que em qualquer outra parte do país, essa história anda pelas ruas. Assim como anda também, de braços dados com a desigualdade superlativa do capitalismo periférico que gosta de morar na Pauliceia, nossa desigualdade regional – brasileiros nordestinos e nortistas que passaram a chegar por aqui às centenas de milhares todos os anos, na esperança de vida melhor.

“Mas”, eu continuo, e agora você aparece explicitamente “já faz algum tempo que a cidade perdeu essa capacidade [de produzir meios de vida para tantos quantos aqui chegassem]. Marx diz que o homem moderno, privado de meios de vida, é um indivíduo abstrato (...) Desprovido de meios de vida, ou seja, de propriedade e de dinheiro, o indivíduo é concretamente, e miseravelmente, abstrato. A autonomia e a independência que ele aparenta revelam aí dolorosamente a ilusão em que se constituem. Ele não é dono e senhor de seu destino, não arbitra sobre a condução de sua vida, apenas sobrevive, e mal, quando consegue”. E concluo dizendo que “São Paulo é hoje uma grande usina de produção de indivíduos abstratos”, que “a ‘generosidade’ capitalista da cidade perdeu o fôlego” e que “o vendaval neoliberal que, há mais de uma década, tomou de assalto as periferias capitalistas empilha aqui suas vitórias,<sup>8</sup> mais do que em qualquer outro lugar do país”.

---

<sup>8</sup> No jornal não tinha como fazer a referência, mas aqui aproveito para homenagear o grande mestre Roberto Schwarz e sua estupenda escrita. A expressão é dele no magnífico ensaio “Fim de Século”, que encontra-se em *Sequências Brasileiras*, de 1999. Falando dos desencontros entre Economia e Nação produzidos pela nova realidade do capitalismo, tema que não é estranho ao de nossa conversa com Marx até aqui, antes o contrário, mas tendo seu foco sobre a cultura, Schwarz diz: “Essa estetização consumista das aspirações à comunidade nacional não deixa de ser um índice da nova situação também da... estética. Enfim, o capitalismo continua empilhando vitórias.” (p. 162)

A atuação combinada do ímpeto transformador da sociedade burguesa, que você detectou, com a *lei geral da acumulação capitalista*, que você enunciou, faz com que esse mundo contemporâneo brilhante e estridente, acelerado e vertiginoso, em conjunto com seu apêndice paralelo e imagético seja também anti-humano e hostil à natureza. São Paulo é só um dentre tantos exemplos que poderiam ser listados para demonstrar o resultado desse movimento. Apesar do extraordinário crescimento material a partir daí gerado, tal movimento não produz o desenvolvimento do espírito humano, mas sua ruína. Basta um passeio rápido pelas periferias empobrecidas e violentas de São Paulo para nos darmos conta disso.

Mas graças às contingências da História, essa brutalidade sistêmica foi por algum tempo domesticada e produziu, ao menos no centro do capitalismo, uma sociedade menos desequilibrada, em que também os trabalhadores se beneficiaram minimamente dos avanços materiais e da riqueza produzida. Por essa época, era comum ouvir críticas contumazes à sua *lei geral do capitalismo*, pois, afinal, o sistema ia melhorando e facilitando a vida de todos, pobres e ricos, trabalhadores e capitalistas e com uma redução significativa da desigualdade entre as classes sociais e as faixas de renda; em poucas palavras, a realidade do capitalismo (de alguns poucos países) na segunda metade do século XX estaria desmentindo essa lei. Houve até um filósofo alemão, pensador de grande peso, de “quatro costados”, como se diz aqui na minha terra, que, tendo sido criado intelectualmente numa escola que teve você e sua teoria como inspiração, passou a criticá-lo, pelo suposto caráter estreito de sua visão materialista. Segundo ele, Jürgen Habermas, como você teria dado primazia ao trabalho, ao invés de à linguagem no processo de posição do homem na História, teria ficado preso à razão centrada no sujeito, típica do racionalismo ocidental, sem perceber a importância e mesmo a possível prevalência da razão comunicacional, de fundamento intersubjetivo. Ele estando certo, a sociedade moderna ocidental caminhará cada vez mais nesse sentido, impedindo a existência de um mundo onde a miséria, a indignância

e a ignorância, em uma palavra, o aviltamento do espírito humano, ofuscassem e questionassem o substantivo desenvolvimento material.

Habermas escreve o livro onde enuncia essa tese no início da década de 1980,<sup>9</sup> quando a destruição daquele capitalismo domesticado estava ainda em seu início e tudo parecia conspirar, ao menos no mundo desenvolvido de onde falava nosso filósofo, para o crescente domínio da esfera pública, com sua comunicação sem coerção e suas virtudes derivadas das relações no “mundo da vida” frente à racionalidade instrumental dura e insensível do sistema do poder e do sistema do capital. Como parecia que as limitações materiais iam sendo superadas (ao menos em alguns poucos países, repito) pelo próprio desenvolvimento capitalista (que não estaria assim comprovando sua *lei geral*), parecia também que a razão intersubjetiva é que teria traçado o fio condutor da História, e não a razão subjetiva, condutora da vida material e da atividade do trabalho.<sup>10</sup>

A tese acabou por fazer coro com todo um conjunto de outras visões igualmente contestadoras da razão de fundamento subjetivo e assentadas nessa sorte de *linguistic turn* que poderíamos reunir sob o título de *pós-modernismo*, as quais surgiram mais ou menos pela mesma época. Mas enquanto Habermas procura, com sua defesa da razão comunicacional, salvar os fundamentos da Modernidade, atuando afinal ainda como um iluminista (como você também é), os filósofos e correntes pós-modernas – desconstrucionistas,<sup>11</sup> pragmáticos,<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> Refiro-me à *Theorie des Kommunikativen Handelns* (Teoria do Agir Comunicativo), publicada pela primeira vez em 1981.

<sup>10</sup> Para uma boa crítica de fundamentação materialista à tese habermasiana, ver Haddad (2004, ensaio 1).

<sup>11</sup> A referência evidente é à filosofia desconstrucionista de Jacques Derrida. Em seu *O Discurso Filosófico da Modernidade*, o próprio Habermas faz uma boa apreciação crítica, do ponto de vista da defesa da Modernidade, do desconstrucionismo de Derrida (2000, capítulo VII).

<sup>12</sup> Refiro-me aqui, principalmente à filosofia relativista de Richard Rorty. Vide Rorty (1994).

retóricos,<sup>13</sup> relativistas de modo geral – vão jogar no time contrário, o da razão indeterminada. Em sua ambiguidade constitutiva, o pós-modernismo parece desafiar a ordem social com sua pregação pela não-identidade, pela transgressão, pelo relativismo, pela desconstrução; mas como a sociedade organizada pelo mercado precisa desse espírito anárquico, sendo de certa forma sua própria objetivação social, toda essa contestação acaba servindo afinal para afirmar e alimentar essa ordem social, ao invés de refutá-la.<sup>14</sup>

Mas me perdi aqui nos meus devaneios e acabei adentrando a seara da Filosofia. Vamos mudar de rota e falar um pouco daquilo que também me interessa nesta missiva, que é pô-lo a par dos caminhos e descaminhos da Economia Política, desde que você construiu sua magnífica crítica e criou um paradigma teórico novo, que leva seu nome.

Não sei se você teve conhecimento de que, no início da década de 1870, surgiram três livros que promoveram várias alterações na velha Economia Política que você criticou.<sup>15</sup> Em 1871, o inglês William

---

<sup>13</sup> A retórica pode ser vista como um produto do relativismo. Como projeto de ciência, em particular considerando-se a Economia, foi defendida principalmente por McCloskey. Vide McCloskey (1985).

<sup>14</sup> Reproduzo aqui argumentos já desenvolvidos em Paulani, 2005, ensaio 5, os quais tomaram por base Eagleton (1998).

<sup>15</sup> Já procurei muito e por diversos meios descobrir se Marx chegou a ter conhecimento das obras de Jevons, Menger e Walras, publicadas cerca de uma década antes de sua morte. Ainda que a pesquisa não tenha sido sistemática, nunca encontrei nenhuma menção a qualquer delas nos trabalhos de Marx (ou quando encontrei estava com foco em outras questões e não registrei). Assim, a menos de engano meu, Marx nunca se referiu a elas. Minha hipótese é que as mesmas não tiveram, à época de sua publicação, a importância que vieram a ter posteriormente, justificando o porquê do silêncio de Marx. Uma boa oportunidade para fazer referência a esses autores e a sua teoria do valor-utilidade teria sido nas *Glosas marginais ao Manual de Economia Política de Adolph Wagner*, que Marx redige em 1879-80, não só pelo momento em que escreve esse trabalho (quando todas as três obras já haviam sido publicadas), mas pelo tema do mesmo (uma crítica a um suposto tratado de economia). No entanto, tampouco ali encontra-se qualquer referência. No prefácio que escreve quando da publicação do Livro III de *O Capital* em 1894, Engels menciona Jevons e Menger. Já ao final do século, portanto, o companheiro intelectual de Marx conhecia esses dois autores.

Stanley Jevons publicou *A Teoria da Economia Política* (*The Theory of Political Economy*) e, no mesmo ano, o austríaco Carl Menger publicou *Princípios de Economia* (*Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*); finalmente, em 1874, o francês León Walras publicou *Elementos de Economia Política Pura* (*Éléments d'Économie Politique Pure*). Os citados volumes deram ensejo a uma assim dita “revolução marginalista” e acabaram por transformar radicalmente aquilo que passaria a ser conhecido como *ciência econômica* ao longo de todo o século XX. Apesar de terem cada um as suas especificidades, os três livros tinham alguns pontos em comum.

O ponto em comum mais importante era a substituição da teoria do valor-trabalho, que você criticara e desenvolvera, pela teoria do valor-utilidade. Ao invés de conferir a determinação do valor a um fundamento objetivo, o tempo de trabalho (ou os custos de produção, que remetem todos, ao fim e ao cabo, a tempo de trabalho vivo ou morto), todos eles associaram o valor à utilidade dos bens, um atributo de natureza subjetiva. E foi assim que o *valor de uso*, que era mero carregador do *valor* na Economia Política clássica (e quem deixou isso mais claro foi você), foi promovido a seu fundamento, como se a universalidade da qual carece o fundamento pudesse se resumir à infinidade de suas determinações particulares, sem ter de alcançar o singular, para usar grosseiramente a linguagem de Hegel.

A outra convergência que há, e ela não é menos importante, é que as classes sociais desapareceram de cena nessa “nova” forma de ver o mundo econômico. Trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra tornaram-se, para os três autores, meros agentes econômicos, ora produtores, ora consumidores, sem que seus distintos papéis na reprodução material da sociedade fizesse qualquer diferença em sua dinâmica e em seus descaminhos (que para eles, aliás, não existem, pois a economia de mercado tenderia sempre ao *equilíbrio*). Junto com essas substantivas alterações veio também a mudança no nome da ciência. Proposta por Jevons, no prefácio à segunda edição de seu livro, publicada em 1879, ela tornou-se apenas *Economics*, ao invés de *Political*

*Economy*. Segundo o próprio autor, o antigo nome era “composto e problemático”, de modo que a substituição sugerida, por um termo simples, era mais “conveniente”.

E com isso, meu caro Marx, aquilo que você chamou em seu tempo de “economia vulgar” tornou-se o grande e vitorioso paradigma, jogando por terra a economia política clássica original, que, a despeito de todas as suas críticas, você sempre tomou como *ciência*. Lembra o que você dizia de Say, Senior e *tutti quanti*, que eles investigavam tão somente o nexos aparente e ruminavam o material fornecido pela economia científica apenas para arrumar uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais e atender às necessidades da própria burguesia?<sup>16</sup> Pois então, Jevons, Menger e Walras tomaram aquelas ideias esboçadas por Jeremy Bentham no início do século XIX, de que a motivação humana em todos os tempos e lugares pode ser reduzida ao desejo de “maximizar utilidade” e de que é a utilidade que determina o valor das mercadorias, para construir um corpo teórico “novo”, que vai suplantar o velho paradigma assentado na teoria do valor-trabalho.

Com as inovações desse trio, a economia vulgar não precisou mais ruminar o material fornecido por um paradigma que já se tornara muito perigoso e pouco “conveniente”, para usar os termos de Jevons. Bentham, o oráculo insipidamente pedante e fanfarrão do senso comum burguês, como você gostava de chamá-lo,<sup>17</sup> foi o responsável por lançar as sementes que vieram a frutificar no final do século XIX. Menos de duas décadas mais tarde, outro inglês, Alfred Marshall, se encarregaria de colocar todas essas novas ideias num livro de tipo “manual”, que até hoje fornece a base dos livros texto utilizados nos cursos superiores de economia mundo afora, o que permitiu a afirmação cada vez maior do novo paradigma, tornando-o dominante.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> MARX (2013 [1967], p. 156).

<sup>17</sup> Idem (p. 684).

<sup>18</sup> Para uma análise fundamentada da importância de Marshall nesse processo de afirmação do novo paradigma, veja-se Mattos (2010).

Ao final do Livro III de *O Capital*, comentando a fórmula trinitária (trabalho-salário, capital-lucro, terra-renda), você disse que a economia vulgar não é nada além de uma tradução didático-doutrinária das concepções correntes dos agentes reais da produção (ou seja, das configurações da aparência), nas quais ela introduz uma certa ordem inteligível, que torna confortáveis esses mesmos agentes e que se põe muito ao gosto das classes dominantes.<sup>19</sup> Pois a tal “revolução marginalista” mudou um pouco esse panorama. Apesar de fazer jus à sua herança “intelectual”, continuando a deter a preferência de dez entre dez membros da burguesia e operadores dos mercados, a nova visão, mesmo já tratada pela alquimia marshalliana, mostrou-se, na verdade, muito pouco intuitiva, com ideias difíceis de engolir (a começar, aliás, pela própria ideia de utilidade marginal). O irrealismo dos pressupostos de tal paradigma é tão marcado que deu origem, em meados do século XX, a um famoso debate metodológico, no qual despontou, fazendo sua defesa, o economista americano Milton Friedman<sup>20</sup> – um personagem sobre o qual você talvez dissesse, se tivesse tido a oportunidade de conhecer os seus trabalhos, a mesma coisa que dizia sobre Bentham: “um gênio da estupidez burguesa”.<sup>21</sup>

À parte as ideias excêntricas presentes nos manuais (a existência de concorrência perfeita entre infinitas empresas e o lucro normal sendo zero, são algumas dessas preciosidades), o andamento das pesquisas teóricas no paradigma que passou a vigorar levou a um resultado ainda mais bizarro: a existência de um mundo em que fica comprovado matematicamente o equilíbrio geral que Walras tentara demonstrar, mas que tem um pequeno problema com a realidade de fato existente:

---

<sup>19</sup> MARX (2017 [1894], p. 893).

<sup>20</sup> O debate se deu a partir da publicação, em 1953, do conhecido artigo de Milton Friedman, *The Methodology of Positive Economics*. Paul Samuelson e depois Fritz MachLup entraram na discussão, dentre outros. Para uma apreciação do debate veja-se Hands (2001).

<sup>21</sup> MARX (2013 [1867], p. 685).

nele não há lugar lógico para o dinheiro.<sup>22</sup> Todas as tentativas de se encontrar um lugar para o dinheiro nesse mundo foram frustradas. Numa delas, por exemplo, quando se consegue inseri-lo nesse mundo mágico, onde o equilíbrio geral existe, ele aparece com preço zero, ou seja, como um bem livre.<sup>23</sup> Faz algum sentido, qualquer que ele seja, um dinheiro que é um bem livre? Imagino o que você diria de um tal “modelo”.

Pois então, essa é a *Economics* hoje vigente. A pergunta sobre por que uma coisa tão estapafúrdia continua a vigorar como *ciência*, você mesmo respondeu, no início da mesma década de 1870 em que surgiram os rebentos “revolucionários” da economia vulgar. No posfácio à segunda edição do Livro I de *O Capital*, que você escreve em 1873, você decreta a sentença de morte da economia científica burguesa.<sup>24</sup> Para você, depois que a burguesia tinha conquistado o poder político na Inglaterra e na França, a luta de classes tinha assumido formas cada vez mais explícitas, como o demonstrara o vulcão social de 1848, desmantelando assim, também no plano fenomênico, a ideia de uma sociedade de iguais, de um mundo sem privilégios, onde todos se beneficiavam das virtudes que a providência do mercado garantia. O caráter de classe da nova sociedade que nascera no Ocidente tinha sido escancarado pela História e não podia mais ser ignorado. Você observa também que os verdadeiros economistas políticos, como John Stuart Mill, ainda tentaram, num esforço desesperado, sintonizar a Economia Política do capital com as reivindicações não mais ignoráveis das massas trabalhadoras. Mas isso mostrou-se impossível porque o sino fúnebre daquela ciência, já tinha soado. Não se tratava mais então, diz você, de saber se este ou aquele teorema é ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele é útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo. Com

---

<sup>22</sup> Ver a respeito Hahn (1984).

<sup>23</sup> A tentativa é de Patinkin (1956), a partir do modelo de Kenneth Arrow e Gérard Debreu (1954). Reproduzo aqui argumentos de minha tese de doutorado (1992), baseados, entre outras, na análise de Hahn (1984).

<sup>24</sup> MARX (2013 [1867], p. 86).

seu estilo ferino, você diz que, no lugar da pesquisa desinteressada entrou a soldadesca mercenária e no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção da apologética.<sup>25</sup> Então, você acertou em cheio, mais uma vez, pois essa é a única explicação que pode haver para o continuado domínio do paradigma assentado na teoria do valor-utilidade no mundo da ciência econômica (que, enquanto ciência tem, naturalmente uma pretensão à verdade). Mas aconteceu ainda mais uma volta nesse parafuso.

Lembra que mencionei um período em que o capitalismo foi domesticado, parecendo jogar por terra sua *lei geral*? Pois então, ele foi fruto de um período conturbadíssimo da História, em que houve duas guerras mundiais e uma enorme depressão econômica entre elas. O processo de centralização de capitais, que você descreveu no capítulo 22 do Livro I, foi dando origem àquilo que alguns autores inspirados por você passaram a chamar de *imperialismo*.<sup>26</sup> A guerra por territórios que se intensifica no início do século XX por força da necessidade capitalista de encontrar redenção para um plethora sempre crescente de capitais excedentes é uma guerra moderna, um imperialismo burguês, vitaminado pela ideia de “formação nacional”, que se fortalecera, também ela, como uma exigência do capital.<sup>27</sup> No ínterim entre as duas guerras interimperialistas, de 1914-18 e de 1939-45, o capitalismo experimentou uma imensa retração em suas taxas de crescimento, que levou 10 anos para reverter (e que segundo alguns só acabou mesmo com o advento da própria segunda guerra).

A partir de 1929 (o início da grande depressão), as taxas de desemprego elevaram-se a níveis alarmantes, chegando a mais de 20% nos Estados Unidos e no Reino Unido. A teoria convencional, baseada no tal “novo” paradigma, herdeiro da economia vulgar de seu tempo, só tinha para esse fenômeno uma explicação tão bisonha quanto

---

<sup>25</sup> Retomo nesses últimos períodos considerações já feitas em Paulani (2010).

<sup>26</sup> Refiro-me a Hobson e a Lenin.

<sup>27</sup> Abraço aqui as teses de Harvey (2004).

implausível: o desemprego era, para os epígonos daquele tempo (Arthur C. Pigou em destaque), um fenômeno derivado apenas e tão somente dos desejos dos próprios trabalhadores. Sua tese era que, se os trabalhadores se dispusessem a trabalhar por qualquer salário oferecido no mercado, sempre haveria um salário capaz de empregar toda a mão de obra. Em outras palavras, eles diziam que todo desemprego, por elevado que fosse, devia ser considerado, sempre, como “desemprego voluntário”.

Era tão evidente a incapacidade da teoria dominante de enfrentar o fenômeno iniciado em 1929 que provocou a revolta de um dos mais diletos e nobres filhos dessa tradição. John Maynard Keynes, discípulo de Marshall, filho de John Neville Keynes, também ele economista importante da honorável Universidade de Cambridge (o berço de Marshall), escreve, em 1936, um livro que tece críticas destruidoras a essa visão, então impropriamente chamada de “clássica”. Para ele, ao contrário do que o paradigma vigente supunha, a economia não estava sempre no pleno emprego de seus recursos, nem tendia naturalmente para ele. Ele vai mostrar que há momentos em que, movida por sua própria lógica, a economia capitalista passa a operar num nível muito abaixo desse pleno emprego, produzindo crises sociais severas como a que o mundo desenvolvido estava então experimentando. Sugeriu então que algum elemento não submetido a essa lógica entrasse em cena para reerguer a economia e mantê-la operando num nível mais elevado e melhor para todos, e esse elemento era o Estado.

O paradigma keynesiano foi assimilado pela economia convencional, gerando o que passou a ser conhecido como “síntese neoclássica”.<sup>28</sup> Fora dos muros da academia, o keynesianismo teve enorme repercussão prática, gerando, por décadas, alterações substantivas na política econômica de vários países. Foi pelas mãos

---

<sup>28</sup> Até onde se sabe, o termo foi cunhado por Paul Samuelson, um dos teóricos que, a partir do trabalho seminal de John Hicks “Mr. Keynes and the Classics: A Suggested interpretation”, publicado na revista *Econometrica*, em 1937, ajudou a desenvolver esse formato bem comportado da visão keynesiana.

do keynesianismo que o capitalismo se domesticou e gerou o período, conhecido hoje como “os trinta anos gloriosos do capitalismo” – do final da segunda grande guerra (1945) até o início dos anos 1970 – que parecia ter deitado por terra sua *lei geral*.

Uma crise de sobreacumulação combinada a um problema gerado pelo dinheiro mundial de então, o dólar americano, acabou com a era keynesiana e fez retornar a força das finanças (daquilo que você chama *capital portador de juros* em conjunto com seu sucedâneo, *o capital fictício*), que havia ficado relativamente controlada no período anterior. Daí porque, para muitos dos economistas que ainda seguem a tradição que você inaugurou, o mundo vive hoje um capitalismo “financeirizado”, em que a lógica rentista e curto-prazista do capital portador de juros se sobrepõe à lógica do capital em funções, ou seja, aquele aplicado na produção de bens e serviços. Há uma enorme polêmica sobre isso, um enorme debate e muita produção acadêmica, que não tenho aqui espaço para te apresentar. Mas o que eu quero te contar, para terminar esta já bem longa carta, tem que ver com o outro lado da história, com o que aconteceu na academia, a última volta do parafuso.

Ao final dos anos 1960, o economista americano Robert Lucas publica um artigo baseado na assim chamada “teoria das expectativas racionais” para demonstrar (contra Keynes) que a atuação do Estado tenderia a ser sempre inócua, uma vez que os agentes conheceriam sempre o modelo de atuação do governo, conseguindo antecipar suas políticas e suas ações. Assim, por exemplo, se o governo faz um gasto contracíclico para azeitar a dinâmica econômica num momento de retração ou redução das taxas de crescimento, os agentes já preveem por isso um aumento de tributos mais à frente e contraem de imediato sua atividade, anulando, assim, o efeito pretendido pelo governo. Os conturbados anos 1970, com aprofundamento da crise, desemprego e inflação em alta mundo afora, e questionamento constante das conquistas dos “30 gloriosos”, ofereceram o *habitat* ideal para o crescente sucesso da teoria das expectativas racionais e a derrocada das ideias e princípios keynesianos.

Sua maior crítica, Marx, aos clássicos do pensamento econômico, Smith e Ricardo, foi à naturalização que eles acabavam propondo das ideias e da realidade de seu próprio mundo como se fossem a batida monocórdica da História, como se sempre tivesse sido assim, como se fosse natural aquilo que é social e historicamente construído: o modo de produção capitalista. Na introdução que você escreveu para a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (e não publicou), você disse que os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apoiaram diretamente Smith e Ricardo, viram o indivíduo do século XVIII não como resultado histórico, mas como ponto de partida da História, como se ele tivesse sido posto como tal pela natureza. Pois os nossos “profetas” da extravagante teoria das expectativas racionais foram ainda mais longe: puseram a si mesmos como modelo da racionalidade humana. Thomas Sargent, um dos expoentes da nova teoria, disse numa entrevista que estava ciente dos problemas existentes com os supostos das expectativas racionais, que sabe das contradições filosóficas sobre seu uso e que, no fundo, não acredita inteiramente neles, mas que continua a utilizá-los.<sup>29</sup>

Assim, se ainda era possível falar da ideologia como falsa consciência nos bons tempos da economia política clássica, nesta vida *post mortem* da economia “científica”, talvez só possamos mesmo falar de uma sorte de “falsa consciência esclarecida”, do cinismo como única “razão” capaz de estabilizar um sistema em que os valores e critérios normativos supostamente trazidos pelo mundo “civilizado” estão se decompondo.<sup>30</sup> Parece-me, caro Marx, e não só a mim, que o capitalismo entrou numa nova fase, em que dispensa os adereços que teve de utilizar um dia (liberdade, igualdade, direitos individuais, democracia) e aos quais Keynes, visando, em benefício da sobrevivência do sistema, evitar os precipícios sociais que marcaram a primeira metade do século XX, acrescentou alguns outros (pleno emprego,

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida a Arjo Klammer e presente no livro *Conversas com Economistas*.

<sup>30</sup> Me apoio aqui nas considerações de Safatle (2008).

finanças sob controle). Reinando a quase três décadas absoluto e incontestado (de 1917 até o final dos anos 1980 ele teve que enfrentar um outro sistema, produzido por uma revolução deflagrada a partir dos seus ensinamentos, mas isso é outra história), o capitalismo, como você previu, arrastou para seu mundo todas as nações e fez do planeta uma grande e única plataforma de produção. Manipulada por corporações gigantes, essa plataforma dispõe de um exército industrial de reserva global que reduz a muito pouco o poder dos trabalhadores, porque esfacela o poder local dos sindicatos. Infelizmente, contra aquilo que você pregou, foi o capital, e não a luta contra o sistema, que promoveu essa (funesta) união dos trabalhadores do mundo. O capital financeiro no exercício pleno de seu poder, um dinheiro mundial inconvertível e o mundo virtual e imagético do qual falei anteriormente têm tudo a ver com essa história de “sucesso” do sistema do ponto de vista do capital, e de desastre do ponto de vista social e ambiental (ninguém sabe quanto tempo mais o planeta aguenta o ritmo do capital).

Esse “sucesso” tem consequências muito mais profundas do que aquelas que podem ser percebidas no plano puro e simples da acumulação. A lógica e os princípios da gestão empresarial e da concorrência de mercado vão invadindo todas as esferas da vida e impondo sua “nova razão” ao mundo.<sup>31</sup> Assim, por mais que as crises se sucedam de forma cada vez mais violenta (tivemos uma gigante em 2008/2009, cujas consequências estão até hoje presentes), o sistema tem sido extremamente bem sucedido na sua capacidade de repetir os rituais materiais que afirmam a ideologia na esfera do fazer (e não do saber). Nesse contexto, a razão cínica, por afirmar a distância entre os princípios proclamados e a prática que a eles se refere, põe a contradição, mas ao mesmo tempo a resolve. Com isso, nem todos os problemas se acabam para o capital, porque as aspirações de legalidade (critérios normativos, valores partilhados) não desaparecem de uma hora para

---

<sup>31</sup> Claramente me refiro aqui às teses de Pierra Dardot e Christian Laval (2016), com as quais concordo.

outra. A obsolescência do desmascaramento ideológico indica apenas que as promessas de modernização e de racionalização da realidade social já foram realizadas pelo capitalismo, de forma cínica.<sup>32</sup>

Bom, misturei um monte de coisas aqui, falei tudo embolado. Talvez não fique muito claro, porque tem muito assunto aí condensado, assunto para várias cartas. Mas paro por aqui porque já devo ter te cansado.

Abração aí,

Leda Paulani

P.S.: Esqueci de te dizer: sabe a renda, aquela forma assumida pela mais valia, que você discute na última seção do último livro do *Capital*, e contra a qual Ricardo brigou a mais não poder por julgá-la um pecado contra a acumulação? Pois então, parece que ela está se tornando a alma do capitalismo nesse novo estágio. Mas também isso é matéria longa que demandaria outra carta. Fica aí só pra você pensar.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Neste último período me apropriei inteiramente das considerações de Safatle, 2016, p. 69.

<sup>33</sup> O desenvolvimento desta proposição está em Paulani, 2016.

## Referências bibliográficas

- DARDOT, P. e LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EAGLETON, T. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. São Paulo: Jorge Zahar, 1998.
- FAUSTO, R. *Marx: Lógica & Política - Volume II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Bacon Press, 1984.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HADDAD, F. *Trabalho e Linguagem para a Renovação do Socialismo*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.
- HAHN, F. *Equilibrium and Macroeconomics*. Oxford: Basil Blackwell Publisher Ltd., 1984.
- HANDS, D. W. *Reflections Without Rules*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HEGEL, G. W. F. *Ciência da Lógica – Vol. II*. Petrópolis: Vozes, 2017 [1813].

- KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. New York: Harcourt, Harbinger, 1983 [1936].
- KLAMER, A. (Org.) *Conversas com Economistas*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1988.
- McCLOSKEY, D. *The Rethoric of Economics*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.
- MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. *Estudos Avançados*, vol. 12, nº 34, 1998 [1848].
- MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. In: *Marx* (coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1859].
- MARX, K. *O Capital, volume I*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].
- MARX, K. *O Capital, volume II*. São Paulo: Boitempo, 2014 [1867].
- MARX, K. *O Capital, volume III*. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894].
- MATTOS, L. V. Marshall e os Críticos à Economia Política Clássica. *Revista de Economia Política*, volume 30, nº 2, 2010.
- PAULANI, L. M. *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. Tese de doutorado. Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo (IPE-USP), 1992.
- PAULANI, L.M. *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo, Boitempo, 2005.

PAULANI, L. M. Ciência Econômica e Modelos de Explicação Científica: retomando a questão. *Revista de Economia Política*, volume 30, nº 1, 2010.

PAULANI, L. M. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 3, 2016.

PATINKIN, D. *Money, Interest and Prices - an Integration of Monetary and Value Theory*. Cambridge: Mass, the MIT Press, 1989 [1956].

RORTY, R. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SAFATLE, V. *Cinismo e Falência da Crítica*. São Paulo, Boitempo, 2008.

SCHWARZ, R. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

# O sofrimento e /ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana

Carta de Lígia Márcia Martins<sup>1</sup>

**Resumo:** Nosso objetivo é destacar relações entre o sofrimento e/ou adoecimento do(a) professores(a) e as condições objetivas de vida e de educação que empobrecem a formação humana. Para tanto, apresentamos de partida, uma breve análise da conjuntura político-econômica contemporânea, tendo em vista a identificação de elementos que subjugam o desenvolvimento psíquico, fragilizando-o. O pressuposto de base desta assertiva diz respeito à natureza social do psiquismo e, nesse diapasão, conferimos destaque às consequências potencialmente adoecedoras da sociedade da mercadoria – sob a roupagem do capitalismo flexível, que mercantiliza a própria subjetividade dos indivíduos, capturando-a e descaracterizando-a, sobretudo, no que tange à classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Capitalismo Flexível; Subjetividade Humana; Educação.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia, mestre em Psicologia, doutora em Educação e livre docente em Psicologia da Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara. E-mail: ligiamar@fc.unesp.br

São Carlos, 28 de julho de 2018.

*Prezado Marx,*

Escrever-lhe esta carta causa em mim um sentimento ambíguo, posto que, de um lado, é sempre bom tê-lo como referência e poder buscar, em teu insubstituível legado, o apoio teórico necessário ao atendimento de nossas necessidades práticas. Mas, de outro lado, o pesar é imenso ao ter que compartilhar contigo que tuas previsões mais sombrias pairam hoje sobre nós, não nos imobilizando, mas impondo desafios colossais! Por isso, peço que compreenda o teor desta correspondência como um compartilhamento, haja vista que, seguramente, o que apresento não lhe é novidade, pelo contrário, é a prova viva da correção de tuas análises sobre a ordem político-econômica da sociedade burguesa. Ordem essa, que tem sabido se reinventar no que tem de pior.

Ademais, devo observar ainda que embora eu destaque uma categoria profissional particular – a dos professores e professoras, o que acomete sobre ela a ultrapassa, abarcando igualmente outros(as) trabalhadores(as) que, conforme nos ensinaste, se empobrecem em igual medida em que enriquecem o capital (MARX, 2004). Tecidas essas considerações introdutórias, organizo as ideias aqui presentes em torno de dois pontos: o primeiro, de análise de conjuntura para localizar o fenômeno do empobrecimento da formação humana em face da reestruturação produtiva, aqui adjetivada como capitalismo flexível e, posteriormente, dedico-me aos aspectos mais específicos do sofrimento e/ou adoecimento psíquico produzido por ela.

### **Ponto Um: em que tempos estamos vivendo...**

Para a elaboração deste item tomo como referência central estudos desenvolvidos pelo IME (Instituto Marxista de Economia /

Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais da Universidade Complutense de Madrid), mais precisamente, a obra *Capitalismo e Economia Mundial*, de autoria de Xabier Arrizabalo Montoro (2014), por considerá-la emblematicamente representativa do que chamaria de ‘retrato dos dias de atuais’! Segundo este autor, qualquer análise que se pretenda do quadro conjuntural vigente, em nível mundial, determina que nos reportemos à crise das décadas de 1970/1980, que marcou o “fim da era de ouro do capitalismo”, e que impulsionou a reestruturação produtiva e o advento do chamado “capitalismo flexível”. O fato é que desde essas décadas não tem havido, no âmbito da economia mundial, um crescimento significativo e sustentável.

Caro Marx, diferentemente de vermos acontecer o velho esquema caracterizador do modo de produção capitalista, qual seja crise-estabilidade-crise, tal como prescrito em suas análises, o que se verifica na economia política contemporânea é a emergência de um novo paradigma, a saber: crise – ajustes de arroxó – crise. E, não é outro senão o Fundo Monetário Internacional – F.M.I., o principal gestor da economia em praticamente todos os países do mundo – desde a Segunda Guerra mundial, exigindo a passos largos e a qualquer custo a implementação das chamadas ‘políticas de ajuste’. Todavia, na esteira do que Montoro (2004) afirma, diferentemente do que podemos imaginar, tais ‘ajustes’ não são estratégias pontuais para responder a circunstâncias específicas, mas passam a representar a lógica interna do capitalismo flexível, dado que as tornam permanentes.

Desde a crise de 1970/1980 e avançando em direção às crises de 2007/2008, verifica-se um refluxo das condições de acumulação do capital e o alvo primeiro do ataque passa a ser a “mercadoria força de trabalho”, haja vista ser o componente central das forças produtivas. E o ataque desferido incide tanto sobre o “salário direto” (pecúnia individual pelo trabalho realizado) quanto sobre o “salário indireto” (representado pelo retorno do trabalho sob a forma de serviços públicos). Sob a aparência de um enfoque político liberal ou neoliberal – cuja marca central é o questionamento do papel interventor do Estado

na economia, o que se vê acontecer desde as últimas décadas do século XX não é bem isso, mas sim, uma forma particular de intervenção do Estado. Ou seja, a intervenção permanece, mas muda de direção, encaminhando-se para as subvenções a determinados segmentos do capital privado (em especial o financeiro) e para ações que ele requeira tendo em vista sua expansão (MONTORO, 2014).

E esse tipo de intervenção vai ocorrer em detrimento de outras – mais precisamente, em detrimento do atendimento aos direitos sociais da maioria da população, a exemplo da educação, saúde, segurança, transporte, previdência social etc. Como destacado por Chauí (2001) tudo isso deixa de ser concebido como direito e passa à condição de serviços que podem ser privatizados.

As ações do Estado passam a ter dupla face: de um lado, retira investimentos para instituições públicas e de outro cria nichos de mercado a partir da retirada de direitos, a exemplo do surgimento das grandes empresas de educação, que movimentam hoje no Brasil, milhões de reais. Trocando em miúdos, Montoro (idem) destaca que as políticas de ajuste ora implementadas vão se consolidando em três grandes eixos, representados pelas *privatizações*, pela *desregulamentação de direitos sociais* (especialmente no tocante às relações entre capital e trabalho) e pela *abertura da economia nacional aos monopólios e oligopólios internacionais*.

Todas essas frentes têm o mesmo objetivo: ampliar os espaços de rentabilidade para a acumulação financeira – e, para tanto, instala-se um processo de contrarreformas! Contrarreformas porque ao longo da história foram as lutas sociais que impuseram limites à exploração capitalista, determinando as reformas que culminaram nos direitos democráticos. Agora, pelo contrário, entra em curso um modelo político-econômico que visa impor limites ao que limitava a máxima exploração da força de trabalho (MONTORO, 2004). Tais medidas não são apenas duras, mas profundamente agressivas. E, numa sociedade de classes ainda geram resistências sociais importantíssimas. Por isso, a implementação das mesmas não é imediata, nem linear e nem

absoluta, condicionando-se, sobretudo, a um forte investimento propagandístico para a redução das referidas resistências!

No que tange aos três eixos referidos, Montoro (idem) nos chama atenção para as seguintes questões: no âmbito das privatizações, elas deixam de ser apenas um fato jurídico de mudança de propriedade ou gestão de serviços públicos que passam a ser privados. Na verdade, o fato jurídico torna-se apenas uma estratégia para fazer valer objetivos políticos voltados, de um lado, à acumulação financeira e de outro lado, à desvalorização da força de trabalho. Esta desvalorização ocorre tanto pela via da precarização dos contratos, representada pela corrosão do *salário direto* e do *salário indireto*, quanto pela baixa qualidade das condições de trabalho, especialmente no âmbito dos serviços públicos, que passam a sobreviver à duras penas. No plano ideológico, as privatizações são apresentadas como alternativas para a suposta inoperância do Estado para gerir o bem público e também como a melhor forma de saneamento de suas contas.

Contudo, companheiro Marx, o que temos na realidade é mais uma medida de recomposição do capital privado e de exploração na relação capital-trabalho. Não por acaso as iniciativas privatizantes incidem sobre aspectos básicos ou fundamentais da vida em sociedade, a exemplo da educação, saúde, segurança etc. tendendo à liquidação de tudo que não seja rentável em curto prazo, ou por outra, tornando o que é considerado não rentável, para o Estado, em fonte de renda para o capital privado. No caso da educação – que nos interessa mais diretamente – a privatização ocorre tanto no plano direto, com a conversão de instituições de ensino em empresas, quanto indiretamente, à medida que passam a ser gerenciadas por princípios da administração privada e avaliadas pelo quesito produtividade (CHAUÍ, 2003).

Em relação à desregulamentação de direitos, Montoro (2014) assevera que até meados do século XVIII, quando se instalam as relações de produção capitalistas, não havia regra alguma que regulasse a relação capital-trabalho. Jornada de trabalho, descanso remunerado,

equivalência de salário para mesmas funções, limite de idade para ingresso no mercado de trabalho, seguridade previdenciária, dentre outras questões, como você Marx, bem sabe, foram objetos de lutas históricas dos trabalhadores, fatos que os impulsionaram às organizações de classe – como sindicatos e partidos.

Foi ao longo de décadas que a classe trabalhadora exigiu reformas e conquistou direitos fundamentais, a serem regulamentados – mesmo que a contragosto, pelo Estado burguês. Sabidamente, a regulamentação desses direitos nunca foi tranquila, nunca deixou de ser um ponto de tensão, gerado por interesses de classe conflitantes. Para a classe trabalhadora e como marco civilizatório – trata-se indiscutivelmente de direito! Mas sob a ótica da burguesia, trata-se de concessão ou benefício! Sendo assim, quanto maior o refluxo da acumulação, mais a atenção empresarial se volta para o recuo das supostas concessões, e a intensidade dos ataques se mostra diretamente proporcional ao entendimento dos mesmos como obstáculos para a acumulação.

Haja vista que as regulamentações de direitos nunca foram “dadas de brinde” pela sociedade da mercadoria, sendo, sempre, objeto de luta e de conquistas da classe trabalhadora – e nela incluídos os seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1991), enfraquecê-los, bem como às suas entidades, torna-se uma exigência e uma condição para fazer valer as contrarreformas. Para tanto, nada melhor que abolir o conceito de luta de classes, que afirma a estratificação da sociedade entre, apenas, duas classes – aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. Em relação a isso, Montoro (2014) destaca que não por acaso desponta uma nova estratégia de divisão da população a partir de lutas ou bandeiras particulares, criando-se assim, movimentos reivindicatórios pulverizados que conduzem, não raramente, à cizânia no interior da mesma classe, que cada vez mais rapidamente vem deixando de se ver como tal. Essa é, indiscutivelmente, uma tática brilhante para enfraquecer quaisquer posições reivindicatórias comuns, aptas à luta por outra ordem econômico-social.

O terceiro aspecto vinculado à desregulamentação de direitos, em conformidade com o autor supra referido, diz respeito à internacionalização do capital. E eis o que ele nos indica: com o advento da sociedade moderna, as transações do mercado se firmaram em escala nacional, e deram origem ao Estado-nação e às relações comerciais entre eles. Essas relações, também tornadas objetos de regulamentação foram, outrora, fortemente marcadas pela política de proteção do mercado interno, e ele, um importante parâmetro na avaliação da soberania nacional. Considerando que é no bojo do Estado-nação que os movimentos reivindicatórios acontecem e impulsionam o atendimento dos direitos democráticos, tem-se uma relação de condicionabilidade recíproca entre soberania e democratização – ainda que nos limites da democratização burguesa.

Ocorre que o mesmo desenvolvimento do capitalismo que exigiu a constituição de economias nacionais se ultrapassou e se encaminhou para a internacionalização sistemática da economia, na qual imperam os monopólios e oligopólios. Os Estados-nação periféricos se convertem em espaços de mercado para a constituição de uma economia mundial, que ao mesmo tempo, determina novos vínculos entre as economias nacionais à medida que as administra. A ideia de soberania nacional é profundamente alterada e passa a ser identificada pelo ‘lugar’ que cada mercado nacional ocupa no cenário mundial, que por seu turno, é gerido pelas grandes potências econômicas. Não por acaso, e mais que nunca, a estabilidade de um governo é medida pelo seu afinamento com as políticas internacionais, e igualmente, mais que nunca, os governos comprometidos com algum grau, ainda que mínimo, de justiça social acabam por ser aniquilados, vide os recentes fatos políticos ocorridos aqui no Brasil.

Portanto, a principal consequência da fragilização do Estado-nação e de sua soberania só pode ser o comprometimento dos direitos humanos. Insurgem as medidas que visam liquidar as negociações coletivas, incrementa-se o subemprego, a “auto exploração”,

a precarização do trabalho sob a forma de subcontratos, amplia-se a jornada e o tempo de trabalho, institui-se o trabalho gratuito ou quase gratuito, e tudo isso acrescido da precariedade de seguridade social.

E, como não nos surpreende, para a operacionalização de tais medidas, a própria formação profissional passa a sofrer questionamentos que colocam em xeque a educação escolar. Entram em cena as demandas de formação do trabalhador do século XXI, que precisa ser flexível, criativo e empreendedor, sobretudo para, se necessário, saber “auto explorar-se”! Ocorre, assim, o acirramento da lógica de preparação da mão de obra para o mercado no limite mínimo para o consumo da ciência e da técnica requeridas na execução do trabalho. A produção científica e tecnológica como marco de soberania nacional sofre, como temos acompanhado, sobretudo no âmbito das pesquisas de ponta nacionais, um golpe brutal (CHAUÍ, 2003).

Caro Marx, em linhas muito gerais, mas suficientes para sua compreensão, eis em qual situação nos encontramos. É certo que, como você já afirmou, os homens fazem a sua história, mas não a fazem sob circunstâncias de suas escolhas (MARX, 2011) e, sob a atual conjuntura, o fosso entre as possibilidades materiais da humanidade e sua objetivação nas condições de vida do conjunto da população é de proporções colossais. Esta triste realidade aponta, ainda, outro saldo, representado pelo acentuado e crescente sofrimento e/ou adoecimento psíquico dos trabalhadores em geral e dentre eles, confiro um destaque especial à categoria dos(as) professores(as). Este problema merece uma atenção específica e compartilho contigo a análise que faço sobre ele.

## **Ponto Dois: a questão do sofrimento e/ou adoecimento psíquico...**

Viver em uma sociedade complexa, permeada pelas incertezas advindas dos infundáveis “ajustes”, perpetrada por mudanças rápidas e contínuas que, via de regra, sequer são compreendidas, não é tarefa

fácil para ninguém, e torna-se uma empreitada árdua e, em muitos casos, geradora de sofrimento. Todavia, ao destacar o fenômeno ‘sofrimento’ psíquico, considero que não podemos fazê-lo senão, considerando-o como síntese de múltiplas relações e determinações diversas (MARX, 1983), haja vista que ele não é um dado em si mesmo, mas a confluência de inúmeras variáveis e que assume formas de manifestação e rumos diferentes.

De partida, considero importante o reconhecimento de que o sofrimento decorre do fato de sermos seres dependentes de condições externas para assegurarmos a vida (MARX, 2004). E tais condições incidem positiva ou negativamente sobre o sujeito, condicionando a tonicidade emocional da relação e da resposta a tais condições. Mas, igualmente, o sofrimento também é expressão da capacidade humana de tomada de consciência acerca do vivido, ou por outra, da capacidade para identificar e significar, inclusive, as alterações da referida tonicidade emocional. Assim compreendido, o sofrimento resulta da identificação de obstáculos – que podem ser reais ou imaginários, no atendimento das necessidades que impulsionam a ação, e será sempre proporcional às dimensões dos mesmos.

Entendo o sofrimento, então, como uma condição – não estável, não contínua e não idêntica a si mesma, que é inerente à vida humana e que, portanto, não pode ser avaliado de modo binário: como bom ou mau! Contudo, os fenômenos humanos – a vida humana, não é tão simples, de sorte que se o sofrimento “dói” – por isso não é bom, mas de outro lado, ele pode ser um recurso para o enfrentamento das situações desafiadoras e que exigem esforços adicionais – o que é bom! Por isso, penso que não podemos perder de vista que o sofrimento também é uma das determinações históricas que tem conduzido a humanidade na busca por alternativas diante de situações limitativas ou de ameaça – seja concreta ou simbólica, impulsionando inclusive a ciência, a arte, a filosofia etc.

Por certo que a vivência do sofrimento é indesejável, mas se assim não fosse não seríamos impelidos à sua superação. Por isso, não

considero que sejamos vítimas indefesas do sofrimento – e penso que demonstrar isso às pessoas tem sido uma das tarefas mais bonitas tanto da psicologia quanto da educação. Faço esta afirmação uma vez que as defesas requeridas não nos são legadas naturalmente – elas precisam ser construídas, haja vista a formação cultural de nossa subjetividade. Sendo assim, apontado o vínculo entre sofrimento e recursos para seu enfrentamento, me encaminho para o trato dos seus desdobramentos na vida das pessoas a partir do destaque à sua dupla dimensão, na esteira do que nos ensinou Vigotsky (1995): como processo e como produto.

Aprender o sofrimento como processo demanda a identificação dos mecanismos psicofísicos que entram em ação ao longo de sua vivência e, como tal, temos os fenômenos objetivos dados pela realidade concreta bem como as reações disparadas via sistema nervoso tendo em vista a regulação e a manutenção do organismo. Igualmente, temos o universo simbólico, ou, o conjunto de significações atribuídas pela pessoa à situação que a faz sofrer.

Já na esfera do produto, nos deparamos com as formas pelas quais a tensão gerada no/pelo processo de sofrimento é administrada. E aqui reside a situação de risco, posto que dessas formas dependa o grau de manutenção do processo ou seu enfrentamento e superação. Ou por outra, se as formas desencadeiam um tratamento inoperante, o resultado será a manutenção do sofrimento, que poderá conduzir ao adoecimento. E aqui, devo fazer uma observação: foge ao meu objetivo adensar a discussão acerca do binômio saúde/doença, todavia, compartilho contigo o que advogo como saúde: entendendo que saúde e doença são polos opostos interiores um ao outro e em permanente e contínua tensão, tomo por saúde a capacidade de enfrentamento do sistema psicofísico mantenedor da vida contra o seu oposto, que é a doença!

Por isso, considero importante destacar a diferença entre sofrimento e adoecimento. Não tenho dúvidas que todos nós, e não apenas os professores, estamos vivendo tempos de muito sofrimento

– o que não é sinônimo de estarmos todos adoecidos! Se por um lado isto é positivo, por outro demanda atenção aos recursos e às formas pelas quais estamos enfrentando a situação. Considero que a atenção às formas pelas quais os professores vêm lidando com seus sofrimentos representa, hoje, um dos maiores desafios da psicologia da educação. Em suma Marx, a meu juízo, o sofrimento psíquico desponta como uma maneira particular de relação do sujeito com as condições objetivas dadas à sua atividade; condições estas avaliadas como ameaçadoras, imprevisíveis, incontroláveis ou ainda que exijam da pessoa mais que suas capacidades de enfrentamento.

Quando temos em causa o ‘sofrimento psíquico do(a) professor(a)’ estamos diante de um enfoque que vincula sofrimento e trabalho, ou, sofrimento e a natureza do trabalho realizado. Conforme afirmastes reiteradas vezes, o trabalho, para além de ser o modo ou meio pelo qual atendemos nossas necessidades é, também, um traço identitário e condição de desenvolvimento de capacidades, por isso configura a autoimagem e o próprio sentimento de pertença social. Ademais, como postulado pela psicologia histórico-cultural, não podemos deixar de reconhecê-lo como fator estruturante do psiquismo.

Conforme já aponteii, a virada do século XX para o século XXI marca transformações brutais no mundo do trabalho – acirrando uma conjuntura de fortíssimos impactos sobre a subjetividade dos indivíduos, e particularmente, sobre a nossa subjetividade como professores. Dentre as consequências, destaco, em primeiro lugar, a falta de certezas em relação às finalidades do trabalho docente – que identifico com a corrosão da dimensão teleológica do trabalho. Ora, se por definição o trabalho é uma atividade teleológica, qual *telos* orienta hoje o trabalho do(a) professor(a)? E mais, numa sociedade que a tudo mercantiliza e que torna cada vez mais brutal a exploração da força de trabalho, quais são os motivos que sustentam hoje o ‘ser professor(a)’?

Julgo que estas duas interrogações são fulcrais na análise do sofrimento do professor e, arrisco dizer, os motivos do trabalho docente – voltados à humanização dos indivíduos, que relacionam a

educação escolar a um ideal maior de desenvolvimento das pessoas, cedem lugar, a passos largos, às finalidades pontuais e pragmáticas requeridas à sociabilidade adaptativa, tanto dos professores quanto dos alunos. E com fundamento em Leontiev (1978) eu tenho dito: o obscurantismo dos motivos é o palco para o ‘sem sentido’ da vida!

Em segundo lugar, coloco em relevo a perda de controle por parte do professor(a) sobre o seu próprio trabalho que, diga-se de passagem, está cada vez mais acentuada. Sob a égide da mercantilização também da educação, as instituições de ensino encontram-se cada vez mais subjugadas aos modelos de gestão empresarial e aos parâmetros de avaliação externa, que centram o olhar no produto com o mais absoluto descaso em relação ao processo e às condições objetivas nas quais ele ocorre, notadamente no que tange ao salário do docente.

‘*Para que fazer*’, ‘*o que fazer*’, ‘*como*’ e ‘*em quais condições*’ tornam-se variáveis alheias ao(a) professor(a), convertido(a) em executor(a): de *metas* que muitas vezes não lhe são claras; de sistemas pedagógicos apostilados, sobretudo para a educação básica; de currículos e planos de ensino – especialmente no ensino superior privado, pré-definidos e engessados, e tudo isso somado a uma burocratização desmedida.

Nessas condições, como já analisei (MARTINS, 2014) o professor é convertido num “duplo de si mesmo”, numa máscara destinada a desempenhar papéis que as circunstâncias externas exigem! E essa máscara, pouco a pouco ocupa seus gestos, suas reações, seus pensamentos e sentimentos, gerando a muda resignação e o conformismo ou a ‘(des)acomodação’ interna expressa em diferentes formas de sofrimento.

O terceiro fator que destaco refere-se à individualização de responsabilidade, ou seja, o(a) professor(a) se torna o(a) responsável pelo sucesso ou fracasso daquilo que realiza. E nessa direção aflora o individualismo, o autocentramento e, muitas vezes, um alheamento em relação ao *outro*. Ora, se por definição o trabalho pedagógico é trabalho coletivo – por mais tautológico que isso possa parecer, como realizá-lo num contexto que corroe a coletividade, tanto do ponto de vista

subjetivo (individualismo) – que no mínimo fragiliza o sentimento de pertença grupal, quanto do ponto de vista objetivo – a exemplo da escassez de tempo coletivo para se dedicar ao que realmente importa para o trabalho pedagógico haja vista que as questões acessórias passam a ocupar o lugar do que é essencial; a atuação dos(as) professores(as) em várias escolas; a instabilidade de quadro gerada pela rotatividade contínua etc.

O quarto e último fator refere-se à precariedade das condições de trabalho, que atravessam desde a desvalorização salarial pela natureza do trabalho realizado – somada às sucessivas perdas que estamos acumulando nos últimos anos, que forçam o(a) trabalhador(a) professor(a) à ampliação de contratos até o seu limite máximo, num processo de expansão e invasão da jornada de trabalho para as outras esferas da vida pessoal, de sorte que, como diria Sève (1979), ele(ela) passa a viver para trabalhar, e não o seu contrário! E a isso tudo, ainda posso acrescentar outros fatores tais como: salas de aula superlotadas, insuficiência ou precariedade de insumos requeridos ao trabalho pedagógico; escolas com infraestrutura física comprometidas e muitas vezes, insalubres, dentre outras.

Em suma, o que estamos acompanhando nas atuais conjunturas é o mais absoluto descaso em relação à natureza concreta do ser humano, a ter como consequência o acirramento de contradições no âmbito do trabalho. E, ao se perder de vista a natureza concreta do indivíduo – como alguém que se torna humano por apropriação da cultura e, por conseguinte, pela via dos processos educativos, perde-se também de vista a natureza concreta da educação, a quem resta a tarefa de instruir para adaptar, preparando a ‘inteligência’ para resolver problemas imediatos de uma realidade crucificante e, assim, limitando a educação escolar a uma frágil formação, marcada por relações superficiais e pragmáticas com os conteúdos de ensino.

É certo, como nos ensinou Adorno (2000, p. 143), que a educação será impotente se desconsiderar a tarefa de preparar as pessoas para o que está aí; porém, ela será igualmente questionável se ficar

nisso – produzindo nada além de pessoas bem ajustadas, e o autor completa: “em consequência do que a situação se impõe precisamente no que tem de pior”. E é neste âmbito que estabeleço uma relação entre o que denomino semi-profissionalização docente – advinda, sobretudo, da generalização da forma mercadoria para a esfera da educação com o sofrimento do(a) professor(a).

Não tenho dúvidas de que este projeto de semi-profissionalização incide de formas distintas sobre os(as) professores(as) da educação básica ou do ensino superior – quer nas instituições estatais ou privadas. Todavia, considero que o ‘núcleo duro’ deste projeto é o mesmo, qual seja: hegemonia de ideários pedagógicos desprovidos de conteúdos que corroborem análise crítica da realidade – reforçando posturas adaptativas e de ‘ajustamento’ às políticas educacionais impostas pelos organismos multilaterais, e que retroalimentam continuamente a própria desqualificação da escola como *locus* privilegiado para a formação humana.

Com isso, temos um acentuado declínio das capacidades psíquicas fundamentais requeridas à inteligibilidade do real, a exemplo da memória histórica, da atenção concentrada, do pensamento metódico, abrangente e crítico, e esse declínio sustenta vínculos cada vez mais artificiais entre indivíduo e gênero humano, bem como acerca da relação escola-sociedade. Assim, Marx, o que chamo de semi-profissionalização docente não se refere simplesmente a uma “formação a meia”, mas a um modelo de formação obscurantista. E esta formação não dá conta da complexidade do *objeto* da educação escolar.

Este obscurantismo, terreno propício para consciências obnubiladas, aprisiona os sujeitos a um trato com os fenômenos que em pouco ultrapassa seus aspectos aparentes e periféricos, e a este nível, dificilmente compreende-se não apenas a natureza do trabalho pedagógico, mas também as condições sociais nas quais ele se realiza. Ora, como nos ensina a psicologia, a incompreensão daquilo que deveríamos compreender para agirmos eficazmente é fonte geradora

de ansiedade e sofrimento. Não compreender, faz sofrer! Entendo, portanto, que esse tipo de profissionalização usurpa dos indivíduos as “ferramentas”, os “instrumentos” psíquicos, como diria Vigotsky (1997), necessários ao enfrentamento dos inúmeros obstáculos que assolam a educação escolar. Julgo que os professores estão cada vez mais “(des)instrumentalizados” para o exercício da docência.

A característica central da educação escolar, em todos os seus níveis, aponta na direção da humanização dos indivíduos pela mediação do ensino, isto é, da apropriação das objetivações humano-genéricas mais desenvolvidas. Sendo assim, compete-lhe qualificar a relação indivíduo-conhecimento-realidade, haja vista que esta relação representa o lastro da formação da consciência. Por conseguinte, nossa luta contra o sofrimento do(a) professor(a) não deixa de ser, também, uma luta contra a desqualificação do ensino dos conhecimentos clássicos, historicamente sistematizados e referendados pela prática social da humanidade (SAVIANI, 2003), posto que tais conhecimentos são imprescindíveis à formação de sua consciência.

Entendo ainda, que essa desqualificação não se limita à falta de domínio em relação ao que ele(a) professor(a) deva ensinar, mas avança em direção ao empobrecimento da subjetividade, ao acirramento do individualismo e da competição, representado por pessoas que tem a si mesmo como alfa e ômega de seu trabalho, e da própria vida. Não quero dizer com isso que todos os professores, subsumidos a esse tipo de formação, sofram. Mas não tenho dúvidas: os que supostamente não sofrem, muitas vezes são os que fazem sofrer!

Enfim, Marx, finalizo esta correspondência com duas considerações. Avalio que o enfrentamento do sofrimento do(a) professor(a) demanda um forte investimento na formação para a resistência: resistência contra o ‘sem sentido’ do trabalho docente, resistência contra a certificação massificada; resistência contra a quebra de direitos democráticos e, acima de tudo, resistência contra a conversão das instituições escolares em instituições destinadas à execução acrítica de políticas limitadas aos interesses do Estado burguês. Se tais desafios

só poderão ser enfrentados coletivamente, existe outro desafio, e esse sim, sob responsabilidade de cada professor(a) em particular: resistir à destruição dos mecanismos coletivos de luta!

A segunda consideração apela que a psicologia, como ciência e profissão, recorra à sua memória histórica, e explico: o período pós Segunda-Guerra Mundial, numa Europa assolada pelas sequelas do conflito, numa intensa crise política, social e econômica, despontou como um tempo de profundo sofrimento entre as pessoas que, talvez mais que nunca, tenham questionado a capacidade humana para resolver racionalmente as contradições da sociedade. Foi o tempo inaugural de se viver à sombra da possibilidade, tornada real, de que tudo poderia ruir, numa fração de segundos, como escombros de bombas nucleares. Naquele momento a psicologia também se colocou em xeque – num processo de avaliação dos limites e possibilidades de suas matrizes teóricas para o enfrentamento das dores e dos dilemas humanos. Penso que mais uma vez, precisamos confrontar as matrizes teóricas da psicologia burguesa à realidade mais ampla, num questionamento radical acerca de quais tem sido e quais ainda podem ser os seus contributos concretos na luta contra a barbárie.

*Com as minhas saudações!*

*Lígia Márcia*

## Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p.5-15, set/dez, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. *Desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTINS, Lígia Márcia. *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano*. 2<sup>o</sup> ed. Campinas: Autores associados, 2014.

MONTORO, Xabier Arrizabalo. *Capitalismo y economia mundial*. Madrid: Instituto Marxista de Economía – IME, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2003.

SÈVE, Lucien. *Marxismo e a teoria da personalidade*. Lisboa: Horizonte Universitário, vol. 2, 1979.

VIGOTSKY, Lev Semionovich. *Obras escogidas*. Tomo III. Madrid: Visor, 1995.

VIGOTSKY, Lev Semionovich. *Obras escogidas*. Tomo I. Madrid: Visor, 1997.

# **Sociedade, trabalho e sentido da vida: se fere nossa existência, seremos mais que resistência**

Carta de Luci Praun<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto, que por iniciativa editorial foi desenvolvido em formato de carta, trata sobre processos de saúde-adoecimento abrigados sob a denominação *transtornos mentais*. A ênfase recai sobre os desdobramentos desses processos em tentativas ou óbitos por suicídio, cujas estatísticas mundiais e brasileiras têm se apresentado de forma ascendente. Busca-se, ao introduzir a temática e as estatísticas correspondentes, problematizar sobre as fronteiras entre a esfera da vida pessoal e a do trabalho e, de forma decorrentes, sobre o quanto esses episódios podem ser inseridos no âmbito da sociabilidade capitalista contemporânea e ao profundo processo de degradação do trabalho.

**Palavras-chave:** Capitalismo Contemporâneo; Suicídio; Processos de Saúde-adoecimento; Centralidade do Trabalho.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Unicamp. Professora visitante da Universidade Federal do ABC. E-mail: lupraun@uol.com.br

Marx, meu caro,

Há cerca de um mês, entre as correspondências que recebo diariamente, uma chamou-me especialmente a atenção. A pessoa escrevia em nome de um dos cursos da universidade onde atuo como docente. O tom era de pesar. Mais um jovem havia, conforme as palavras de quem redigiu a mensagem, “interromp[ido] sua própria trajetória”.

Fiquei algum tempo lendo aquela curta mensagem. Recordei outras situações como aquela. Tem sido recorrente tomarmos conhecimento sobre tentativas de suicídios e, muitas vezes, sobre sua efetivação. Aquele não era, infelizmente, um caso isolado. A ocorrência de suicídios tem apresentado nos últimos anos, por uma multiplicidade e convergência de fatores, curva ascendente. Aquele caso, junto com tantos outros, sabemos, é apenas a ponta de um enorme iceberg.

Coloco-o, a seguir, a par de algumas estatísticas atuais. Após apresentá-las, gostaria de tecer algumas breves considerações sobre os processos de saúde-adoecimento relacionados ao trabalho, com destaque aos chamados transtornos mentais e suas repercussões no que se refere ao suicídio. Também pretendo, a título de abrir o diálogo sobre a questão, questionar sobre as fronteiras entre a esfera da vida pessoal e a do trabalho. Há muito sabemos o quanto essas fronteiras são esfumaçadas.

Saliento que não estou considerando, com essa afirmação, o trabalho invisível, conveniente ao capital, e não remunerado, desenvolvido cotidianamente por milhões de mulheres. Esse sequer é reconhecido como trabalho. A expressão *trabalho socialmente conveniente* tem sido utilizada por Marc Bessin (2016) em seus estudos sobre as práticas de cuidado, realizadas essencialmente no ambiente doméstico e marcadas por atributos naturalizados como femininos, vinculados às

demandas familiares, característica que tende a operar no sentido de reforçar a invisibilidade social do trabalho, deslocando-o para o campo das “obrigações” familiares e, não raro, destituindo-o da necessidade de remuneração. Parece-me, a expressão, bastante adequada.

No momento em que te escrevo, apesar da persistência de uma suposta separação, por diferentes meios e formas, essas fronteiras entre a esfera pessoal e a do trabalho são praticamente inexistentes, mesmo nas situações clássicas, do trabalho exercido em horário pré-estabelecido e fora de casa. Muitos, atualmente, ergueram gabinetes de trabalho em casa.

Mas antes, vamos às informações prometidas. Os dados mundiais são sistematizados e consolidados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em base a diferentes fontes e indicam que ocorrem no mundo cerca de 800 mil mortes, anualmente, por suicídio. Há consenso sobre a parcialidade das informações, já que a coleta depende da preexistência de bancos de dados nacionais alimentados com regularidade a partir de diferentes órgãos públicos e privados. Muitos países, em geral os mais pobres, não possuem qualquer forma de coleta de dados epidemiológicos da população local, entre eles, sobre os casos relatados. Em outros, ainda que existam os sistemas de coleta, por estigmatização e/ou preconceito (em alguns países a prática é considerada ilegal), as ocorrências não são devidamente reconhecidas e classificadas (WHO, 2014, p. 9 e 16).

A OMS destaca que os suicídios ocorrem com maior frequência, se consideradas as diferentes regiões do mundo, entre homens e mulheres com 70 anos ou mais. No Brasil, as estatísticas para essa faixa etária também são mais elevadas se comparadas às demais isoladamente. Do ponto de vista geral, a relação, considerado o universo do estudo da OMS, é de 11,4 suicídios para cada 100 mil habitantes, com incidência diferenciada entre homens, com 15,0 por 100 mil, e mulheres, com 8,0 por 100 mil (WHO, 2014).

Quando observados a partir de países selecionados, é possível destacar a incidência por gênero, raça, geração, indicadores

socioeconômicos, entre outros recortes, e estabelecer correlações. Destaco, do relatório da OMS, a correlação observada entre maior incidência de suicídios em regiões com prevalência de renda média baixa e de renda baixa. Nessas regiões ocorrem mais da metade dos casos (415 mil). Chama também a atenção que seja o suicídio, quando observado em escala global, “a segunda causa principal de morte entre pessoas de 15 a 29 anos”. O caso que relato no início desta carta é parte dessa estatística. A entidade destaca ainda que para “cada adulto que se suicidou, possivelmente, existem outros 20 que tentaram suicidar-se”<sup>2</sup> (2014, p. 9).

Estudos como o realizado por Christophe Dejours e Florence Bègue (2010) avançaram na identificação da correlação de parte crescente dessas ocorrências com as condições e situações de trabalho vivenciadas no atual estágio do capitalismo. Mas disso, tratarei adiante.

No Brasil, as estatísticas governamentais sustentam-se nas notificações, obrigatórias, enviadas por órgãos públicos e privados ao Ministério da Saúde por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Compõe a base para o levantamento estatístico oficial sobre casos de tentativa de suicídio e/ou de sua efetivação, as notificações categorizadas como “Violência interpessoal /Autoprovocada<sup>3</sup>”. Desse conjunto de notificações são isolados os casos de lesão autoprovocada e, no interior deste grupo, aqueles caracterizados como tentativa de suicídio/ óbito por suicídio.

Por aqui, conforme levantamento relativo ao período de 2011 a 2015, quando agrupadas as faixas que compreendem aqueles dos 10 aos 39 anos, encontramos mais de 70% dos casos de *tentativa de suicídio*. A incidência entre adolescentes e jovens é alta<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Tradução livre do inglês.

<sup>3</sup> “A violência autoprovocada compreende autoagressões, automutilações e tentativas de suicídios” entre homens e mulheres que não tenha como resultado o óbito. (2016, p. 8)

<sup>4</sup> 0-9 (0,37%); 10-19 (21,95%); 20-29 (27,38%); 30-39 (23,15%); 40-49 (15,51%); 50-59 (7,84%); 60 ou mais (3,8%), conforme dados publicados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2017).

Quando considerados os óbitos por suicídio, a maior taxa observada está, tal como os indicadores mundiais, entre aqueles e aquelas com 70 anos ou mais (8,9 por 100 mil habitantes), sobretudo entre os homens (com incidência mais de cinco vezes superior que entre as mulheres). Altíssima é a taxa observada entre os povos indígenas, de 15,2/100 mil habitantes e com concentração de 44,8% entre adolescentes e jovens de 10 a 19 anos, fenômeno que sem dúvida tem sido objeto de diversos pesquisadores dedicados ao estudo das comunidades indígenas no Brasil. Nas demais faixas, para o período de 2011 a 2015, os dados são os seguintes: faixa de 20-29 anos, com 6,8/100 mil; 30-39, com 7,4; 40-49, com 7,9; 50-59, 8,0; 60-69, 7,7 (BRASIL, 2017, p. 9).

Ao serem considerados os indicadores brasileiros entre 2007-2016, observa-se também um crescimento de 18% dos óbitos por suicídios. Em 2016, 31 casos por dia foram registrados. Considerando os casos notificados, o número implica em aumento de 2,3% se comparados aos dados consolidados no ano anterior, 2015 (CANCIAN, 2018).

Enfim, vi-me naquele final de tarde, quando a correspondência que menciono no início dessa carta chegou, mais uma vez diante de um misto de tristeza, incômodo e indignação. Meus pensamentos se aproximaram daqueles por você anotados, em 1846, quando de suas leituras das *Memórias* de Jacques Peuchet<sup>5</sup>. Foi inevitável questionar sobre que sociedade é essa, capaz de causar esvaziamento do sentido de viver e sofrimento tão profundos a ponto de fazer com que um contingente crescente homens e mulheres, muitos ainda jovens, não consiga vislumbrar outra saída que não a de “interromper sua própria trajetória”.

O fenômeno, evidentemente, tem sido cada vez mais discutido. Mas a abordagem, ainda que estabeleça regularmente a correlação entre crescimento das estatísticas de suicídio com a incidência de casos de depressão, por exemplo, ainda trata essas ocorrências sem ancorá-

---

<sup>5</sup> Ver MARX (2006).

las devidamente à sociabilidade tecida pelo capitalismo em sua atual fase. As estimativas da Organização Mundial da Saúde (2018) indicam que a depressão atinge atualmente, no mundo, “mais de 300 milhões de pessoas, de todas as idades”.

Permita-me, meu caro, retomar, a partir dos dados de hoje, algumas questões salientadas por suas anotações de 1846, feitas a partir dos trechos das *Memórias* de Jacques Peuchet. Nelas são descritos quatro casos de suicídio, entre os quais três envolvendo mulheres. As histórias relatadas por Peuchet revelam, uma a uma, como as estruturas de opressão incidem de forma particular sobre as mulheres.

As informações atuais obtidas pelo governo brasileiro não incluem relatos dessa natureza, mas fornecem indicadores importantes. Por um lado, tal como indicam as observações de Peuchet, as mortes por suicídio continuam atingindo majoritariamente os homens, conforme mencionado anteriormente. Por outro lado, 69% das tentativas de suicídio, para o mesmo período, foram levadas à cabo por mulheres. Sobre a faixa de idade, as ocorrências entre mulheres são maiores entre os 50 e 59 anos, com 3,8 casos para cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2017).

Os dados atuais, portanto, reafirmam o que sugerem suas anotações de 1845. Gênero é categoria de análise essencial também para compreensão do fenômeno das tentativas e mortes por suicídio. Mas veja que, apesar dos papéis sociais delimitados, da divisão sexual do trabalho, tal como a definem Helena Hirata (2002) e Claudia Nogueira (2011), Meneghel et al. (2012, p. 1986) observam que gênero é “fator de vulnerabilidade ao suicídio tanto para homens como para mulheres”, na medida em que “as normas de gênero”, apesar de “na maioria das situações” se apresentarem “desfavoráveis às mulheres” tendem, ainda que por meios diferenciados, a não poupar também os homens, “mesmo quando ocupam posição de destaque e poder”.

Ao longo da investigação que realizaram, as pesquisadoras puderam por um lado identificar como a impossibilidade de corresponder a códigos de conduta e papéis sociais estabelecidos constitui elemento importante para a compreensão do desenlace das

histórias de vida dessas pessoas. Por outro lado, também puderam iluminar nas histórias as interseções entre gênero e trabalho. O recorte de gênero transparece nas histórias de privação, de violência, de uma vida dedicada ao cuidar dos outros, ao cuidar da família, ainda bastante comum entre as mulheres, sobretudo entre aquelas cujo labor vai marcando seus corpos. Revela-se também na ruptura com a vida fora de casa, muitas vezes imposta pela velhice, pela doença incapacitante, pela aposentadoria, pelo desemprego, pelas repercussões que essas condições provocam diante do papel atribuído ao homem, de chefe e provedor da família em confronto com as possibilidades de sua realização (MENEGHEL et al., 2012).

Há nessas histórias de vida, tal como destacam as autoras, “sofrimento ligado ao trabalho”, expresso no temor de não ter como se sustentar, “no sentimento de inutilidade causado pela aposentadoria, na exigência de trabalhar até a morte e no próprio fato de morrer ‘ajoelhado’<sup>6</sup> [...], assujeitado” (MENEGHEL et al., 2012, p.1989).

Seja por sua ausência, fruto da aposentadoria, do desemprego, ou pelo adoecimento que interrompe a atividade profissional, ou pela pressão cotidiana dentro dos locais de trabalho, ou ainda pelo esvaziamento da casa, com a partida dos filhos e filhas, pela perda do companheiro de uma vida inteira (de quem devo cuidar agora!?, perguntam-se muitas mulheres cuja vida estruturou-se em torno do cuidar da família), de muitas dessas histórias emerge o trabalho, mesmo aquele invisibilizado e não remunerado.

Mas esse é um dado, meu caro Marx, que pouco aparece nas estatísticas. O mesmo sistema de notificações que permite identificar ocorrências de violência autoprovocada, tentativas e óbitos por suicídio, o SINAN, também possibilita, se estabelecido o nexos pelo profissional que atende o trabalhador ou trabalhadora, e preenchidos os dados adequadamente, a identificação da motivação da ocorrência. Mas a correlação com o trabalho mantém-se praticamente inexistente.

---

<sup>6</sup> Em dois dos casos relatados, de morte por enforcamento, os trabalhadores são encontrados já sem vida, de joelhos.

Mais uma vez te apresento os dados. Conforme as estatísticas brasileiras, para o período de 2011 a 2016, no que se refere às lesões autoprovocadas, 0,8% constam como relacionadas ao trabalho desenvolvido por mulheres. Para os homens o índice é de 1,1%. Quando pinçadas as tentativas de suicídio, 299 notificações indicam nexos laborais, o que corresponde a 0,6% para mulheres e 0,7% para homens (BRASIL, 2017).

No Brasil, na ficha de notificação utilizada para ocorrências de Violência Interpessoal /Autoprovocada, entre as possibilidades explicitadas como motivação, “trabalho” não consta sequer como alternativa<sup>7</sup>, em confronto com sua centralidade econômica, social, cultural e psíquica na vida cotidiana de milhões de homens e mulheres.

Dejours e Bègue (2010, p. 15), ao abordarem sobre as notificações na França, apontam situação semelhante.

Não se sabe, ao certo, quantos suicídios relacionados ao trabalho ocorrem a cada ano na França. Essa falta de conhecimento decorre da inexistência, nas pesquisas epidemiológicas, sobre suicídio, de rubrica que permita detectar eventos que poderiam estar relacionados ao trabalho ou com a situação profissional.

Há, é preciso afirmar, evidente subnotificação não somente no que diz respeito às ocorrências específicas tratadas até aqui, sintoma expressivo da “degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho” (DEJOURS; BÈGUE, 2010), mas também frente ao conjunto de adoecimentos relacionados ao trabalho, com ênfase para os casos de transtorno mental, que não necessariamente evoluem para situações de lesões autoprovocadas, tentativas ou óbitos por suicídio.

---

<sup>7</sup> São essas as alternativas estimuladas presentes na ficha de notificação utilizada para ocorrência de Violência interpessoal /Autoprovocada: 01-Sexismo; 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia; 03-Racismo; 04-Intolerância religiosa; 05-Xenofobia; 06-Conflito geracional; 07-Situação de rua; 08-Deficiência. Consta ainda: 09-Outros, com espaço para que se especifique a motivação; 88-Não se aplica; 99 - Ignorado.

As notificações relativas a doenças relacionadas ao trabalho, entre as quais aquelas classificadas como transtornos mentais, apesar de crescentes, estão longe de refletir a realidade. Pesquisas como as desenvolvidas por Cordeiro et al. (2016), Seligmann-Silva (2011); Praun (2016a, 2016b), entre outros estudos, apontam nesse sentido.

As razões para a subnotificação são variadas. Entram em jogo tanto os limites (não por acaso) das fichas de notificação, já mencionados, como a burla deliberada, praticada tanto por empresas como órgãos públicos, voltada a favorecer interesses empresariais em detrimento da saúde e direitos dos trabalhadores.

Mas vale também destacar, meu caro, a persistência, sobretudo no campo das ciências biológicas e da saúde, de ideologias sobre um corpo humano apartado do mundo que o cerca, reduzido à sua dimensão biológica. Quando predominam concepções dessa natureza, o que é social e coletivo é reduzido ao natural e individual. O trabalho, elemento estruturante da vida de milhões de homens e mulheres, simplesmente desaparece.

As vozes insurgentes por certo existem, inclusive no campo da medicina. Uma delas é a da médica e pesquisadora, naturalizada mexicana, Asa Cristina Laurell. Para Laurell (1982, p. 12), o “processo biológico humano é social. É social na medida em que não é possível focalizar a normalidade biológica do homem à margem do momento histórico”.

Relembro aqui uma passagem de um de seus textos de 1844. Eles chegaram às minhas mãos sob o título de *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*<sup>8</sup>. Em uma passagem, você afirma:

O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça de forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com os outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais

---

<sup>8</sup> Editado pela Boitempo em 2010.

que também – e isso necessariamente – o modo de existência a vida individual seja um modo mais particular ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal* (2010, p.107)

Laurell (1982), empenhada em desvelar os processos de saúde-adoecimento, destaca que conhecê-los implica, necessariamente, em se deslocar o indivíduo em direção à coletividade. Esse movimento de ir ao coletivo revela o objeto de estudo e sua essência social. O corpo e os processos a ele inerentes são, portanto, resultado da relação e inserção no mundo. Como compreendê-lo sem considerar o trabalho?!

Meu pensamento, nesse momento é novamente tomado por aquele jovem, do início da carta. Sei pouco sobre ele, o garoto que “interrompeu sua própria trajetória”. Sei, entretanto, que não foi o único. E quando faço o movimento de deslocá-lo para a coletividade, recordo das palavras escritas por Paulo Arantes (2011), ao comentar um dos livros publicados por Dejours. Na busca por identificar as singularidades do trabalho na atual fase do capitalismo, assim afirma Arantes (2011, p. 38):

Voltando à tentativa de identificação desse “trabalho” (para assim retirar-lhe as aspas), lembrando mais uma vez que ele só seria plenamente reconhecido à medida em que se cristaliza a percepção de que o novo mundo do trabalho moldado pela racionalidade neoliberal dominante, se transforma num imenso amplo de experimentação e difusão da crueldade social, descontada, é claro, toda a cosmética *clean* da acumulação flexível, por David Harvey, entre outros, como se sabe.

Essa racionalidade, a qual se refere Arantes, extrapola os muros dos tradicionais locais de trabalho. Entre os muros das empresas privadas e órgãos públicos passamos a conviver, cada vez mais, com sistemas de metas que, conforme ressalta Vincent Gaulejac (2007, p. 101), “... dão o sentimento a cada assalariado de ser tratado como os outros”. Esse sentimento, ressalta o autor, induz cada um a pensar, e às

vezes até a exaltar, a objetividade dos critérios de avaliação. As métricas e a meritocracia estão em alta. Elas tecem a falsa sensação de que cada um, enfim, está sendo valorizado por seu desempenho. A eficácia desse processo assenta-se em diversos e articulados mecanismos, que operam nos ambientes de trabalho sim, mas são tecidos e emaranhados nas diferentes instâncias da vida social.

Danièle Linhart (2000), ao tratar das mudanças no mundo do trabalho deu destaque ao que denominou como *individualização*, capaz de impulsionar a competição e favorecer à constituição de um ambiente de trabalho que pressiona, de forma difusa, para a adesão às regras do jogo. Aderir, por sua vez, implica trabalhar “... a si mesmo para se tornar mais produtivo”, de forma a “... tornar a empresa – que é a entidade de referência - mais produtiva” (Dartdot & Laval, 2016, p. 343).

A exigência de que encarnemos cada vez mais a concorrência do mercado tem ao seu favor o conjunto de mudanças que degradam e precarizam as relações de trabalho, conforme há muito vem sinalizando Ricardo Antunes (2000). Mas o ar que respiramos, diante do confronto com imposições que ferem a nossa existência, tende a impregnar-se cada vez mais de um sentimento difuso de mal-estar. “No fim”, ressalta Dejours (2012, p. 28-29), contrariando o sentido da vida humana, que se realiza mediada pela relação com o outro, com o mundo, “cada um se encontra só, no meio da multidão, em um ambiente humano e social com características de hostilidade”.

Pesquisadoras como Selma Venco e Margarida Barreto observam como esse “contexto de instabilidade configura-se como campo fértil para a instalação de patologias do medo, cujas características de angústia frente às incertezas são equivalentes às vivenciadas pela situação de desemprego” (2010, p.5). Concordando com elas, destaco o quanto, este ambiente hostil tem sido particularmente perverso com a juventude trabalhadora, desafiada a encarar um mundo onde a precariedade dos vínculos, a frágil e instável inserção no mercado de trabalho, soma-se a exigências constantes e progressivas características da racionalidade concorrencial neoliberal.

Os velhos fios da opressão e da exploração, ainda que renovados, seguem cumprindo a função de fixar a complexa trama da sociabilidade capitalista. A resposta para esse conjunto de inquietações, sabemos, está não somente nas formas de exploração postas em movimento pelo capitalismo, mas também na ordem social que as sustenta. Persistem, preciso dizer, nas suas diferentes formas, as resistências. Mas nossa resistência ainda não logrou transformar as estruturas da sociedade. Ainda temos um mundo a ganhar. Um mundo em que o excedente criado pelo trabalho possa ser convertido em tempo socialmente livre, em trabalho emancipado (MARX, 2011).

As marcas do trabalho estão, pois, nos corpos, evidenciando nossa humanidade. As do trabalho que explora e violenta o corpo, que esvazia a vida de sentido, também. Ambas, cada vez mais, devem, de forma socialmente conveniente tornar-se invisíveis. Visibilizá-las implica em desvelar a profunda mercantilização e descartabilidade da vida humana. Implica, portanto, em resistir. Em evidenciar a necessidade de projetarmos uma sociedade e sociabilidade para além do capital.

Em tempo. Vivenciamos nesse último período, em diferentes partes do mundo, o crescimento de grupos da ultradireita. No Brasil, parte importante desses grupos, no momento em que escrevo essa carta, aglutina-se em torno de uma candidatura às eleições presidenciais, em curso. Em contrapartida, uma heterogênea, mas vigorosa e interessante movimentação feminista vem tomando as ruas. Entre as frases que sedimentam a unidade dos diferentes grupos, uma em especial: “Se fere minha existência, serei resistência!”. Penso que deveríamos colocá-la no plural. Se fere nossa existência, seremos resistência! E crescer: seremos a transformação!

Receba meu fraterno abraço,

Luci Praun

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3º ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A Sociedade dos Adoecimentos no Trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v.123, Jul./Set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf> Acesso em outubro de 2018.
- ARANTES, Paulo. Sale Boulot: Uma janela sobre o mais colossal trabalho sujo da história. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 1, Jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a03> Acesso em outubro de 2018.
- BESSIN, Marc. “Política da Presença: As questões temporais e sexuadas do cuidado”. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CANCIAN, Natália. Brasil registra 11 mil casos de suicídio por ano, diz Ministério da Saúde. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, 20 Set. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/brasil-registra-11-mil-casos-de-suicidio-por-ano-diz-ministerio-da-saude.shtml> Acesso em outubro de 2018.
- BRASIL. Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde. Volume 48, Nº 30, 2017.
- CORDEIRO, Técia Maria Santos Carneiro e et al . Notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho entre trabalhadores na Bahia: estudo descritivo, 2007-2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília , v. 25, n. 2, Jun. 2016 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-)

96222016000200363&lng=en&nrm=iso>. Acesso em outubro de 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. *Sexualidade e Trabalho*. Trabalho Vivo, Tomo I. Brasília: Paralelo 15, 2012.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social*. Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho*. Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

LINHART, Danièle. O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso. *Trabalho & Educação*. Revista do NETE, Belo Horizonte, v. 7, 2000.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermidad como proceso social. *Cuadernos Médico Sociales*, México, Nº 19, Enero de 1982. Disponível em: <http://capacitasalud.com/biblioteca/wp-content/uploads/2016/02/Cuadernos-Medico-Sociales-19.pdf> Acesso em outubro de 2018.

MARX, Karl. Sobre o suicídio. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENEGHEL, Stela Nazareth; GUTIERREZ, Denise M. D.; SILVA, Raimunda M. da; HESLER, Lilian Zielke; CECCON, Roger Flores. Suicídio de idosos sob uma perspectiva de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 1983-1992, agosto de 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000800009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000800009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em outubro de 2018.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O Trabalho Duplicado – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OMS. Folha Informativa. Março, 2018. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=822](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=822) Acesso em outubro de 2018.

PRAUN, Luci. *Reestruturação Produtiva, Saúde e Degradação do Trabalho*. Campinas, SP: Papel Social, 2016a.

PRAUN, Luci. A solidão dos trabalhadores: sociabilidade contemporânea e degradação do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 19, n. 2, Dez. 2016b. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/140593/135552> Acesso em outubro de 2018.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e Desgaste Mental. O direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

VENCO, S.; BARRETO, M. O sentido social do suicídio no trabalho. REA - Revista Espaço Acadêmico, v. 9, n. 108, p. 1-8, 2010. Disponível em [http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/Selma\\_](http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/Selma_)

Venco\_e\_Margarida\_Barreto\_-\_O\_sentido\_social\_do\_suicidio\_no\_trabalho\_1\_.pdf . Acesso em outubro de 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Preventing suicide: a global imperative [Internet]. Geneva: *World Health Organization*; 2014, [cited 2018 Sep 25]. 88p. Disponível em [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779\\_eng.pdf?ua=1&ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779_eng.pdf?ua=1&ua=1) Acesso em outubro de 2018.

# Mensagem ecológica ao camarada Marx

Carta de Michael Löwy<sup>1</sup>

**Resumo:** a presente carta dialoga criticamente com o trabalho de Marx sobre o tema da ecologia. Apresenta os aspectos da teoria marxiana que podem ser mobilizados para a reflexão contemporânea sobre a destruição do meio ambiente avançada pelo capitalismo, bem como os aspectos questionáveis presentes na mesma teoria que dizem respeito às relações entre seres humanos e natureza.

**Palavras-chave:** Eco-socialismo; Natureza; Capitalismo.

---

<sup>1</sup> Diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).  
Tradução de Marco Tobón e Fernando Matias de Siqueira.

São Paulo, 5 de agosto 2018.

Lieber *citoyen* Marx,

Ich bitte Ihnen um Entschuldigung dass ich Ihnen in Portugiesisch schreibe: mein Deutsch ist nicht gut genug für ein so langer Brief...Ich weiß, wegen ihren ausgezeichneten Artikeln über Spanien (*New York Daily Tribune*, 1856) dass sie gut Spanish lesen. Ich hoffe das sie auch mein Portugiesisch verstehen werden<sup>2</sup>.

Somos muitos os discípulos seus aqui no Brasil, caro amigo Marx. Talvez seja este o país no mundo onde mais existe o interesse por suas ideias. O senhor não imagina com que entusiasmo se leem, estudam e discutem seus escritos econômicos, filosóficos ou políticos! Eles se vendem como pãezinhos frescos e são avidamente devorados por professores, estudantes, colegiais, sindicalistas, lutadores sem Terra ou sem Teto, cristãos das comunidades de base, sem esquecer os militantes das várias tribos da esquerda. Se o senhor pudesse visitar este país, ficaria impressionado com a quantidade de pessoas que o tem como referência principal, para o pensamento e para a ação.

O senhor tinha mil vezes razão de denunciar o capitalismo como um sistema injusto, parasitário, irracional, opressor, perverso e desumano. Seus argumentos são ainda mais atuais hoje do que em seu tempo! Mas há algo novo: em nossa época, o século XXI, o capitalismo, além de tudo isto, é um sistema brutalmente *destruidor*, que ameaça a própria vida neste planeta. O processo de mudança climática, consequência das energias fósseis que nutrem o sistema desde sua origem, está levando a um processo de destruição do meio ambiente que coloca em perigo as condições para a vida humana na Terra. Precisamos acabar com o capitalismo antes que ele acabe conosco!

---

<sup>2</sup> Caro *citoyen* Marx, peço desculpas por escrever em português: meu alemão não é bom o suficiente para uma carta tão longa. Sei que o senhor lê bem em espanhol pelos seus excelentes artigos sobre a Espanha (*New York Daily Tribune*, 1856). Espero que entenda também meu português. [N.T.]

Já em seus escritos a tendência do capitalismo a destruir a natureza está claramente descrita. Mas na época o processo estava apenas em seus inícios, portanto é normal que esta problemática não tenha ocupado um lugar central em suas análises. Hoje em dia as condições mudaram, não podemos pensar a luta contra o capitalismo sem colocar a questão ecológica no epicentro de nossa reflexão e de nossa ação.

Caro amigo Marx: somos alguns de seus seguidores, aqui no Brasil e no resto do mundo, que nos designamos como eco-socialistas, eco-marxistas ou eco-comunistas. Esta terminologia talvez o surpreenda: ela indica a importância decisiva que tomou a crise ecológica e, em particular, a dramática questão do aquecimento global na nossa análise do sistema capitalista e em nossa proposta de um comunismo para o século XXI. Para pensar estes novos desafios, suas obras são instrumentos indispensáveis, sem os quais não podemos dar conta do processo real e das alternativas possíveis. Mas precisamos também de novos conceitos, novas propostas, para enfrentar os novos desafios. Mas não foi assim que o senhor tratou os problemas novos que foram aparecendo em sua época?

Com sua permissão, amigo Marx, tentarei descrever, nesta mensagem, os aspectos de sua obra que nos inspiram e nos orientam a nós eco-marxistas, como uma preciosa bússola – assim como os argumentos que nos parecem discutíveis e problemáticos. Se me permito algumas críticas não é, obviamente, porque me considero mais competente ou mais revolucionário! É simplesmente porque vivo um século e meio mais tarde e tenho que tomar em conta a crise ecológica de nossa época.

Gostaria, antes de mais nada, de defendê-lo contra um monte de críticas que me parecem fora de propósito. Na verdade, há muitos autores que se proclamam da ecologia que criticam insistentemente seus escritos. Por exemplo, eles o descrevem como partidário de um humanismo conquistador, prometeico, que opõe o homem a natureza, fazendo dele “o amo e senhor do mundo natural”. É verdade que

no seu pensamento encontram-se muitas referências ao “controle”, à “subordinação” ou ao “domínio” mesmo da natureza. Mas na verdade, tanto para o senhor como para o amigo Engels, estas expressões simplesmente se referem ao conhecimento das leis da natureza.

Estes ecologistas provavelmente nunca leram seus escritos de juventude, que se distinguem por uma visão do ser humano como ser natural, inseparável de seu ambiente natural. Por exemplo, nos *Manuscritos de 1844*, esta concepção é claramente afirmada:

[Dizer] Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p.84).

O senhor se declara humanista, mas define o comunismo como um humanismo que é, por sua vez, um “naturalismo ativo”; e acima de tudo, o concebe como a verdadeira solução “do antagonismo entre o homem e a natureza”. Por conta da abolição positiva da propriedade, a sociedade humana se tornará “a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito” (MARX, 2004, p.107). Estes trechos não se ocupam diretamente do problema ecológico – e das ameaças sobre o ambiente – mas a lógica deste naturalismo permite uma aproximação da relação homens/natureza que não seja unilateral.

Outro erro destes senhores ecologistas antimarxistas é a afirmação de que o senhor, seguindo Ricardo, atribui a origem de todo valor e toda riqueza ao trabalho humano e perde de vista a contribuição da natureza. Esta crítica deriva, obviamente, de um mal-entendido: o senhor utiliza a teoria do valor-trabalho para explicar a origem do **valor de troca**, no quadro do sistema capitalista. A natureza, por outro lado, participa na formação de verdadeira riqueza se apresentando não como valores de troca, mas sim como **valores de uso**. Esta tese está explicitamente ilustrada em sua *Crítica do Programa de Gotha*, contra as ideias de Lassalle e seus discípulos:

O trabalho *não é a fonte* de toda riqueza. A *natureza é a fonte* dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana (MARX, 2012, p. 24).

Outra acusação injustificada deste pessoal é que o senhor seria um partidário do *produtivismo*. Ora, ninguém denunciou tanto como o senhor a lógica capitalista de produção para a produção, a acumulação do capital, de ganâncias e de mercadorias como um bem em si mesmo. A mesma ideia do socialismo – ao contrário de sua miserável caricatura burocrática – é o de uma produção de valores de uso, de bens necessários para a satisfação de necessidades humanas. O objetivo supremo do progresso técnico para o senhor não é crescimento infinito de bens (“o ter”), mas sim a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre (“o ser”).

Por outro lado, querido amigo Marx, não posso deixar de formular uma crítica: é verdade que se encontra, em alguns de seus escritos, uma postura pouco crítica para com o sistema de produção criado pelo capital e uma tendência a fazer do “desenvolvimento das forças produtivas” o veículo principal do progresso. O texto canônico deste ponto de vista é o seu famoso *Prólogo à Contribuição à crítica da Economia Política* (1859), um de seus escritos mais marcados por certo evolucionismo, pela filosofia do progresso e por uma visão nada problematizada das forças produtivas:

Em uma certa etapa de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...). De formas evolutivas das forças produtivas que eram, esas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. (...) Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter (...) (MARX, 2008, p.47-48).

Neste famoso fragmento, as forças produtivas aparecem como “neutras”, e a revolução só tem por tarefa abolir as relações de produção que tem se tornado um “estorvo” para um desenvolvimento ilimitado de todas aquelas forças em marcha. Enquanto eco-marxista do século XXI, tenho que manifestar meu desacordo com esta formulação!

O fragmento seguinte, dos *Grundrisse*, é um bom exemplo da admiração pouco crítica que aparece, em alguns de seus escritos, pelo trabalho “civilizador” do capitalismo e pela sua instrumentalização da natureza:

Portanto, da mesma maneira que a produção baseada no capital cria, por um lado, a indústria universal – isto é, trabalho excedente, trabalho criador de valor –, cria também, por outro lado, um sistema da exploração universal das qualidades naturais e humanas (...). Dessa forma, é só o capital que cria a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, bem como da própria conexão social pelos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do Capital; sua produção de um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem somente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade; deixa de ser reconhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio da produção (MARX, 2011, p.542).

Como eco-comunista brasileiro não posso deixar de exprimir minha admiração pela “idolatria da natureza” das comunidades indígenas das Américas, que estão na primeira linha do combate às multinacionais exploradoras do petróleo, das minas de ouro, dos oleodutos, da soja transgênica e outras destruidoras iniciativas da “civilização” capitalista. Se o senhor vivesse hoje, tenho certeza de que estaria ao lado destes lutadores (e lutadoras), como a heroica Berta Cáceres, assassinada em Honduras. O senhor sempre esteve do lado dos oprimidos e dos explorados!

Caro amigo Marx, gosto muito de uma passagem sua em *A Ideologia alemã* onde aparece a intuição do potencial destrutivo das forças produtivas:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) (Marx, 2007, p.41).

Não sei se o senhor se referia aqui à destruição da natureza, mas é exatamente o que está acontecendo hoje.

O caráter destruidor do capitalismo é um tema que o senhor aborda, de forma magistral, em certas passagens d'*O Capital*, que concernem à agricultura. Aqui se esboça um verdadeiro problema ecológico e uma crítica radical aos desastres que resultam do produtivismo capitalista – crítica que constitui, até hoje, um ponto de partida essencial para o eco-marxismo (espero que o senhor já tenha se acostumado a este neologismo um pouco heterodoxo).

O que se descobre nestes textos seus é uma espécie de teoria da ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza, como resultado do produtivismo capitalista. O senhor partiu dos trabalhos do químico e agrônomo alemão Liebig o qual analisou “do lado negativo da agricultura moderna de um ponto de vista científico”, sendo isto “um dos méritos imortais de Liebig” (MARX, 1984b, p.133).

A expressão de *Riss des Stoffwechsels*, ruptura ou rasgamento do metabolismo – ou das trocas materiais – aparece principalmente numa passagem do capítulo 47, “Gênese do sistema capitalista”, no livro III de *O Capital*:

Por um lado, a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoada em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam

uma insanável ruptura (*unheilbarer Riss*) no contexto do metabolismo (*Stoffwechsel*) social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça (*verschleudert*) a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do próprio país (Liebig). (...) Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atual conjuntamente. Se, originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta (*verwüstet*) e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem, e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra (MARX, 1986, p.266).

O senhor concentra-se na agricultura e o problema da devastação da terra, mas conecta esta pergunta com um princípio mais geral: a ruptura do sistema de troca material (*Stoffwechsel*) entre as sociedades humanas e o ambiente, em contradição com “as leis naturais da vida”. Outros momentos importantes desta passagem são: A cooperação entre a indústria e a agricultura neste processo de ruptura, e a extensão do dano, por causa do comércio internacional numa escala global.

O senhor retoma o tema da ruptura do metabolismo também num fragmento do livro I d’*O Capital*: a conclusão do capítulo sobre a grande indústria e a agricultura. Como eco-marxista, acho muito importante a forma pela qual o senhor explicita a questão das devastações provocadas pelo capital no ambiente natural – assim como uma visão dialética das contradições do “progresso” induzido pelas forças produtivas:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo (*Stoffwechsel*) entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuários, à terra,

portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente (*dauernder*) do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas, ao destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o, simultaneamente, a restaurá-lo de maneiras sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. (...) E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso da arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 1984b, p. 133).

Com este texto o senhor nos deu formidáveis argumentos para entender a crise ecológica: em primeiro lugar, a ideia de que o progresso pode ser destrutivo, um “progresso” na degradação e a deterioração do ambiente natural. O exemplo escolhido não é o melhor e parece limitado demais – a perda da fertilidade da terra –, porém deixa descoberta a questão mais geral do atentado aos meios naturais, às “condições naturais eternas”, pela produção do sistema capitalista.

Por outro lado, a exploração e a degradação dos trabalhadores e da natureza são colocadas aqui em paralelo, como resultado da mesma lógica predatória, aquela da grande indústria e agricultura capitalistas. É um tema que muitas vezes retorna em *O Capital*, por exemplo, nesses fragmentos do capítulo sobre a jornada do trabalho:

a limitação do trabalho nas fábricas foi ditada pela mesma necessidade que levou à aplicação do guano nos campos ingleses. A mesma cega rapacidade, a qual, em um caso, esgotou a terra, em outro afetou pelas raízes a força vital da nação. (...) Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho,

o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. (...) Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que consegue aumentar o rendimento do solo por meio do saqueio da fertilidade do solo (MARX, 1984a, p.353, p.378-379).

Esta associação direta entre a exploração do proletariado e a da natureza, a despeito de seus limites, abre um campo de reflexão sobre a articulação entre luta de classes e luta em defesa do meio ambiente, em um combate comum contra a dominação do capital.

Com estes textos o senhor coloca em evidencia a contradição entre a lógica imediata do capital e a possibilidade de uma agricultura “racional” fundada numa temporalidade mais cumprida e numa perspectiva duradoura e intergeracional que respeite o ambiente:

químicos agrícolas bem conservadores, como, por exemplo, Johnston, admitem que uma agricultura realmente nacional encontra por toda parte limitações insuperáveis na propriedade privada. (...) todo o espírito da produção capitalista, orientado para o ganho direto e imediato de dinheiro - contrapõem-se à agricultura, que deve operar com a totalidade das condições vitais constantes das gerações de seres humanos que se sucedem. As florestas constituem um exemplo flagrante disso, pois somente são exploradas às vezes, até certo ponto, de acordo com o interesse geral onde não são propriedade privada, mas estão submetidas à administração do Estado (MARX, 1986, p.125).

Esta questão da destruição das florestas é muitíssimo atual aqui no Brasil! O senhor a discute com frequência n’*O Capital*:

O desenvolvimento da agricultura e da indústria em geral mostrou-se (...) tão ativo na destruição das florestas que tudo o que, em face disso, tudo o que inversamente se fez para sua conservação e produção é uma grandeza completamente evanescente (MARX, 1985, p.183).

Os dois fenômenos assinalados – a deterioração das florestas e da terra –, além disso, se liga diretamente nas suas análises.

Gostaria agora de conversar contigo, estimado amigo Marx, nesta carta que está ficando mesmo muito longa, sobre o programa socialista em relação ao meio ambiente. Que transformações do sistema produtivo devem ser realizadas para fazê-lo compatível com o cuidado da natureza? Será que se pode considerar a produção socialista simplesmente como a apropriação coletiva das forças e meios de produção desenvolvidos pelo capitalismo? Será que uma vez abolido o “obstáculo” que representam as relações de produção, e em particular as relações de propriedade, estas forças poderão se desenvolver sem estorvos? Haverá, então, uma espécie de continuidade substancial entre o aparato produtivo capitalista e o socialista, admitindo que a posição socialista seria, sobretudo, a gestão planificada e racional desta civilização material criada pelo capital?

Esta pareceria ser a posição que o senhor defende na célebre conclusão do capítulo sobre a acumulação primitiva do capital:

O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. (...) Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação (MARX, 1984b, p.381).

Querido Marx, peço desculpas, mas tenho que discordar aqui! Não é que eu seja pretensioso, simplesmente preciso considerar os argumentos do ponto de vista da dramática situação que temos que enfrentar no século XXI... É evidente que o senhor, no século XIX, não podia adivinhar esta nova conjuntura. O que me parece discutível nesta passagem – além do determinismo fatalista e positivista – é

que ela parece deixar intacta, na perspectiva socialista, o conjunto do modo de produção criado “sob os auspícios” do capital, pondo em questão só a propriedade privada, que se torna um “estorvo” para o desenvolvimento dos recursos materiais da produção.

Felizmente, existem também muitos outros escritos seus que levam em conta a dimensão ecológica para o programa socialista e abrem algumas pistas muito importantes para o eco-socialismo. O fragmento citado do volume I de *O Capital*, o senhor permite entender que as sociedades pré-capitalistas asseguram espontaneamente (*naturwüchsig*) o metabolismo (*Stoffwechsel*) entre os grupos humanos e a natureza; no socialismo (a palavra não aparece diretamente, mas se pode inferir pelo contexto) deve restabelecer de forma sistemática e racional, “como lei reguladora da produção social”. É uma pena que o senhor não teve tempo de desenvolver esta hipótese, fundada sobre a ideia de que as comunidades pré-capitalistas – nossos indígenas das Américas! – viveram espontaneamente em harmonia com seu habitat, e que a tarefa do socialismo é estabelecer esta harmonia com novas bases.

Em vários momentos de sua obra, sobretudo em *O Capital*, o senhor aparece como um autêntico precursor do eco-socialismo, insistindo que a conservação do ambiente natural é uma tarefa fundamental do socialismo. Por exemplo, o volume III d’*O Capital* opõe à lógica capitalista da grande produção agrícola, fundada na exploração e no esgotamento das forças da terra, a outra lógica, da natureza socialista:

Em ambas as formas, em lugar do cultivo racional e consciente do solo enquanto propriedade perene da comunidade, condição inalienável [unveräußerlichen] da existência e da reprodução da cadeia de gerações humanas que substituem umas as outras (MARX, 1986, p.265).

Um raciocínio análogo se descobre em algumas páginas mais para frente:

Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coevas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como boni patres famílias devem legá-la melhorada às gerações posteriores (MARX, 1986, p.239).

Finalmente, ainda no mesmo volume III de *O capital*, o senhor não define o socialismo como o “domínio” e o controle humano sobre a natureza, e sim como o controle das trocas materiais com a natureza: na esfera da produção material,

a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo [Stoffwechsel] com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele [ihm] como se fora por uma força cega (MARX, 1986, p.273).

Não seria difícil encontrar outros exemplos de uma real sensibilidade à questão do ambiente natural da atividade humana. Sem dúvida falta na sua obra uma perspectiva ecológica de conjunto, o que é inevitável para um pensador do século XIX. Por outro lado, é impossível pensar uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem levar em conta sua formidável crítica da economia política, que põe em questão a lógica destrutiva induzida pela acumulação ilimitada do capital.

Amigo Marx, uma ecologia que ignora ou despreza seus escritos e sua crítica ao fetichismo da mercadoria condena-se a ser não mais que um corretivo dos “excessos” do produtivismo capitalista.

A questão ecológica é para nós, eco-marxistas, o grande desafio para a renovação do pensamento revolucionário no umbral do século XXI. Ela exige uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna. Certamente não se trata – como já foi assinalado na sua obra – de pôr em questão a necessidade do progresso científico

e técnico, assim como da elevação da produtividade do trabalho: essas são condições fora de controvérsia para os objetivos essenciais do socialismo: a satisfação das necessidades sociais e a redução da jornada do trabalho. O desafio é reorientar o progresso para torná-lo compatível com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta.

O calcanhar de Aquiles de alguns de seus textos mais conhecidos é uma concepção acrítica das forças produtivas capitalistas – quer dizer: do aparato técnico/produtivo capitalista/industrial moderno – como se elas fossem “neutras” e como se fosse suficiente para os revolucionários socializá-las, substituir sua apropriação privada por uma apropriação coletiva, para beneficiar assim aos trabalhadores operários e desenvolvê-las de maneira ilimitada.

Enquanto eco-marxista, penso que seria necessário aplicar ao aparato produtivo formado pelo capital o mesmo raciocínio que o senhor propôs em *A guerra civil na França* de 1871 para o aparato do Estado:

a classe operário não pode, como as facções rivais da classe apropriadora o fizeram em seus momentos de triunfo, simplesmente se apossar da maquinaria do Estado tal como ela se apresenta e emprega-la para seus próprios fins (MARX, 2013, p.182).

*Mutatis mutandis*, os trabalhadores não podem estar satisfeitos com tomar tal qual a “máquina” capitalista produtiva e fazê-la funcionar por sua própria conta: eles devem transformá-la radicalmente – o equivalente do que o senhor chama, em uma carta a Kugelmann sobre a Comuna de Paris, “romper o aparato de Estado” burguês – em função de critérios socialistas e critérios ecológicos. O que não só implica a substituição de formas de energia destrutivas por fontes de energia renováveis e não contaminantes, como a energia solar, mas também uma transformação profunda do sistema produtivo herdado do capitalismo, assim como do sistema de transportes, do sistema do habitat urbano e do padrão de consumo insustentável.

Em outras palavras: o eco-comunismo arrastra consigo uma **radicalização da ruptura com a civilização material capitalista**. Nesta perspectiva, o projeto revolucionário aponta não só para uma nova sociedade e para um novo modo de produção, mas também para um **novo paradigma de civilização**.

Posso estar enganado, caro amigo Marx, mas acho que se o senhor vivesse no século XXI, seria eco-comunista...

Agradeço muito sua paciência em ler esta longa carta. Qualquer comentário seu seria recebido com muito respeito e atenção.

Seu humilde discípulo, heterodoxo, mas fiel,

Michael Löwy.

## Referências bibliográficas

MARX, Karl. *Manuscritos económico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984a, livro I, tomo 1

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984b, livro I, tomo 2.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, livro II, tomo 2.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1986, livro III, tomo 2.

\_\_\_\_\_. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2013.

# A pederastia se tornou política, Moor!<sup>1</sup>

Carta de Rafael Dias Toitio<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do texto foi dialogar com Marx sobre a análise marxista da diversidade sexual e de gênero, sobretudo para entender o atual momento histórico. Após uma rápida análise da história da relação entre marxismo e luta LGBT, a carta procura refletir sobre qual marxismo precisamos hoje, principalmente do ponto de vista da estratégia de este se constituir novamente como teoria hegemônica do conjunto das lutas sociais.

**Palavras-chave:** marxismo; capitalismo; diversidade sexual e de gênero.

---

<sup>1</sup> Este texto, em uma versão resumida e não na forma de carta, foi apresentado na sessão plenária *Marxismo, gênero e sexualidade*, quando participei como debatedor da Conferência de Cinzia Arruzza, no IX Colóquio Internacional Marx Engels (julho de 2018/Unicamp).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor do ensino superior privado.

Recife, 13 de agosto de 2018.

Querido Marx,

Já faz algum tempo que queria te escrever, mas me faltavam os meios para isso. Ou, pelo menos, um impulso que me tirasse da inércia, uma “onda” dissonante que me possibilitasse falar contigo sobre questões de uma sociedade que nunca comunicou tanto, mas faz isso valorizando uma diversidade absurdamente miserável de ideias e práticas políticas, onde o seu pensamento tem pouca possibilidade de ser compreendido. Além disso, eu confesso que até recentemente eu nutria uma paixão cega pelo marxismo, o que me impedia de falar com você de forma mais autônoma e que assim fosse merecedora de sua atenção.

São muitos e variados os temas e questionamentos que gostaria de tratar contigo, sobretudo a respeito da reflexão sobre o mundo atual e as formas de superar esse capitalismo neoliberal que pesa, de diferentes formas, sobre nossos ombros e cabeças. Mas, nesta carta, quero tratar de algo mais relacionado ao que tenho estudado e que é também, para mim, pessoal e politicamente fundamental. Trata-se do debate sobre a análise marxista da diversidade sexual e de gênero e sobre as relações de gênero e de sexualidade no atual momento histórico. Mais exatamente, a partir de uma rápida análise da história da relação entre marxismo e luta (hoje denominada) LGBT, gostaria de fazer alguns apontamentos para refletir sobre qual marxismo precisamos nos dias de hoje, sobretudo do ponto de vista da estratégia de se constituir novamente como teoria hegemônica do conjunto das lutas sociais.

De antemão, peço desculpas pela chateação de questionar sobre o que você ou Engels tenham escrito sobre o tema. Nós dois sabemos que cada um de vocês foi um “homem de seu tempo” e que suas análises, por mais brilhantes e inovadoras que fossem, apresentariam algum

limite próprio do contexto histórico em que atuavam. Mesmo assim, para justamente pensar a questão dentro de uma perspectiva histórica, lembro-te de uma carta que você recebeu de Engels e por ele escrita em 22 de junho de 1869. Sim, também viraram livros e mercadoria as seleções de cartas trocadas entre vocês.

Mais exatamente, quero te lembrar sobre o comentário de Engels sobre o livro *Uranismo*, de Karl Heinrich Ulrichs, que você havia enviado para ele.

O Uranismo [*Urnings*] que você me enviou é algo muito curioso. Há revelações extremamente antinaturais. Os pederastas já são numerosos e estão descobrindo que constituem um poder no Estado. Só lhes falta a organização, mas, segundo parece, ela já existe em segredo. Além disso, contam com homens importantes em todos os partidos mais antigos e, até mesmo, nos mais recentes. E como eles têm homens tão importantes em todos os partidos antigos e até nos novos, de Rösing a Schweitzer, eles não podem deixar de triunfar. Daqui em diante, vai virar moda dizer *guerre aux cons, paix aux trous-de-cul*. Que sorte a nossa por sermos demasiados idosos. Assim, não temos a obrigação de pagar tributo com o nosso corpo diante da vitória desse partido. Mas e a jovem geração! Diga-se de passagem, apenas na Alemanha é que um tipo semelhante [Karl Ulrichs] pode manifestar-se e transformar tal obscenidade em teoria. Infelizmente, ele ainda não tem coragem de confessar publicamente o que é. Mas, está aguardando somente que o novo Código Penal da Alemanha do Norte reconheça os 'direitos da sacanagem' e a situação vai mudar completamente. Então, as coisas vão mal o suficiente para pessoas pobres como nós, com nossa tendência infantil para as mulheres<sup>3</sup> (MARX & ENGELS, 2010, p. 295-6; tradução livre).

---

<sup>3</sup> "The *Urning* you sent me is a very curious thing. These are extremely unnatural revelations. The paederasts are beginning to count themselves, and discover that they are a power in the state. Only organisation was lacking, but according to this source it apparently already exists in secret. And since they have such important men in all the old parties and even in the new ones, from Rösing to Schweitzer, they cannot fail to triumph. *Guerre aux cons, paix aus trous-de culd* will now be the slogan. It is a bit of luck that we, personally, are too old to have to fear that, when this party wins, we shall

Não sei se você recorda, mas nessa época foram inventados termos como uranismo e homossexualidade para denominar a relação sexual entre pessoas de mesmo sexo. Apesar de ambos os termos terem ganhado certa popularidade, só o segundo se manteve vivo já nos fins do século XX. O termo hoje em desuso foi inventado por Ulrichs, o qual é considerado o primeiro militante homossexual, sendo também pioneiro na análise teórica e científica sobre a sexualidade, influenciando boa parte da sexologia que surgiria logo depois dele<sup>4</sup>.

Sabemos que o interesse de vocês no livro tinha a ver com o caso de Johann Baptist von Schweitzer e as disputas que vocês travaram com esse *boy-lover*<sup>5</sup>. Mas, acontece que as afirmações apaixonadas e ao mesmo tempo discriminatórias e preconceituosas de Engels e o teu silêncio sobre a questão fundamentaram, em grande medida, a visão de que o marxismo é um pensamento homofóbico e machista. Tudo bem, Marx, não precisa corar as bochechas, não há com o que se envergonhar! Sabemos que, naquele momento, faltavam-lhes elementos teórico-políticos suficientes para vocês afirmarem uma visão materialista e histórica da sexualidade. A perspectiva fortemente naturalizante expressa nas palavras de Engels – e por você quando colocava a família heterossexual como a forma mais natural de divisão

---

have to pay physical tribute to the victors. But the younger generation! Incidentally it is only in Germany that a fellow like this can possibly come forward, convert this smut into a theory, and offer the invitation: 'introite' etc. Unfortunately, he has not yet got up the courage to acknowledge publicly that he is 'that way', and must still operate coram publico 'from the front', if not 'going in from the front' as he once said by mistake. But just wait until the new North German Penal Code recognises the droits du culb; then he will operate quite differently. Then things will go badly enough for poor frontside people like us, with our childish penchant for females”.

<sup>4</sup> Sobre a vida de Ulrichs, ver Kennedy (2005).

<sup>5</sup> Johann Baptist von Schweitzer foi uma importante liderança do movimento dos trabalhadores na Alemanha. Era seguidor de Ferdinand Lassalle e considerado o primeiro deputado social democrata declarado que foi eleito num parlamento europeu. Era politicamente desvalorizado por seus adversários que o classificavam como um amante de garotos [*boy-lover*]. Para uma leitura (crítica ao marxismo) sobre a relação de Schweitzer com Marx e Engels, ver Kennedy (1995).

do trabalho<sup>6</sup> –, também estava presente na própria interpretação dada por Ulrichs que, na luta por direitos civis e contra as leis antissodomia, afirmava que as expressões da sexualidade eram simplesmente algo biológico e inato ao indivíduo. Seria preciso outros acontecimentos políticos e o acúmulo de mais formulações teóricas para a sexualidade e o gênero passassem a ser considerados de fato uma construção social.

Muitas águas rolaram desde que você se foi, meu caro. A previsão de Engels, num certo sentido, se efetivou. Em muitos países, os “direitos da sacanagem” foram aos poucos conquistados. O berço do capitalismo, a Inglaterra, criminalizou os atos homossexuais até 1967. Na sua Alemanha, que estava dividida desde o fim da 2ª. Guerra Mundial, a parte oriental descriminalizou tais atos em 1968, e a parte ocidental em 1969. Neste mesmo ano e exatamente um século depois dessa carta de Engels, estourou a Revolta de Stonewall, nos EUA, que foi o episódio que desencadeou o movimento de liberação gay e é considerado o início do moderno movimento LGBT. Ao mesmo tempo, a “obscenidade” não só se transformou em teoria; como também, ironicamente, a teorização sobre a “obscenidade” teve como uma das fontes principais de inspiração o próprio marxismo. Isso na medida em que, no surgimento da segunda onda do feminismo e do movimento de liberação homossexual, no final dos 1960, conceitos e perspectivas marxistas foram fundamentais para iniciar uma teorização da sexualidade e do gênero como relações de poder.

Contudo, foi ainda no século XIX que o marxismo, não a teoria mas a esquerda marxista, reconheceu a questão da sexualidade como uma questão política. Em 1898, August Bebel, como dirigente do Partido

---

<sup>6</sup> Um exemplo, em *O Capital*: “Numa família e posteriormente numa tribo surge uma divisão natural de trabalho, em virtude das diferenças de sexo e de idade, numa divisão de base puramente fisiológica. Essa divisão amplia seus elementos com a expansão da comunidade, com o crescimento da população e notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma a outra”. O próprio Engels acrescentou, na terceira edição da obra, uma nota informando que estudos posteriores demonstraram que a família não se constituiu antes da tribo, mas sim ao contrário; a tribo como forma primitiva de associação humana foi que precedeu as formas de família (MARX, 2006, p. 406).

Socialdemocrata Alemão, foi o primeiro político a proferir um discurso público em defesa da homossexualidade, durante a revisão do Código Penal. Bebel defendia a revogação da lei de antissodomia alemã, com base na petição elaborada pelo Comitê Científico Humanitário, considerada a primeira organização ativista homossexual do mundo (BEBEL, 1978).

No entanto, durante o século XX, enquanto a luta e as conquistas do movimento operário abriam caminho e inspiravam a formação de outras lutas e movimentos sociais, foi no mínimo controversa a relação da esquerda marxista com a questão da sexualidade. Na União Soviética pós-revolucionária, uma preocupação que se mostrou muito forte foi em torno da “libertação sexual”. Dentro de uma série de discussões e ações em torno da família, do divórcio, do aborto, da condição da mulher e da sexualidade, o governo bolchevique, como lembrou Green (2003, p. 32), aboliu as leis contra os atos homossexuais já em outubro de 1917, junto com as legislações czaristas, e não voltou a criminalizá-la no primeiro Código Penal soviético, de 1922.

Mas, se a revolução socialista foi essencial para divulgar e aprofundar o debate político da questão da “libertação sexual”, esse processo não sobreviveria ao período stalinista, quando a diversidade sexual e de gênero voltou a ser oficialmente proibida. No mesmo pacote estavam a abolição do direito ao aborto e a propaganda do regime em defesa da família tradicional. Para o stalinismo, a homossexualidade era uma degenerescência burguesa e, dentro da União Soviética, seria produto da decadência do segmento burguês da sociedade<sup>7</sup>.

Ironicamente, meu caro, a justificativa stalinista centrada nessa ideia de “degenerescência” era fundamentada da mesma maneira que a noção da ciência burguesa. Esta julgava como antinatural qualquer forma de sexualidade que não a forma dominante: isto é, heterossexual monogâmica e voltada para a reprodução. O que era visto fora disso era

---

<sup>7</sup> Para uma leitura crítica sobre a homossexualidade nos primeiros anos da Revolução Russa, que continuou alvo de perseguição mesmo diante a descriminalização, ver Jesus (2010).

considerado uma doença, uma degeneração biológica. Para pensarmos como essa concepção ainda é forte, só em junho deste ano, quando comemoramos 200 anos de seu nascimento, que a transexualidade deixou de ser considerada doença mental pela Organização Mundial de Saúde.

Com o surgimento do movimento homossexual e da segunda “onda” do movimento feminista, novas interpretações se constituíram no campo do marxismo para explicar as questões que motivaram a formação desses movimentos. Ricas análises foram produzidas por este campo, sobretudo com a formação da corrente teórico-prática do feminismo marxista e com as discussões fundamentadas nas contribuições de Herbert Marcuse sobre a sexualidade no capitalismo. No entanto, formou-se uma leitura hegemônica dentro do marxismo que tendia a desvalorizar essas lutas. Alguns posicionamentos afirmavam tais movimentos como “contrarrevolucionários”, “liberais” e “pequeno-burgueses”, por se centrarem em questões consideradas individuais e individualistas. Já outra explicação, ainda muito viva atualmente, parte da ideia da existência de uma luta principal e outras secundárias; o que justificou a falta de interesse e a ausência de esforços para contribuir com o que era então secundário<sup>8</sup>.

Em relação à América Latina e o Brasil, o historiador James Green (2003, p. 34) apontou que, até a década de 1990, indivíduos ou correntes dentro de organizações libertárias, socialdemocratas e algumas formações trotskistas foram exceções em relação à profunda homofobia da esquerda latino-americana. E, ainda que não haja um levantamento completo da história da fundação dos primeiros grupos politizados de homossexuais na região, tudo parece indicar que a maioria dos grupos que surgiu entre o início dos anos 1970 e o dos 1980 teve, entre seus fundadores e lideranças, membros de partidos comunistas ou de seus grupos dissidentes, ou ainda, provenientes de outras formações da esquerda (GREEN, 2003, p. 25).

---

<sup>8</sup> Ver Green (2003); Toitio (2017).

Ainda hoje no Brasil, parte significativa das lideranças do movimento LGBT atual iniciou suas trajetórias em movimentos ou partidos marxistas (ou com correntes marxistas). Desde o seu início, a construção do movimento LGBT sempre esteve colada com o fortalecimento das organizações e das lutas da esquerda. Mas, até bem pouco tempo, eram raros os partidos que pautavam a questão LGBT e só nos últimos anos que, na maioria dos partidos marxistas, a questão ganhou legitimidade para a formação de setoriais e coletivos LGBT, passando a tratar a pauta da diversidade sexual e de gênero como uma frente de luta. E não só partidos, mas também movimentos de juventude e movimentos como o MST, que em 2016 formou o Coletivo LGBT Sem Terra.

Esse processo, importante lembrar, foi precedido por outro: a chegada do movimento LGBT ao Estado pelo menos desde meados dos anos 1990. A pauta LGBT ganhou aos poucos reconhecimento político pelo governo federal e dentro do Congresso Nacional e do judiciário, adentrando em alguns setores da institucionalidade política. No mandato de Lula, que ainda está preso – você deve ter imaginado que o golpismo não vacilaria –, foi criado o primeiro programa de políticas públicas e, ao longo do tempo, a construção de espaços de participação, como conferências e conselhos. Mas, a esse processo se constituiu uma violenta ofensiva conservadora, organizada em torno da – pasme você! – “bancada evangélica”. A existência dessa bancada no parlamento brasileiro é a prova mais viva da falácia que é a visão de que as sociedades e suas “democracias” estão em evolução.

De todo modo, essas disputas na “cena política” contribuíram para a pauta LGBT ganhar definitivamente visibilidade no debate público. Sobretudo mais recentemente, após dois importantes episódios. A aprovação pelo STF da união civil entre pessoas do mesmo sexo, em 2011, momento que a reação conservadora se recrudesceu de forma mais consistente. E em 2013, quando as manifestações durante as Jornadas de Junho conseguiram barrar a tramitação do projeto de lei apelidado de “cura gay” na Câmara dos Deputados; projeto que

havia sido proposto por uma das principais lideranças da “bancada evangélica”. A partir dali, Marx, “saíram do armário” os partidos de esquerda que ainda se recusavam a se posicionar sobre o tema, sendo crescente o estreitamento dos laços entre esquerda partidária e movimento LGBT.

No mesmo período, na academia, surgiram alguns estudos interessados em analisar a questão da diversidade sexual e de gênero a partir do marxismo, ou pelo menos considerando as contribuições marxistas. Jovens pesquisadoras/es LGBT interessadas/os em análises e temas como a articulação entre exploração do trabalho e opressão; o modo de vida das/os trabalhadoras/es LGBT; a relação entre preconceito, violência e classe; a relação movimento, partido e Estado; a discussão teórica entre feminismo e marxismo<sup>9</sup>. Passamos a dedicar nossas monografias, dissertações e teses para isso. Mas, apesar de desenvolvermos nossos estudos na academia, eles se inspiraram antes na prática militante, haja vista que esses primeiros pesquisadores e pesquisadoras atuavam em diferentes partidos e movimentos marxistas (movimentos como o de juventude, feminista e claro LGBT). Com isso, passamos a impulsionar o voo da coruja de Minerva que sobrevoaria sobre o nosso crepúsculo.

E se hoje temos infinitamente mais perguntas do que respostas, estamos convencidos/as de que o caminho é articular à análise marxista as contribuições do feminismo e dos estudos de sexualidade e gênero. Mais especificamente, estas recentes pesquisas têm privilegiado o diálogo não apenas com o feminismo marxista, mas com duas vertentes teóricas que ganharam força no debate brasileiro: o feminismo materialista francês e o feminismo pós-estruturalista, que tem como referência o trabalho de Michel Foucault<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Existem ou estão em andamento estudos e pesquisas de graduação, mestrado e doutorado. É possível citar alguns trabalhos já finalizados: ALVES (2016), EFREM FILHO (2017), CISNE & SANTOS (2018), OLIVEIRA (2015), TOITIO (2016).

<sup>10</sup> Para uma análise que retoma o marxismo feminista, a partir do debate da reprodução social, e faz isso incluindo as contribuições da teoria queer, ver Arruzza (2011, 2018).

Confesso que, além da vertente marxista, tenho me aproximado mais da pós-estruturalista, sobretudo pela capacidade desta de oferecer categorias que possibilitam uma análise materialista da sexualidade e do gênero. Por ora, estou convencido disso, ainda que alguns colegas marxistas afirmem que eu capitulei e “peleguei” diante dessa abertura teórica; ou mesmo que a relação entre marxismo e feminismo pós-estruturalista seja complicada e não tão direta, sendo um caminho de análise bastante tortuoso. Mas, por ter dado importantes contribuições para refletir sobre a diversidade sexual e de gênero no mundo atual, muitos de nós temos optado por esse caminho mais “tortuoso”. E gostaria de elencar algumas rápidas razões porque acredito que certas categorias e perspectivas do pós-estruturalismo podem ser incorporadas criticamente pela teoria marxista, como já tive oportunidade de discutir (TOITIO, 2017).

Em primeiro lugar, porque trazem uma concepção radicalmente histórica e crítica da sexualidade e do gênero. Concepção que ganhou consistência teórica após a emergência dos movimentos que surgiram na efervescência política do final dos anos 1960. Em segundo lugar, como lembrou James Williams (2013, p. 39), mesmo que o pós-estruturalismo tenha se constituído rompendo com o marxismo, ele se formou considerando e trabalhando com as suas contribuições, Marx. E fez isso utilizando perspectivas e desenvolvendo insights do próprio marxismo. De acordo com o nosso Nicos Poulantzas, Foucault confirmou muitas análises marxistas ou mesmo as enriqueceu em inúmeros pontos, o que ele evitava dizer, ao mesmo tempo em que oferecia uma análise materialista de certas instituições de poder (POULANTZAS, 1980, p. 75).

Além disso, o pós-estruturalismo é anticapitalista, pelo menos para seus primeiros teóricos. Se atualmente esse aspecto tende a ser ocultado pela leitura hegemônica do pós-estruturalismo nos estudos

---

E atualmente, está se consolidando uma corrente, nos EUA, intitulada *queer Marxism*, que abriga autores como Drucker (2014) e Floyd (2009).

de gênero, isso não significa que não exista o viés anticapitalista nessa teoria. É interessante notar como Foucault, na *História da sexualidade*, se esforçou em demonstrar o papel da sexualidade para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Para Foucault, a sexualidade, como forma de disciplinarização e “assujeitamento” para a vida industrial e urbana, foi fundamental para “ajustar as populações aos processos econômicos”, garantindo a inserção controlada dos corpos na produção. Junto a isso, o controle do crescimento populacional, nesse momento histórico, foi fundamental para a construção dos Estados imperialistas, o que passou a ser assegurado, entre outros elementos, pela proliferação de leis nacionais que criminalizavam a homossexualidade (e a diversidade como um todo). É interessante notar que o avanço do liberalismo – que, como você evidenciou, só tem compromisso com a liberdade do capital – não representou um avanço na luta pela liberdade sexual. Pelo contrário, o Reino Unido voltou a criminalizar a homossexualidade masculina em 1885, dois anos depois que você morreu. Já o Império Alemão havia feito o mesmo quando foi fundado, em 1871.

Por último, destaco as contribuições de Judith Butler e, particularmente, seu conceito de “matriz heterossexual”. Enquanto você, Marx, nos deu a lógica do capital, Butler evidenciou com esse conceito a lógica cultural que organiza as relações de gênero e de sexualidade em nossas sociedades ocidentais. A “matriz heterossexual” entendida como forma de tornar o mundo inteligível, de gerar identificações culturais e de se relacionar com as pessoas e com a sociedade. Para mim, essa perspectiva pode ser lida por lentes gramscianas: o heterossexismo como uma concepção de mundo que compreende a heterossexualidade como a forma natural e, por isso, deve ser compulsória. Essa concepção se tornou hegemônica historicamente e ainda está bastante arraigada no “senso comum” – também no sentido dado por Gramsci.

Espero que não tenha te causado algum impacto saber dessa mudança no meu posicionamento teórico. Estranhamente com esse movimento, sinto-me mais próximo de você. E confesso que esse

processo me levou a valorizar mais o diálogo entre as diferentes vertentes do próprio marxismo, procurando hoje me esquivar ao máximo de discussões que desvalorizam a riqueza das contribuições presente na diversidade do pensamento marxista. Não que devemos aceitar e concordar com tudo, mas sim procurar em cada vertente aquilo que ela pode ter avançado no entendimento da realidade.

Acredito que podemos fundamentar teoricamente nossas análises a partir de categorias e metodologia de uma vertente e, quando for demandado pela investigação, incorporar criticamente categorias de outras vertentes e de outras teorias. Isso no intuito de encontrarmos as categorias e formas de conceitualização que sejam politicamente produtivas e que sejam colocadas à prova da história e da análise materialista das práticas sociais; e não forçar a seleção delas dentro de um “cardápio” limitado por uma filiação teórica. Isso significa revelar e assumir a insuficiência de qualquer teoria para entender a complexidade das relações e processos que estudamos.

Se nesse caminho elementos do pós-estruturalismo podem ser incorporados pelo marxismo, isso não significa, contudo, que precisamos aderir ao projeto político-epistemológico pós-estruturalista, que tende a reduzir quase tudo à linguagem e ao discurso; que procura resumir a ação política às formas de resistência (fundamentais, mas insuficientes se mantidas no espontaneísmo); e que costuma negar qualquer tipo de normatividade e, com isso, qualquer tipo de projeto político. Além disso, não podemos esquecer que o pós-estruturalismo também deu a sua contribuição para a constituição de uma caricatura do marxismo, muito presente nos dias atuais, que o rotula como uma teoria arcaica, autoritária e normativa.

Os/as autores/as pós-estruturalistas não deveriam cuspir no prato que comeram. Como aponta Peter Drucker, por exemplo, se os movimentos *queer* prezam pela auto-organização, na luta contra os muitos mecanismos de normalização sexual, essa visão sobre a organização da luta social, no entanto, raras vezes é associada ao seu primeiro pensador político: você, Marx, que colocava a auto-

organização e a auto-emancipação como elementos centrais de uma estratégia de libertação humana. Só que o autor lembrou que tragicamente, no curso do século XX, a tradição por você fundada foi identificada com movimentos e organizações que pouco ou nada tinham a ver com essa perspectiva (DRUCKER, 2014, p. 17).

De todo modo, hoje me preocupa menos as fraturas decorrentes dos embates teóricos e me importa mais como podemos aprofundar a reflexão de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero considerando as transformações recentes. Como essas questões se dão hoje, quando várias gerações de trabalhadores/as já se constituíram no capitalismo e interiorizaram suas práticas disciplinares como naturais? Quais as possibilidades e dilemas gerados pela formação de uma superpopulação no mundo? Qual o significado histórico dos avanços das tecnologias reprodutivas? Ou o da proliferação “silenciosa” de novas famílias e de práticas não heterossexuais (principalmente) nos países capitalistas ocidentais?

Hoje, do “movimento” de pederastas que você conheceu e do movimento homossexual que se constituiu ao longo do século XX, houve uma proliferação de identidades e movimentos que se colocam cada vez mais como diversidade: transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais, intersexuais, gays, *queer*... cuja existência desafia o que nosso inconsciente e crenças concebem de mais natural. Ao mesmo tempo, novas famílias e modos de vida se difundiram. Casais homossexuais e transexuais que adotam ou mesmo que geram filhos/as, e que contribuem para a reprodução social da vida. O que você conheceu, Marx, como masculino e feminino vem se descorporificando a cada dia do “corpo sexualizado”, rompendo com os grilhões que historicamente vem oprimindo aquelas e aqueles que não conseguiram se adequar ao “regime” heterossexista.

Ao mesmo tempo, eu tendo a concordar com alguns autores, como Vladimir Safatle, que defende um deslocamento dos regimes disciplinares e de controle, que se organizam cada vez mais em torno do neoliberalismo. Este entendido não só como “modo de regulação”

econômica, mas também como regime de gestão social e produção de formas de vida, que traz uma corporeidade que lhe é própria e constituída em torno da internalização de “um ideal empresarial de si” (SAFATLE, 2016, p. 137-8). A nossa vida gerida como uma empresa e organizada a partir da lógica custo-benefício é hoje um potente dispositivo disciplinar, que tem ganhado cada vez mais centralidade frente a outros mecanismos ideológicos de poder (SAFATLE, 2016).

Entretanto, mesmo diante dessas e de outras transformações, isso não significou que o heterossexismo perdeu sua efetividade. Ele sobreviveu às mudanças do capitalismo e continua sendo a sexualidade hegemônica. Reproduz-se como forma de inteligibilidade da realidade social que ainda organiza a produção de identidades, subjetividades e práticas, que pode voltar a ser legalmente obrigatória a depender de como serão tratados os problemas como quedas bruscas nas taxas de fecundidade ou o envelhecimento ou encolhimento da população de um país. Uma maior visibilidade e tolerância com o tema, não anula o fato de a diversidade sexual e de gênero continuar sendo o outro, o diferente, que pode ser aceito ou eliminado a depender do contexto e das correlações de força. Em três décadas, a Hungria diminuiu quase um milhão de habitantes, devido à emigração e à baixa natalidade. Isso fortaleceu a extrema direita que voltou a eleger o primeiro ministro e fez da defesa da família tradicional uma das principais bandeiras – como informa Léotard & Lepeltier-Kutasi (2018).

Devemos considerar que o neoliberalismo já deu uma resposta ao dilema da diversidade sexual e de gênero, que é tratada como nicho de mercado e como liberdade individual, desconsiderando o conjunto das condições necessárias à efetivação e ao exercício dessa liberdade. O marxismo precisa também se questionar se lhe interessa dar uma resposta também a essa questão. Defendo que sim, isso na medida em que uma teoria que pretende a transformação radical do modo de produção social, precisa também pensar sobre a reprodução social a ela ligada. Se a produção e reprodução social da vida determina a formação das nossas relações, práticas e formas de pensamento,

devemos então voltar à formulação de Engels que inclui a reprodução biológica como um dos momentos fundamentais da reprodução social.

Essa questão foi e ainda é amplamente discutida pelo feminismo marxista e o pós-marxista que se constituiu a partir do final dos anos 1960. Reprodução biológica garantida, historicamente, pelo controle da sexualidade da mulher, pela divisão sexual do trabalho e pela heterossexualidade compulsória. O que conhecemos hoje como população LGBTI foi constituída por meio da violência gerada pela necessidade de manter esse modelo de reprodução material de corpos e de força de trabalho. Essa população, que não é definida no processo de produção social, sofre muito das consequências de um capitalismo não cego às hierarquias de gênero e de sexualidade. As poucas (e insuficientes) pesquisas recentes que foram feitas mostram a tendência, nos países capitalistas, de as pessoas LGBT ganharem menores salários que as pessoas heterossexuais; e de terem maior dificuldade de conseguir empregos melhores ou cargos de chefia<sup>11</sup>. Além da discriminação e do preconceito cotidianos no espaço de trabalho.

Vale destacar que aquelas pessoas que mais transgridem as normas e concepções de gênero são as que mais sofrem as consequências. Como no caso de gays afeminados ou lésbicas masculinizadas que são direcionadas muitas vezes a determinados empregos e cargos (e excluídos de tantos outros). Ou como é mais gritante no caso de travestis e transexuais que estão fortemente no trabalho informal e precário, como a prostituição (principalmente no caso das travestis e mulheres transexuais). Como expressam uma forma de ser não legitimada socialmente, travestis e transexuais, que tendem a se concentrar nas classes populares, encontram um severo limite ao acesso à educação, saúde, habitação, transporte e um longo etc.

---

<sup>11</sup> Ver por exemplo: OIT/CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO (100ª Sessão). Igualdade no trabalho: Um desafio contínuo, 2011. Disponível em: [https://www.ilo.org/public/portugue/region/europro/lisbon/pdf/relatorioglobal\\_2011.pdf](https://www.ilo.org/public/portugue/region/europro/lisbon/pdf/relatorioglobal_2011.pdf). Acesso em set. 2018.

O marxismo pode voltar a ser valorizado para análise de questões como essa, para evidenciar como a atual selvageria capitalista se alimenta da articulação da exploração de classe com complexas e arraigadas formas de opressão. Mas, a questão é como o marxismo vai compreender as lutas feminista e LGBT e se vai investir ou não em uma teorização que dê legitimidade às vivências e às formas de vida que, concretamente, constituem a diversidade sexual e de gênero. Se os movimentos ligados à reprodução social ganharam espaço no debate público, na política institucional e na constituição de militantes e organizações, isso não precisa ser lido como uma perda de espaço das lutas ligadas ao trabalho e à produção econômica. Até mesmo porque isso seria o fim do Estado conforme o conhecemos.

É claro que as demandas desses movimentos podem servir para diminuir a visibilidade das lutas de classe. No Brasil, pós-golpe os debates de sexualidade e de gênero são mobilizados cada vez mais para afirmar a existência de uma inexistente democracia. Nas atuais eleições, todos os candidatos se tornaram a favor da igualdade entre homens e mulheres e críticos ao machismo e à violência misógina. Nesse teatro, não há mais político machista. Até mesmo o governo golpista, que se constituiu tendo como um dos apoios principais o conservadorismo religioso organizado no legislativo, baixou uma norma que possibilita o uso do nome social de travestis e transexuais nas escolas do ensino básico. E o nome social também será respeitado nessas eleições, pela primeira vez. Uma cortesia do judiciário, em um momento em que ele é descaradamente um dos principais violadores da lei.

Sim, não é necessário me lembrar que nesse mesmo processo houve um absurdo retrocesso nas políticas e nos direitos das classes trabalhadoras. Mas, isso não significa que um conjunto de pautas (subalternas) foi anulado em nome de outro; e sim apenas que um pode ser instrumentalizado para diminuir a visibilidade de outro no jogo de disputas de projetos e demandas feitas no Estado. O que gostaria de te chamar a atenção é como vamos interpretar essas questões. Não podemos aceitar mais o discurso de muitas correntes marxistas que

insistem em localizar a explicação do fracasso das lutas proletárias em eventuais conquistas e avanços de outras lutas subalternas. Fazem isso sob o risco de menosprezar ou diluir na análise o protagonismo de nossos inimigos, pois essa discussão raramente é relacionada com o jogo hegemônico do capital e a corporeificação silenciosa do neoliberalismo pelas classes trabalhadoras.

Nesse sentido, Marx, gostaria de concluir pontuando alguns elementos que acredito ser fundamental para o marxismo se constituir novamente como força de um novo processo de revolução social. De início, precisamos de uma teoria que entenda a totalidade das lutas sociais e, mais que isso, uma teoria que legitime essas lutas, ajudando a lançar luzes sobre seus dilemas e conflitos. Como não sabemos exatamente qual o conjunto de lutas e conflitos que pode ganhar a cena política em uma determinada conjuntura, precisamos investir em um marxismo que não hierarquize a importância das lutas de antemão.

Cabe investir na reflexão sobre as diversas “dimensões” da vida social e não debater apenas aqueles temas consagrados pela teoria. É preciso investir na produção de um marxismo vivo, que se desenvolva com a história e que aprenda reiteradamente com ela. Um marxismo que considere as lutas em sua diversidade e em sua complexidade. Um marxismo que continue analisando como fazemos a história sob determinadas condições, mas que compreenda, como afirmou Stuart Hall (2013), que as condições determinadas não são mais somente aquelas relacionadas diretamente à produção econômica e às classes sociais.

Além disso, é importante olhar para a realidade social menos como uma realidade dividida em instâncias e esferas. E mais, como uma realidade conformada por relações sociais hierárquicas entre grupos ou classes sociais (no caso das relações de produção). Relações de classe, raça, gênero e sexualidade, não como três ou quatro sistemas político-econômicos. Mas, como relações sociais que são constituídas nas disputas e embates em torno da construção de formas hegemônicas: lutas entre modos de produzir e reproduzir a vida, mas também lutas

entre formas de ser, sentir e conceber a realidade, lutas entre formas de constituir e controlar corpos, desejos e subjetividades. Relações articuladas concretamente e que ativam processos econômicos, políticos e culturais, que provocam mudanças e continuidades.

Penso, inclusive, que o marxismo deve saber dialogar ou mesmo assimilar os desafios teóricos e epistemológicos colocados pelo feminismo; e que assimile aquilo que o feminismo tem de mais combativo e radical. Defendo um marxismo que assimile das lutas sociais aquilo o que elas têm de mais produtivo: tanto do ponto de vista da capacidade de compreensão de nossa realidade, quanto da possibilidade de organização das classes e os grupos subalternos.

Mais do que nunca, é necessário lembrar a sua afirmação, nas teses críticas sobre Feuerbach, de 1845, que não importa apenas interpretarmos o mundo e sim transformá-lo (MARX, 2007, p. 535). Entre outras coisas, isso nos responsabiliza a buscar uma reflexão permanente sobre o que significa e qual a amplitude dessa transformação; e sobre quais as questões que serão interpretadas pelas lentes da liberdade e da igualdade. Nesse desesperador começo do século XXI, acredito que o desafio do marxismo é evidenciar a permanência da necessidade de uma revolução socialista, mas pensando a transformação justamente a partir da perspectiva da totalidade das relações sociais, em especial aquelas hierarquicamente estruturantes, no intuito de potencializar as disputas pela organização material e simbólica da produção e reprodução social em torno de uma nova hegemonia.

Apesar das dificuldades e inseguranças da conjuntura, o atual momento de crise no Brasil tem sido um solo fértil para pensar essas questões. Ao mesmo tempo, o interesse no estudo marxista das forças políticas ganhou nova notoriedade, pois não se pode explicar o Golpe de 2016 sem uma análise da dinâmica das lutas de classe. A ilusão de que o neoliberalismo pode garantir liberdade e maior igualdade entre as classes tem se desvanecido. E, com isso, seus escritos voltam a fazer sentido para mais e mais pessoas. Somos eternamente gratos pela revolução teórica que você protagonizou e que provocou movimentos

e irrupções políticas em todo o mundo. Por isso, gostaria de terminar lhe dedicando alguns versos de Álvaro de Campos, heterônimo de um poeta português que você não conheceu. Hesitei em transcrevê-lo devido à certeza de que seria piegas, mas não posso me furtar de lhe render essa singela homenagem.

Mestre, meu mestre querido!  
Coração do meu corpo intelectual e inteiro!  
Vida da origem da minha inspiração!  
Mestre, que é feito de ti nesta forma de vida?

Seja lá o que for, mestre, teu espectro continua a rondar entre nós. Ele está vivo e ganha fôlego renovado nos processos traumáticos que constituem os países periféricos, onde a incapacidade do capitalismo de solucionar as enormes e constantes desigualdades está escancarada, mesmo que profundamente naturalizada. Teu fantasma ainda assusta o capital já que as lutas e as condições precarizadas de trabalho e de vida, persistentes, voltam a tornar mais visível a conexão entre trabalho e mudança social e a desconexão entre vida vivida e vida desejada. E na medida em que seu pensamento insiste em contribuir na compreensão dessa complexa realidade, tuas ideias e ideais se recolocam como fontes de nossa inspiração.

Com carinho,

Rafael.

## Referências bibliográficas

- ALVES, D. S. *Movimento LGBT, Participação Política e Hegemonia*. Porto Alegre, 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ARRUZZA, C. Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo? *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 27, p. 159-171, 2. sem. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Social Reproduction and Class Struggle* (Mimeo). Texto apresentado na Conferência Marxismo, gênero e sexualidade. IX Colóquio Internacional Marx Engels, Campinas, Unicamp, julho de 2018.
- BEBEL, A. The Man Who Spoke Out: 80th Anniversary of a Landmark in Gay Rights. *Gay News*, London, ed. 136, 1978 (On Homosexuality and the Penal Code - Online Version: Marxist Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bebel/1898/01/13.htm>. Acesso em ago. 2018).
- CISNE, M.; SANTOS, S. M. *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.
- DRUCKER, P. *Warped: Gay Normality and Queer Anticapitalism*. Leiden/ Boston: Brill, 2014.
- EFREM FILHO, R. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Campinas, 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

FLOYD, K. *The Reification of Desire: Toward a Queer Marxism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

GREEN, J. N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 13-41, 2003.

JESUS, D. S. Espiões e bárbaros entre camaradas: o amor que não ousava dizer o nome na União Soviética. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 24, p. 18-30, 1o sem. 2010.

KENNEDY, H. "Johann Baptist von Schweitzer: The Queer Marx Loved to Hate". In: HEKMA, G., OOSTERHUIS, H., STEAKLEY, J. (orgs.). In: *Gay Men and the Sexual History of the Political Left*. New York: Harrington Park Press, 1995.

\_\_\_\_\_. "Ulrichs, Karl Heinrich". In: ALDRICH, R.; WOTHERSPOON, G. (orgs.). *Who's who in gay and lesbian history*. London, New York: Routledge, Taylor & Francis e-Library, 2005.

LÉOTARD, C.; LEPÉLTIER-KUTASI, L. O medo de desaparecer. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 11, n. 131, p. 18-19, jun. 2018.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política (Livro I)*. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. "Ad Feuerbach (1845)". In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works. Letters 1868-70*. S./l.: Lawrence & Wishart, Electric Book, 2010 (vol. 43).

OLIVEIRA, M. *Diversidade Sexual e Mundo do Trabalho: uma análise a partir da experiência de trabalhadores gays e lésbicas do setor de telefonia/telecomunicações do Rio de Janeiro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

STUART, H. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

TOITIO, R. D. *Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro*. Campinas, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

\_\_\_\_\_. Um marxismo transviado. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, p. 61-82, 2017.

WILLIAMS, J. *Pós-estruturalismo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

# O socialismo marxista não ficou para trás, é nosso futuro: comentários sobre o conceito de socialismo de Estado, lições e perspectivas

Carta de Tamás Krausz<sup>1</sup>

**Resumo:** a presente carta realiza uma interpretação crítica dos regimes soviéticos do Leste Europeu mobilizando a categoria “socialismo de Estado” e polemizando com a perspectiva que interpreta tais regimes a partir da ideia de “capitalismo de Estado”. Ademais, a carta apresenta ainda uma leitura sobre o socialismo enquanto estágio inferior do capitalismo.

**Palavras-chave:** Capitalismo de Estado; Socialismo de Estado; Leste Europeu.

---

<sup>1</sup> Professor emérito da Universidade Eötvös Loránd, Budapeste, autor de *Reconstruindo Lênin* (Boitempo, 2017), pelo qual recebeu o Deutscher Memorial Prize e editor fundador do periódico húngaro *Eszmélet*. Tradução de Bruna Della Torre de Carvalho Lima.

Prezado Karl Marx!

Na ordem mundial contemporânea, o futuro da esquerda marxista parece nebuloso, inclusive na Hungria. Após o colapso do socialismo de Estado e a desintegração da União Soviética, suas estátuas (bem como as de Engels) foram postas de lado ou destruídas em todos os lugares. A Universidade, que levava seu nome, foi renomeada e a sua estátua, que ficava no saguão, foi removida e trancada num porão escuro. Embora seja verdade que algumas de suas ideias, canonizadas no regime socialista de Estado, tenham funcionado também como uma ideologia legitimadora sob a rubrica do “Marxismo-Leninismo”, não importa o quão vulgarizadas tenham sido essas ideias no regime anterior, elas foram substituídas por ideias novas, criminosas, que expressam “adequadamente” a natureza, o caráter e a forma oligárquica do novo capitalismo, a segunda variante do capitalismo no Leste Europeu.

A segunda variante do capitalismo (Engels empregava o termo segunda servidão – zweite Leibeigenschaft – para designar as sociedades europeias do Leste, as quais constituíam a periferia do sistema capitalista mundial) trouxe de volta uma forma de capitalismo carregada de características feudais. A burguesia, criada a partir de cima pela direita conservadora (e os seus sucessores liberais e os traidores da classe trabalhadora), só consegue manter o modo de produção capitalista por meio de métodos autoritários e põe os indivíduos e suas organizações sob o controle do Estado. Consequentemente, ela se tornou a única fração da classe dominante insubstituível no poder político.

Você pode não estar ciente disso, mas o movimento dos trabalhadores húngaro já era tão devotado a você, desde o final do século XIX, que até o seu primeiro nome foi traduzido para o húngaro e as capas dos seus livros em húngaro trazem o nome Marx Károly. Tudo isso não aconteceu unicamente porque você tinha em alta conta o papel dos húngaros, do povo húngaro, nas revoluções europeias de

1848. Mais importante que isso, o Capital demonstrou a possibilidade e, na verdade, em certo sentido, a inevitabilidade de sua libertação, também para os trabalhadores húngaros. A análise do Capital como um sistema de lucros demonstrou a complexa estrutura hierárquica de exploração e opressão que, depois do “prelúdio” da Comuna de Paris, colapsou em um sexto do mundo por conta da Revolução Russa de 1917. A revolução proletária húngara de março de 1919, a República Soviética Húngara, foi a primeira revolução anticapitalista de escala nacional, que se juntou à Revolução Comunista russa. Suas ideias tornaram-se então fundamentais também em sentido nacional.

É igualmente notável que a pequena Hungria, que mais tarde converteu-se na vanguarda da contrarrevolução de 1920-21 e até mesmo uma aliada de Hitler, tenha criado uma grande cultura marxista, cujos representantes mais importantes tornaram-se intelectuais mundialmente renomados e as grandes figuras da principal corrente do pensamento anticapitalista até hoje: György Lukács, István Mészáros, Ferenc Tókei, e a lista certamente poderia ser expandida. O jornal *Eszmélet* (Consciência) é atualmente o principal fórum do pensamento marxista na Hungria, em nome do qual eu gostaria de lembrar o seu aniversário com algumas reflexões.

## **A experiência do socialismo de Estado fracassou: viva o socialismo**

Desde que fracassou o primeiro experimento socialista duradouro, que te citava e que teve início sob a liderança de Lênin e converteu-se no desenvolvimento socialista de Estado sob Stálin devido ao peso de severas restrições históricas, nós temos que enfrentar suas experiências. Nós não teríamos meios científicos para fazer isso sem a sua teoria, a teoria das formas sociais.

A concretização histórica do anticapitalismo segue, sem dúvida, uma trajetória mais complicada do que você presumiu. Nos países centrais, no Ocidente, onde tantos grupos da esquerda radical de fato

anticapitalistas foram críticos veementes do primeiro Estado socialista – a União Soviética, que se estabeleceu na semiperiferia –, ainda hoje, 100 anos depois da Revolução Russa, essa esquerda permaneceu um fenômeno político periférico, embora tenha continuado a existir e se desenvolver teoricamente. O que podemos dizer, então, sobre a região do Leste Europeu, que passou por um renascimento “nacionalista-cristão” graças ao colapso do socialismo de Estado? O conteúdo econômico desse “renascimento” inclui uma forma de capitalismo especialmente selvagem, impiedosamente egoísta e desumana: um capitalismo oligárquico, caracterizado por uma disputa entre dois direcionamentos, ambos a serviço do neoliberalismo: a disputa entre o conservadorismo (etno)-nacionalista e o liberalismo multicultural, que também reflete os valores e interesses das elites do poder da União Europeia e dos Estados Unidos, do capital supranacional. A roda da história segue um curso diverso na América Latina, onde grandes movimentos sociais ocorrem reiteradamente e pressionam e ultrapassam as fronteiras do capitalismo (Cuba, zapatistas, o experimento na Venezuela, as grandes experiências de resistência popular no Chile, no Brasil, no Uruguai, na Argentina, etc.)

Os atuais regimes contrarrevolucionários do Leste Europeu colocam o descrédito e a erradicação da tua teoria no cerne da ideologia legitimadora deles, bem como a criminalização do passado socialista (de Estado), e iniciam essa criminalização com a história da Revolução Russa. Essa nova burguesia criada a partir de cima “priva” dezenas e dezenas de milhões das classes sociais mais baixas e os empurram de volta para as fileiras ainda mais baixas (ou ainda, para o porão) da sociedade de consumo e para as teias demagógicas das várias igrejas reacionárias. Como você mesmo formulou, a religião tornou-se novamente o ópio do povo – ao invés de ser o meio de libertação. Quem quer que se recuse a tornar-se parte da máfia, é exposto à tentação do ópio real, drogas, álcool e prostituição.

Nós aqui no Leste Europeu temos tentado defender essa alternativa na esfera ideológica, pelo menos marginalmente,

apoiados nos seus trabalhos, nos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, Mészáros e no das gerações de marxistas contemporâneos. Infelizmente, hoje não podemos fazer mais que isso.

Atualmente, encontramos dificuldades até para definir claramente o sistema socialista de Estado falido no qual crescemos: o que ele era e qual era seu conteúdo real, o que é essencial para a reflexão teórica futura. Num comentário lateral, György Lukács (1885-1971), que foi um dos seus seguidores mais importantes e mundialmente renomados, um filósofo e um comunista, disse que alguém pode vender sua alma ao demônio apenas uma vez; no entanto, a esquerda parlamentar, que nasceu da mudança de regimes, vendeu a sua alma ao diabo, que é o capitalismo, não só uma vez, e nem sequer duas. Por conseguinte, não se pode esperar dela a renovação do método e do socialismo científico que você fundou, e nós não temos nenhuma razão para confiar nela. Os pequenos grupos da esquerda realmente anticapitalista em toda região podem somente esperar pelo ressurgimento do “grande movimento”...

## **O que foi o socialismo de Estado?**

Eu acho, na verdade, eu tenho certeza, que você concordaria conosco que o socialismo de Estado não deveria ser definido como capitalismo (de Estado).

Nos anos 1960, houve um debate, especialmente na Europa, que visava compreender o caráter socialista do desenvolvimento soviético por meio do conceito de modo de produção asiático, não independentemente do fato de que esse conceito, que você utilizava, tenha sido colocado ad acta na União Soviética na década de 1930, graças à intervenção direta de Stálin (a saber, com o uso da violência estatal). Três décadas mais tarde, Karl Wittfogel, da primeira geração dos renegados, elaborou um conceito ideológico vulgarizado e anti-socialista a partir da teoria do “asianismo”. Sua teoria do modo de produção asiático foi reconstruída por Ferenc Tókei nos anos 1960. Se descrevemos, entretanto, o sistema do socialismo de Estado – junto

com Wittfogel – com base no conceito de modo de produção asiático, perderemos sua originalidade histórica.

Outros, claro que marxistas e camaradas, que se recusaram a reconhecer qualquer traço socialista no regime passado, definiram socialismo de Estado como capitalismo de Estado, com uma simplificação similar e desconcertante, porque pensavam não haver diferenças fundamentais entre o sistema capitalista e o socialismo de Estado. Eles se recusaram até mesmo a examinar a seguinte contradição: que tipo de capitalismo de Estado é possível se ter num sistema que colocou o socialismo em pauta como o estágio final do desenvolvimento e eliminou a produção de mercado orientada para o lucro?

Está claro que o sistema, que se constituiu na virada das décadas de 1920 e 1930 na União Soviética e que existiu na sua estrutura fundamental até o final de 1991, foi um desenvolvimento historicamente determinado tanto pelas condições internas quanto pelas condições internacionais contemporâneas. O fato de que a história do desenvolvimento pós-revolucionário pode ser igualmente entendida como a história do encolhimento rápido e tempestuoso das alternativas históricas, não contradiz o que foi dito acima, mas reforça, ao contrário, suas determinações fundamentais. A razão mais importante para isso é que, graças às condições sociais e políticas particulares, todas as grandes questões surgiram da perspectiva da defesa do poder revolucionário, a saber, da sobrevivência do novo Estado. Por si mesmo, isso não seria um fenômeno específico num sentido histórico. O que torna a situação específica para o grande Estado soviético é a discrepância persistente e a contradição, no fim das contas irreconciliável, entre o conjunto de condições internas e externas, conforme indicado acima, e as metas declaradas da revolução. A tarefa de superar o atraso social e econômico de um século e de erguer dezenas de milhões de pessoas sob a liderança de um poder estatal centralizado em meio a inimigos externos foi um experimento social da mais alta importância, um experimento histórico praticamente único. Aqueles

que enfatizam o sucesso do desenvolvimento soviético durante a era stalinista, destacam a industrialização, o desenvolvimento da grande cultura soviética e o triunfo da União Soviética sobre a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial, que teve uma importância global; enquanto aqueles que veem o sistema como um cul-de-sac, preferem falar no “grande Terror”, no GULAG, onde 1-2% da população produzia 2-3% da riqueza nacional.

Quando o regime se declarou socialista (1936), estava claro para Trotsky e para a velha vanguarda bolchevique que o socialismo não havia sido realizado e um regime diverso havia se estabelecido na União Soviética, baseado na propriedade estatal, numa economia planificada, super-burocratizada e centralizada e na redistribuição estatal. (Tudo isso, é claro, não pode ser atribuído meramente à vontade de Stálin; o fenômeno do stalinismo deveria ser explicado a partir de uma série de razões históricas). O “Estado de Bem-Estar” centralizado, que ergueu social e culturalmente as classes subalternas, assumiu um papel histórico específico. Até mesmo Lassalle e os sociais-democratas alemães teriam ficado com inveja... Eu me lembro bem da tua análise do socialismo de Estado. De acordo com o acima descrito, na União Soviética (e, mais tarde, nos Estados aliados) o sistema unipartidário se estabeleceu com o fito de proteger a propriedade estatal e administrar politicamente o sistema. Tudo isso resultou no fato de que, ao lado de um pluralismo institucional específico, o Partido Comunista, ou melhor, sua estrutura de poder tornou-se insubstituível. Seguida da abolição da propriedade privada, a função fundamental do sistema unipartidário era proteger a propriedade estatal. A propriedade estatal, per definitionem – devido à determinação da revolução e das massas do povo, que apoiaram a revolução e a nacionalização (socialização) – não poderia ser comprada ou vendida, simplesmente não era um fator de mercado, inclusos, sem dúvida, todos os meios de produção importantes, como a terra. Assim, Estado e Socialismo, que nos teus trabalhos, de Engels e de Lênin eram originalmente entendidos como sendo contraditórios, pressupuseram um ao outro na realidade

soviética. Ou seja, o próprio conceito de socialismo de Estado reflete adequadamente a mais profunda contradição do processo efetivo de desenvolvimento. Da perspectiva das estruturas social e de classe, isso significou a definição da classe trabalhadora como classe dirigente e, de fato, a sociedade soviética ela mesma foi colocada institucionalmente e economicamente sob o governo da burocracia, de um sistema burocrático institucional, cujo governo seria legítimo apenas enquanto servia e protegia os interesses da “classe dirigente”, àqueles dos “trabalhadores”. Não é por acaso que durante toda a era do socialismo de Estado o próprio governo burocrático tenha funcionado sob a bandeira da luta ideológica e cultural contra a burocracia, e recorrido, finalmente, até mesmo à dizimação física da ordem burocrática. Isto é, o poder da burocracia, que não era homogêneo nem do ponto de vista institucional, nem do ponto de vista social, estava longe de ser descontrolado: ao contrário, havia uma luta permanente entre suas diversas frações pelo controle dos recursos do orçamento estatal, pela preservação do seu próprio status, pelo aumento ou diminuição do poder de influência sobre os vários aparatos, pelo controle de um sobre o outro. Por um lado, a abolição da burguesia, da classe latifundiária dirigente e das instituições da velha opressão de classe em geral tornaram impossível o ressurgimento do capitalismo como um sistema enquanto que, por outro lado, alguns elementos do sistema capitalista naturalmente sobreviveram. Eu não me refiro apenas às desigualdades socioeconômicas, que sobreviveram graças ao controle burocrático da propriedade estatal, mas principalmente à sobrevivência da maior parte das características da estrutura da divisão do trabalho que conhecemos da história do capitalismo (o mais doloroso em tudo isso era a divisão do trabalho entre trabalho manual e intelectual), bem como ao fato que resultou inevitavelmente das restrições advindas da necessidade de se adaptar à economia mundial e às restrições impostas pela “acumulação primitiva de capital” socialista (Preobrazhensky), a saber: o Estado “socialista” foi reduzido à “troca desigual” com os países capitalistas e com a sua própria população, principalmente camponesa,

para financiar a industrialização forçada. A própria produção era organizada no âmbito da economia planificada e ignorava os interesses das relações de mercado e de gestão dos lucros. A acumulação de propriedade privada era impossível de um ponto de vista sistemático: a propriedade estatal não podia ser herdada e o Estado, que regulava a redistribuição, considerava sua própria sobrevivência como fator de importância primordial. Tudo isso exigia a satisfação das necessidades sociais e culturais da população ao menos num nível que assegurasse a integração social – ao lado do pluralismo institucional característico do regime – e o amplo apoio da massa ao poder estatal por muito tempo.

Desse modo, o socialismo de Estado surgiu principalmente como uma nova forma social que, à luz das tuas próprias considerações teóricas, não era nem capitalismo e nem socialismo. Algumas funções da burguesia foram assumidas pelo Estado, que exercia um controle quase completo sobre o capital e o trabalho acumulados. Enquanto que, sob o capitalismo (ao menos em sua forma pura, por exemplo e sobretudo nos Estados Unidos), toda a comunidade só pode sobreviver atualmente como uma comunidade mediada pelo dinheiro, sob o socialismo de Estado, toda a existência comunitária estava ligada à mediação estatal. A propriedade estatal de empresas, fábricas, terra, máquinas, etc. – contrariamente à ideologia legitimadora – excluía o seu controle sócio-comunitário, para o que os Conselhos de trabalhadores húngaros de 1956 (também) chamaram a atenção.

Tudo isso se refletia no sistema político que, no final das contas, privava dos seus direitos políticos, ou ao menos de parte deles, todos os indivíduos e grupos sociais que buscavam reformar o sistema, seja de um modo capitalista, seja numa direção socialista de autogoverno. Por fim, contudo, toda a história das reformas econômicas e de mercado feitas pelo Estado mostra que o regime estava indo na direção das reformas de mercado, principalmente, porque os estratos burocráticos e sociais mais altos buscavam eliminar as anomalias do funcionamento do sistema e os obstáculos à acumulação de propriedade privada de acordo com seus próprios interesses e, é claro, conforme às condições objetivas.

A teoria do capitalismo de Estado descreve o socialismo de Estado a partir da década de 1930 essencialmente como capitalismo de Estado. A aparição dessa teoria na esfera ideológica do Leste Europeu após a mudança de regime é caracterizada adequadamente pelas seguintes linhas escritas por um amigo: “É uma visão corrente hoje que uma forma de capitalismo de Estado se estabeleceu como decorrência das experiências socialistas. Todas as assim chamadas forças reformistas, que enfrentaram os experimentos socialistas passados, visavam legitimar sua nova posição a partir da justificativa de que eles queriam/querem substituir o capitalismo de Estado ditatorial e ineficaz por um capitalismo privado democrático e eficiente. É por essas razões que eles acreditam que, apesar de tudo, não houve mudança de sistema em 1989, mas que apenas mudou-se de uma forma de capitalismo para outro tipo de capitalismo”. Essa polêmica tem, entretanto, um enquadramento teórico, que não visa meramente justificar a política contemporânea e as escolhas políticas, mas que inclui a abordagem teoricamente orientada ao passado, presente e futuro do assim chamado “problema do socialismo” e a discussão da perspectiva do socialismo.

A teoria do capitalismo de Estado, que se constituiu a partir do trabalho de R. Cliff representa um desafio teórico. A essência de seu conceito consiste na ideia de que o modo de funcionamento fundamental do regime soviético era idêntico àquele dos países capitalistas. Isto é, a apropriação de mais-trabalho e de mais-valia era tão importante na União Soviética até o seu colapso quanto o era nos Estados ocidentais, onde os regimes de capitalismo de Estado também se constituíram. Nessa medida, a União soviética transformou a forma da estrutura de classe capitalista do capitalismo privado em capitalismo de Estado. Essa teoria recusa a ideia de que o conceito de classe deveria se basear nas relações de poder e de propriedade; ao invés disso, aplica-se, em teu nome, a definição de excedente (mais-trabalho, mais-valia) ao sistema. Eles não conseguem perceber que o capitalismo de Estado ocidental efetivo e o desenvolvimento soviético funcionavam por meio de diferentes hierarquias, mecanismos e incentivos.

Já na literatura dissidente dos anos 1970, muitos autores rejeitaram, de partida, a ideia de que o raciocínio baseado no “excedente” define classe e estrutura. Entretanto, a hipótese de que os apparatchiks [membros do aparato comunista do Estado], que compunham – inclusive os membros da família – 70 milhões, um terço da população soviética nos anos 1980, podem ser definidos como uma classe social homogênea, uma “burocracia, uma nova classe, que se apropria do excedente”, é completamente enganosa e representa uma interpretação completamente errônea da tua teoria do capitalismo.

É bem verdade que, no desenvolvimento soviético, a estrutura da divisão do trabalho não foi submetida a uma transformação radical em comparação com sua forma capitalista. No entanto, na União Soviética e posteriormente em seus Estados aliados do Leste Europeu, formou-se um regime muito específico de apropriação de mais-trabalho e mais-valia, que difere amplamente do que você escreveu a respeito da natureza do desenvolvimento capitalista no que concerne à sua estrutura social e gestão do poder político; e, sem dúvida, que também difere da prática do capitalismo de Estado, que se constituiu no Ocidente em relação à teoria das formas sociais. No que se refere à história social, trata-se da definição da burocracia como um estrato dirigente ou uma classe dirigente. É verdade que a burocracia como um grupo social controlava a mais-valia sem ser proprietária. Mas se descartarmos o problema da propriedade do conceito de “formação de classe”, nós estaríamos distantes de tua estrutura teórica; ademais, trata-se de uma ideia que é estranha à experiência cotidiana, à vida cotidiana. Nós simplesmente não compreendemos porque seria uma solução mais diferenciada da perspectiva da definição de classe, distinguir entre “duas classes”, aquelas que controlam o excedente e aquelas que são excluídas desse controle, do que definir as classes a partir da propriedade (as classes proprietárias e as classes despossuídas) baseada nas relações de propriedade. Essa última solução também é um tanto quanto simplificadora uma vez que muitos outros fatores influenciam e determinam a estrutura social. Isto é, se sob o socialismo

de Estado todo mundo é, ao menos por princípio, de acordo com a Constituição, proprietário (da propriedade estatal), na prática, aqueles que se apropriam das funções de proprietários efetivos, a “burocracia”, não podem transmitir seu status aos seus filhos, a função apropriada não pode ser herdada. A propriedade estatal não pode ser vendida ou comprada e ela não se encaixa na estrutura do mercado. Sendo assim, a burocracia não pode se transmutar numa classe capitalista dentro dos quadros do sistema, como demonstrei acima. (Há um fenômeno similar no capitalismo, que não era típico no período em que você analisou o capital. A “sociedade empresarial de responsabilidade limitada”, na qual a função de gerência do capital é separada da função de propriedade do mesmo, tornou-se a forma de empresa dominante (por volta do fim do século XIX). Isso levou à emergência de uma nova “classe”, a classe dos CEOs – Chief Executive Officers [diretores executivos] – que representam a classe capitalista, atuam em nome dela, mas também em benefício próprio. Uma vez que os interesses específicos dos gerentes ferem os interesses do lucro, os donos do capital tentam o seu melhor para limitá-los, remunerando, por exemplo, os CEOs de maneira proporcional ao aumento do lucro ou pagando-os com títulos).

Referir-se à sua teoria e ao mesmo tempo excluir da análise do capitalismo a propriedade privada capitalista como um fator constituinte da classe ultrapassa os limites da impossibilidade lógica. Os representantes do capitalismo de Estado evitam a questão fundamental: a saber, que no sistema que chamamos de socialismo de Estado, a propriedade estatal não se baseia no princípio da propriedade privada capitalista – uma relação que não podemos desconsiderar quando falamos da formação de classe e da existência de classes. Sob o capitalismo efetivo, o fundamento da propriedade estatal é constituído pelo sistema da propriedade privada capitalista. Sob o socialismo de Estado, com a eliminação da burguesia como uma classe, a ordem econômica, a estrutura de classe e a esfera da vida intelectual-cultural sofreram uma transformação radical, que criou

novas formas estruturais, cuja análise não pode se dar no interior de um enquadramento teórico unidimensional. Isto é, podemos concordar com os representantes da teoria do capitalismo de Estado no que se refere ao fato de que não podemos falar em socialismo sem a socialização da propriedade estatal, sem o controle social sobre o trabalho excedente. Disso, contudo, não se conclui metodologicamente que o conceito de capitalismo de Estado seria adequado para descrever a essência da realidade soviética.

Contrariamente à teoria do capitalismo de Estado, o ponto de partida da tua teoria não é, no final das contas, o conceito de excedente – pois, como você deixou claro, desde o início da história humana, o excedente sempre foi produzido e é apenas o modo de produção do excedente que diferencia os sistemas sociais –, mas sim os conceitos de capital e de mercadoria, o conceito de produção, uma vez que o excedente é criado pelo processo de reprodução capitalista e, como tal, é um elemento da relação capitalista, mas não idêntico a ela. Esse pequeno mal-entendido ou deslize não é “acidental”. Se partirmos das formas históricas modernas do processo de reprodução capitalista, a saber, produção de lucro e acumulação de capital, podemos ver claramente as diferenças radicais entre o sistema soviético e o capitalismo de Estado ocidental no que se refere às formas sociais. Nas análises dos defensores do capitalismo de Estado, não podemos encontrar os elementos pós-capitalistas do desenvolvimento soviético, que permitem, principalmente, a transição para a autogovernança social: os conselhos de trabalhadores e os corpos profissionais eleitos dos trabalhadores, ainda que essas organizações sociais e laborais funcionassem dentro do âmbito do socialismo de Estado, em tempos históricos limitados e sob restrições. Se não há nenhuma exploração pelo capital privado e a propriedade estatal não pode ser herdada, se a acumulação de capital privado é impossível ou muito limitada, a própria burocracia alienada está em uma posição instável, a despeito de todas as suas funções opressivas, e sob ameaça constante de ser reduzida à “condição proletária”; logo, ela se tornou, por fim, aberta à restauração capitalista por volta de 1989.

Os defensores da teoria do capitalismo de Estado ignoram também um outro elemento possivelmente anticapitalista do desenvolvimento soviético: sob o socialismo de Estado, o Estado como proprietário e, enquanto tal, uma organização que exerce o controle sobre o mais-trabalho, não explorou as relações da propriedade privada capitalista, mas adentrou um novo terreno que foi expurgado pela revolução política. Portanto, a crítica metodológica fundamental dos defensores da teoria do capitalismo de Estado é que eles ignoraram voluntariamente o fato de que o controle sobre o mais-trabalho in statu nascendi está ligado à questão do poder e da propriedade, ele possui uma estrutura, que é definida por essa. As questões relativas à propriedade e ao poder também não podem ser separadas de uma perspectiva pedagógica, uma vez que sua relação é tão imanente. Nós falamos de dois lados diferentes da mesma moeda. Os autores criticados “precisam” ignorar esse fato para que possam “esconder” a diferença essencial entre a estrutura social fundamental característica do socialismo de Estado e as sociedades do tipo ocidental. Sob o socialismo de Estado, o traço distintivo fundamental do desenvolvimento era que o controle sobre o mais-trabalho não era realizado sob os ditames da maximização dos lucros e, além disso, o Estado (e o Partido) financiava uma série de atividades não-lucrativas (educação, educação superior, serviços de saúde, lazer, etc.) em tal extensão e profundidade, que jamais ocorreu até mesmo na Europa Ocidental, para nem mencionar as semiperiferias do sistema mundo.

## **O que é o socialismo como estágio inferior do comunismo?**

Prezado Karl Marx, eu aprendi com você e com Engels, com os seus escritos, sua correspondência, seus artigos, trabalhos, e especialmente com os seus escritos sobre os programas partidários, que os partidos socialistas de esquerda não devem assumir as tarefas da burguesia: a gestão do capitalismo. Você pode imaginar meu estado quando, em torno de 1989, meus próprios amigos quiseram implantar

um “bom” capitalismo no lugar dos capitalistas. É claro que, hoje em dia, eles geralmente se recusam a assumir a responsabilidade por suas ações passadas, porque um pesadelo recaiu sobre nós: um capitalismo oligárquico e repressivo emergiu da mudança dos regimes. Com o fito de nos prepararmos para os tempos nos quais um movimento significativo da classe trabalhadora se constituirá na nossa região, nós consideramos um programa que lida com a autodefesa da sociedade, e com os meios com os quais nós podemos nos defender contra o capital de forma eficaz e bem-sucedida. Muitos, até mesmo centenas de milhões, ainda acreditam no mito do “bom capitalismo”. A nova consciência de classe pode ser criada no processo de formação e conscientização de uma autodefesa social. As associações de vida e de trabalho, as organizações de trabalhadores assalariados, que permitem as classes mais baixas administrar e controlar a vida cotidiana, não serão criadas de um dia para o outro e nem simultaneamente, mas certamente não haverá passo adiante sem elas. Os partidos tradicionais – ao lado do sistema parlamentar burguês – só poderão ser abolidos por essas organizações econômico-político-sociais multifuncionais (incluindo, como você e Lênin disseram, um forte partido dos trabalhadores que seja capaz de conquistar e manter o poder e que forneça o espaço e o tempo necessários para o desenvolvimento da auto-organização de todos os trabalhadores num processo no qual o Estado e o Partido proletários gradualmente se dissolvam), que englobem as três dimensões citadas. Muitas experiências históricas se acumularam, nesse sentido, no século passado; sendo a história do socialismo de Estado, a história da União Soviética, obviamente, a mais importante. Se fizermos um balanço dessas experiências com a ajuda do teu método, nossas análises irão auxiliar de modo significativo as gerações futuras.

Nessa chave, depois de você, Karl Marx, a importância de Lênin, Gramsci e Rosa Luxemburgo é inquestionável para os verdadeiros anticapitalistas. Isto é, foram eles que demonstraram mais claramente a alternativa de ir além da ordem capitalista na prática – em direção ao autogoverno social.

Tomando como base muitas de tuas análises, o conceito de trabalhador incorpora praticamente todos os trabalhadores assalariados, a maioria dos quais gostaria de sair de um mundo de guerras e desigualdades para um regime mais justo. Dos zapatistas (falamos aqui de vários milhões) retroagindo na história até os conselhos de trabalhadores russos, espanhóis, húngaros, etc. (falamos de dezenas e dezenas de milhões), nós podemos tirar a conclusão, que pode nos deixar otimistas apesar de todos os fracassos, de que – como você escreveu em algum lugar – os trabalhadores irão tentar, repetidamente, diante de cada derrota, (re)tomar o controle sobre suas vidas sem a tutela do capital e da burocracia. É óbvio, no entanto, que isso não será possível sem uma transformação revolucionária global ou regional. Estruturas complexas de controle social dos trabalhadores podem se formar, a depender do tempo e do espaço histórico. Esse sistema – conforme enfatizou Lênin muitas vezes – não pode ser imposto de cima com base em qualquer conceito burocrático. Nesse sentido, a tarefa mais fundamental de um “partido” anticapitalista ou de uma organização poderosa seria impulsionar a vontade dos trabalhadores de se organizarem, e espalhar a ideia da autogestão entre os empregados. É a autodefesa social, a capacidade dos trabalhadores de se defenderem que forma a base: a criação e defesa da propriedade comum, a unificação do trabalho e da propriedade (Marx: Crítica ao Programa de Gotha e István Mészáros: Para além do capital). Qualquer debate que desmobilize as pessoas e torne-as passivas e incapazes de agir por conta própria, ou agir de maneira independente, só vai beneficiar o capital e o Estado capitalista. A única alternativa ao capitalismo é o socialismo (Comunismo), que pode surgir dos movimentos coletivos anti-sistêmicos. Nós começamos a reconstruir a alternativa de esquerda na Hungria em 1988-1989 a partir dessa concepção e desde então nada ocorreu que possa ter colocado em xeque nossos pontos de partida marxistas e nossa crítica ao sistema. Apenas para nos gabarmos um pouco: nosso jornal *Eszmélet* e seu círculo tomou para si a tarefa de preservar e continuar uma parte significativa

da tradição marxista e nós temos resultados duradouros nesse campo. Com o nosso método de análise, por exemplo, nós reconhecemos já em 1989 que o novo capitalismo, com o seu caráter oligárquico e prostituinte, levaria inevitavelmente ao desenvolvimento autoritário e ao fascismo. Por conseguinte, nós sabíamos já em 1989-1991 que a presunção de que o Leste Europeu logo “alcançaria” o Ocidente não era nada mais que uma ilusão não científica, manipuladora e que servia aos interesses das novas classes dirigentes. Portanto, estamos convictos de que não há sentido em trabalhar com o mito capitalista de “alcançar” o desenvolvimento; nossa tarefa prática fundamental tem sido a de construir local e globalmente um movimento de massa anticapitalista-socialista.

Finalmente, eu gostaria de encerrar a minha carta com uma observação pessoal. Seu aniversário, lembrado em todas as partes do mundo, provou que o seu trabalho tem sido um marco duradouro na história da humanidade. Conforme disse Lênin numa ocasião: “... os ensinamentos de Marx são tão poderosos porque são verdadeiros”.

Saudações comunistas!  
Cordialmente,

Tamás Krausz.

